

SIMONE FRIGO

**“A LUTA É A NOSSA ESCOLA”: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA
NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA**

CURITIBA

2008

SIMONE FRIGO

**“A LUTA É A NOSSA ESCOLA”: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA
NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Antropologia Social, Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social,
Setor de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof.^a Dr.^a Christine de
Alencar Chaves**

CURITIBA

2008

Este trabalho é dedicado a Fábio de
Almeida Rego Campinho.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível enumerar todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho viesse a se concretizar. Sei, portanto, que serei injusta. Apesar disso é necessário correr o risco.

Agradeço aos pais Edila e Delvino, aos irmãos Diovani e Rodrigo e especialmente a vó Ema e ao vô Daniel (in memoriam). Vocês estão presentes em tudo que faço. À distância nunca nos separará!

Aos meus amigos e amigas Júlia, Ramon, Daniel, Ricardo, Christopher, Ana, Aninha, Fernanda, Fabiane, Fábila, Karla, Ricardo, Karine, Leandro, Juliana, Patricia e Lili.

Aos companheiros e companheiras de partido. A vocês agradeço por compartilharmos um sonho, um projeto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFPR, especialmente à Andrade e Ana. Aos professores (as) Edilene, Ricardo, Sandra, Liliane e Ciméa, com quem aprendi muito.

À orientadora e amiga Christine de Alencar Chaves, que com sua sensibilidade sempre soube entender minhas “crises”, me apoiando e me respeitando acima de tudo. Agradeço profundamente ter tido a oportunidade de ser sua orientanda, aprendi muito com você nestes anos de convivência. Infelizmente nem sempre as trocas são simétricas, por isto fico em dívida. Meu sincero agradecimento!

Por fim, agradeço a todos os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Não poderei elencar seus nomes, mas quero que saibam que nunca poderei retribuir o suficiente:

- Olga Benário! A luta não pára. Lutamos por justiça e por reforma agrária!
- Roseli Nunes! Mulher guerreira. Por uma pátria livre, lutou a vida inteira!
- Conhecer a realidade e estudar. Se organizando para poder transformar!
- Sepé Tiarajú sua força é guerreira. Deu a sua vida pelas terras brasileiras!

O homem nasceu para aprender, aprender
tanto quanto a vida lhe permita.

Guimarães Rosa

RESUMO

Este trabalho tem como propósito compreender as várias formas de educação e formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. As discussões sobre educação e formação política estão presentes desde o início do MST, mas amplificam-se e se desdobram em reflexões mais elaboradas com o processo de ampliação do horizonte de reivindicações do MST. Formalmente educação e formação política são setores separados dentro da estrutura organizativa do movimento. No entanto, tanto na perspectiva dos sem-terra como na forma de funcionamento, estes setores atuam em conjunto. Assim, neste trabalho a educação e a formação política são compreendidas como parte de um mesmo processo. Ele acompanha os diferentes espaços e momentos considerados formativos e de aprendizagem no MST: a escola formal, os cursos realizados pelo próprio movimento; os eventos de formação política; as reuniões; as leituras coletivas, de cartilhas, do jornal do MST ou de textos distribuídos entre os militantes; a vivência nos acampamentos e assentamentos etc. O texto acompanha estes diferentes momentos buscando mostrar como cada um deles contribui para a formação do militante sem-terra.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to understand the several forms of education and political formation in the Movement of Landless Rural Workers (ML). The discussions about education and political formation are present since the beginning of the ML. But these discussions are amplified and are unfolded into more elaborate reflections in consequence of the process of expanding the horizon of demands of the ML. Formally education and political formation are separate sectors within the organizational structure of the Movement. Nevertheless, in view of the landless as in the form of operation, these sectors work together. Thus, in this study education and political formation are included as part of the same process. The study accompanies the different spaces and times considerate as training and learning by the ML: the formal school, the courses conducted by the Movement itself, the events of political formation; the meetings, the collective readings of booklets, the newspaper of the ML or texts distributed among militants; the life in camps and settlements etc. The accompanying of these different times seeks to show how each contributes to the formation of the landless militant.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
“A luta é a nossa escola”: Educação e Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.....	13
CAPÍTULO II	
Cartilhas Políticas.....	55
CAPÍTULO III	
Formar as “Massas”, Reforçando a Organização Interna e a Identidade Sem-Terra: Eventos de Educação e Formação Política.....	96
CAPÍTULO IV	
Escola Nacional Florestan Fernandes e o Curso de Sociologia Rural.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170
ANEXOS.....	174

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reconhecido publicamente como Movimento dos Sem Terra ou MST, tornou-se notório através da luta pela realização da reforma agrária no Brasil e, neste processo, constituiu-se como o maior movimento social do país. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país, e aos poucos expandiu-se por todo o território brasileiro. A concentração de terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização excludente da agricultura são consideradas os principais problemas que resultaram no surgimento do movimento. Neste processo, a organização política da igreja e o afluxo de militância de esquerda nas bases rurais durante o regime militar, ou seja, fatores extra-econômicos ou de ação política propriamente dita, tiveram um papel de grande relevância. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984 e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. O grupo ratificou sua proposta de criação no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná. Neste congresso foram aprovados os eixos que orientariam a luta do movimento a partir daquele período: lutar pela terra e pela reforma agrária.

O MST constitui-se como ator coletivo tendo como mote aglutinador a luta pela reforma agrária. Internamente, é um ator social que se legitima através da capacidade de forjar a identidade Sem-Terra e, também, de responder às demandas cada vez mais amplas de sua base social. A “luta” pela reforma agrária se complexificou ao longo da história do MST e, com esta complexificação, vieram também outras “lutas”, consideradas secundárias no início do movimento. É neste processo de ampliação das reivindicações que se inserem as discussões sobre educação e formação política no MST, objeto deste trabalho. Segundo o próprio movimento, o surgimento e o desenvolvimento dos Setores de Educação e Formação Política na estrutura organizativa interna são decorrentes da “luta” ou, como dizem, “o avanço do nível de consciência” fez com que o MST percebesse que era necessário formalizar estes setores junto à militância, para que pudessem tratar as questões de formação política e educação formal de modo mais sistemático.

A idéia de pesquisar conjuntamente a educação e a formação política no MST surgiu a partir da minha primeira pesquisa de campo, realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes¹, onde escutei várias vezes as frases “*A gente se educa na luta*” ou “*A nossa escola é a luta*”. Meu interesse inicial era pesquisar a ENFF; conseqüentemente, a princípio propunha-me a tratar a educação de uma perspectiva mais “formal”. No entanto, alguns impedimentos ocorridos durante a pesquisa levaram-me a atentar para aquelas frases e a ampliar minha compreensão sobre o significado da educação no MST. Os caminhos construídos durante a pesquisa me levaram a concluir que era impossível pensar em educação sem considerar a formação política realizada no MST, pois ambas fazem parte de um mesmo processo histórico e de uma mesma concepção política. Segui o caminho indicado pelas frases citadas acima, ou seja, assumi a idéia de que um dos momentos privilegiados para se compreender como se aprende no MST é o da “prática”. Portanto, analiso tanto eventos considerados pela militância como de aprendizado, como momentos de educação formal ou de formação política.

A partir desta compreensão ensinada pelo primeiro investimento no trabalho de campo, comecei a ler todos os tipos de materiais publicados sobre o que seriam a proposta pedagógica e a de formação do MST. Concentrei-me, principalmente, nos textos escritos por aqueles considerados no MST como seus “intelectuais orgânicos”, as lideranças nacionais, como João Pedro Stédile, pedagogas do próprio movimento, além de alguns intelectuais de universidades públicas². Uma das características destes textos é a reafirmação de reflexões que já havia encontrado no campo, ou seja, que a educação e a formação política têm uma relação forte com a idéia de “prática”, pois ambas se dão na ação, na “luta”.

¹ A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é a escola nacional do MST. Localizada no município de Guararema/SP, oferece cursos formais técnicos, de graduação e pós-graduação. Além disso, também conta com cursos de formação política. No capítulo III, tratarei especificamente desta escola.

² “Intelectuais orgânicos” é uma categoria criada por Gramsci. Sobre isto ver GRAMSCI. (s/d). A categoria “intelectuais orgânicos” é utilizada no MST tanto para os líderes do movimento como também para pesquisadores que escrevem textos encomendados pelo MST ou em parceria com seus líderes. Os pesquisadores oriundos das universidades públicas “tornam-se” intelectuais orgânicos a partir do momento em que sua inserção no grupo extrapola os objetivos da pesquisa acadêmica, ou seja, a partir do momento em que estes pesquisadores inserem-se no movimento, participando dele não apenas como intelectuais, mas principalmente como militantes.

Sobre a pesquisa

Esta dissertação é resultado de pesquisas realizadas entre janeiro de 2006 e junho de 2007, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Durante a pesquisa, acompanhei uma etapa do curso de Sociologia Rural, realizado no período de 04 a 24 de fevereiro de 2006 na Escola Nacional Florestan Fernandes, e o Acampamento Livre de Transgênicos, que foi um evento organizado pela Via Campesina³ entre os dias 13 e 31 de março de 2006, no parque Castelo Branco, em Quatro Barras-PR. Também participei da I Jornada de Educação da Reforma Agrária, realizada pelo MST na cidade de Cascavel-PR, no período de 26 a 31 de novembro de 2006. Paralelamente a estes momentos da pesquisa de campo, busquei manter contato com a Secretaria Estadual do MST-PR e fiz uma breve visita ao Acampamento 1º de Agosto, situado na cidade de Cascavel-PR.

No início, a idéia da pesquisa era realizar uma etnografia na Escola Nacional Florestan Fernandes, com o intuito de compreender o funcionamento da escola, as suas formas de organização, a sua proposta político-pedagógica, ou seja, a escola e seu contexto. No entanto, não foi possível concretizar este objetivo. Após ter realizado um mês de pesquisa de campo, a direção da escola achou por bem não permitir que a pesquisa continuasse. A partir disso e com a ampliação da minha compreensão dos sentidos de educação e formação política no MST, busquei acompanhar os cursos de formação política realizados no estado do Paraná. Assim, reformulei minhas questões e busquei seguir em frente com a pesquisa.

A experiência que vivi em campo foi marcada por movimentos distintos, que podem ser caracterizados por aproximações e distanciamentos, não apenas com relação aos sem-terra, mas também com relação às minhas próprias convicções pessoais. Por um lado, me esforçava em sucessivas tentativas de aproximação com as direções do Movimento Sem-Terra, tentando estabelecer relações de confiança; por outro lado, tentava construir um distanciamento da militância, particularmente do grupo de militantes que realizava o curso de Sociologia Rural na ENFF, com os quais tive uma relação mais contínua e intensa. A busca deste distanciamento com relação à militância

³ A Via Campesina é um movimento internacional que no Brasil reúne diversos setores ligados ao campo, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral da Juventude Rural, entre outros.

do MST parecia-me necessária, tendo em vista a minha própria experiência de militância política, a qual me levava a uma grande identificação com os participantes do curso. Na ENFF, tentei várias vezes “ser antropóloga”, mas logo o próprio grupo me colocava em outro lugar, o lugar da militante. Assim, ao tentar me “afastar” do grupo para dedicar-me às anotações e aos questionários, era como se eu vacilasse diante dos problemas cotidianos e das pautas sempre cheias do curso. Ora se tratava da organização de um evento importante, ora da preparação de uma mística⁴ ou até mesmo da transcrição de uma ata. Em suma, as atividades comuns à dinâmica cotidiana do MST orientaram minha atuação no campo.

Essas questões não são novas nos contextos de pesquisa de nossa sociedade, na qual grande parte dos pesquisadores está comprometida com os movimentos sociais. Tornquist (2007) descreve bem esta situação:

“Tais observações não são novas na antropologia brasileira, marcada por seu comprometimento com grupos desviantes e marginalizados da sociedade nacional: a dívida perpétua que temos com esses grupos, ainda que nem sempre consubstanciados em atores coletivos, parece ser o fator decisivo nas dificuldades que estabelecemos com nossos interlocutores mais imediatos, particularmente esta tentativa à busca de consentimento para um afastamento temporário do grupo. Muito mais do que relações abstratas com idéias de mudança e de direitos, as relações entre antropólogos e movimentos sociais são muito concretas: os “ativistas” são sujeitos de carne e osso, conhecem nossas agendas, e contrapõem a estas as urgências da prática e as vicissitudes da política. Estamos num contexto permeado pela lógica da reciprocidade: o trabalho de campo nos endivida. Precisamos retribuir a dádiva e não somos exatamente nós que detemos o controle de sua temporalidade” (2007: 46).

Fui completamente envolvida pelos alunos do curso de Sociologia Rural, seja por uma identificação política ou afetiva. No entanto, isto me trouxe alguns problemas. Contrariando minhas expectativas iniciais, ao invés de fazer observação participante, fazendo entrevistas e observando o cotidiano dos alunos, fui levada a entrar na lógica dos militantes do MST. Inicialmente, pretendia trabalhar com entrevistas, mas a dificuldade de encontrar horários para os encontros era grande e também existia uma resistência dos militantes em me considerar “pesquisadora”. Enfim, em um determinado momento, cheguei à conclusão de que mais significativas vinham sendo as observações

⁴ O MST denomina “Mística” todo evento ritual que coloca em evidência e também reforça os símbolos da identidade sem-terra. A mística pode ser definida como a dramatização tanto das experiências cotidianas como também de projetos para o futuro. No entanto não se resume a isto. A mística é definida muito mais pelo sentimento que ressalta a identidade sem-terra do que por seu momento ritual, assim, ações diárias como de caminhar junto, comer a mesma comida, dormir lado a lado ao rés do chão, cantar, assistir a representações teatrais, participar de atos de protesto, ouvir discursos – podem ser encarnações diversas da “mística” do movimento (Chaves, 2000). A caracterização dependerá do contexto.

e conversas informais e me satisfiz com entrevistas que tinham caráter mais informativo. A partir desta perspectiva é que tive acesso às informações desta dissertação. Sobre a minha presença junto aos sem-terra, é importante destacar ainda um aspecto: enquanto, como demonstrei acima, nas atividades internas fui envolvida pelo grupo, nos espaços públicos do MST (palestras, reuniões, atos etc.), eu era identificada como fazendo parte daqueles que são “amigos do MST”⁵.

Durante a pesquisa, constatei que os militantes denominam o MST de três maneiras básicas. Estas formas de denominação estão diretamente relacionadas aos contextos e às pessoas envolvidas no diálogo. A primeira e mais óbvia forma de denominação é referir-se ao movimento pelo nome oficial, através de sua sigla, ou seja, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Pouco usada entre os militantes no seu cotidiano, esta maneira é mais utilizada pelos dirigentes em manifestações públicas, entrevistas a jornais e documentos oficiais. É basicamente uma fala para os “de fora”, para um público, governamental ou não, que não possui nenhuma ligação direta com o MST. Este tipo de fala pode ser percebida nos seguintes exemplos: *“Nós, do MST, viemos a Brasília pedir mais verbas para os assentamentos de reforma agrária”* ou *“Nós, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, estamos aqui, na cidade, para denunciar a falta de políticas públicas para o campo”*.

A segunda e mais comum forma de nomeação consiste em chamar o MST de movimento. Acredito que essa forma seja uma abreviação da sigla. Durante a pesquisa, este foi o modo mais comum de nomeação encontrado entre acampados, assentados e dirigentes. Falar em movimento é estabelecer um vínculo entre aquele que fala e o receptor, por isso, o termo é utilizado tanto entre os próprios sem-terra como também por aqueles que possuem afinidade com o movimento e com a “luta”. Explico-me. No início da pesquisa, quando minhas intenções ainda não haviam ficado claras para os colaboradores deste trabalho e quando eu ainda não havia criado vínculos pessoais com eles, todos falavam em MST (ou Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), estabelecendo uma espécie de discurso formal que impunha claramente o “nós do MST” e “eles” - eu, a pesquisadora, o governo. Enfim, utilizavam um discurso “para fora”, para alguém de fora. Com o passar do tempo e o fortalecimento da minha relação com os colaboradores, percebi então que a denominação mudara, agora falavam em

⁵ A utilização da denominação “amigos do MST” é comum para aqueles considerados como apoiadores da “luta” ou que possuem uma participação mais pontual nas pautas do movimento.

movimento. Portanto, falar sobre o MST e referir-se a ele como movimento exige daquele que ouve algum conhecimento prévio, alguma familiaridade com os assuntos vividos no cotidiano do acampamento ou assentamento. Esta terminologia é muito utilizada entre os membros do MST, mas percebi que é também utilizada entre aqueles denominados “amigos do MST”: advogados, técnicos agrícolas, agrônomos e professores que trabalham de forma direta ou indireta com o movimento.

A terceira forma de terminologia usada entre os militantes para referir-se ao MST é Organização. Durante a pesquisa, percebi que este termo é de uso restrito. O seu uso restringe-se aos militantes que ocupam cargos de direção política ou à denominada “liderança” dos próprios sem-terra. A “liderança” é o militante que pode ou não ocupar um cargo de direção política na estrutura organizativa do MST. Este militante caracteriza-se por possuir conhecimento teórico e prático da “luta”, destacando-se entre os demais. As falas referindo-se ao MST como Organização são restritas às conversas e reuniões em que apenas militantes do MST e pessoas “de confiança” estão presentes. Felizmente, estive presente em algumas dessas situações. No contexto das falas, Organização refere-se às questões de estrutura organizativa interna e também denota a unidade política do MST.

Com certeza, em muitos momentos, os limites entre ser militante e ser pesquisadora se dissolveram. O campo incitou a minha participação e várias vezes cedi, principalmente nos momentos em que pude conviver mais cotidianamente com os militantes, seja na Escola Nacional Florestan Fernandes, no Acampamento Livre de Transgênicos ou na I Jornada de Educação da Reforma Agrária.

Já a relação estabelecida com a direção da Escola Nacional Florestan Fernandes e a direção estadual do MST-PR foi marcada pelo desconforto e desconfiança. Apenas para dar um exemplo desse ambiente de tensão, relembro aqui parte de um dia do diário de campo⁶:

Estava assistindo à plenária da tarde quando M.⁷ me avistou, se aproximou e disse:

- Depois da plenária quero falar com você.

Fiquei animada, pois achei que ele queria conversar sobre uma discussão feita pela manhã (criação de uma escola no acampamento de Antonina). Achei que seria uma boa oportunidade de fazer novos contatos para a pesquisa, afinal, eu nunca tinha

⁶ Diário de campo, I Jornada de Educação da Reforma Agrária.

⁷ M é militante do MST, coordena o setor responsável pela Frente de Massas em Curitiba e é responsável pela articulação do MST com os movimentos de Luta por Moradia.

estabelecido laços concretos com o pessoal da secretaria do MST-PR.

Quando a plenária acabou, fui logo procurando M. Ele me avistou e veio logo em minha direção. Quando chegou perto perguntou:

-Simone, você está fazendo uma pesquisa sobre o MST, né?

Respondi:

- Sim .

Senti que tinha algo de errado e logo perguntei:

- Por quê?

M. não respondeu e logo soltou outra pergunta:

- É você que está distribuindo um questionário para a nossa militância e para as direções?

Fiquei espantada e preocupada. Fiquei pensando o que eu tinha feito de errado, com certeza tinha algum problema no ar. Bateu-me um desespero, mas logo pensei melhor e me lembrei que eu não tinha distribuído questionário nenhum.

Então respondi:

- Não, eu não distribuí questionário para ninguém!

E emendei falando que eu apenas tinha combinado com alguns militantes que eu já conhecia de eles me concederem uma entrevista que eu iria gravar.

M. não entendeu direito e perguntou mais uma vez:

- Mas você distribuiu algum questionário na platéia?

Respondi:

- Não, eu não!

Perguntei:

- O que está acontecendo? Qual o problema?

O clima estava tenso, com certeza ele achava que eu tinha distribuído o tal questionário.

M. não respondeu e perguntou:

- Você conhece alguém que também esteja fazendo pesquisa como o MST que esteja aqui?

Respondi:

- Olha, tem uma mulher que está dormindo do meu lado, ela falou que era mestranda em história, mas ninguém a conhece não. Eu estou dormindo no mesmo local que o pessoal da APP⁸, ela chegou lá e disse que era professora e mestranda, depois falou várias informações desconstruídas. Ninguém da APP a conhece. A gente estava meio desconfiado dela, inclusive até avisamos a direção da nossa brigada!

Realmente esta mulher já tinha causado algumas desconfianças no grupo que eu fazia parte. Ela falou que era professora do núcleo zona norte, no entanto, vários professores que estavam no encontro eram no núcleo zona norte e ninguém a conhecia.

Então M. falou:

- Me mostra quem é ela?

Perguntei de novo:

- O que está acontecendo?

M. respondeu num tom mais calmo:

- Não, é que essa pessoa está distribuindo para os militantes e para as direções um questionário que é bem complicado. Só para você ter uma idéia ela chama ocupação de invasão.

Entendi o problema na hora e falei:

- É, aí fica complicado! Posso dar uma olhada no questionário?, perguntei.

- Não, acho melhor não!, ele respondeu prontamente.

M. falou ainda:

- Estamos achando que ela é jornalista, temos que expulsá-la agora! Me mostra quem é?

Na hora não sabia direito o que fazer, então resolvi que era melhor mostrar mesmo quem era a tal pessoa. Fomos procurá-la, encontramos e falei:

- É aquela de blusa rosa! Mas, M., confere direito se é ela mesmo que está distribuindo

⁸ Associação dos Professores do Paraná.

o tal questionário, talvez não seja, viu?!

Ele falou:

- Não, pode deixar que eu vou falar com ela!

Depois disso não vi mais a tal pesquisadora.⁹

Este é apenas um dentre os diversos relatos que ilustram o ambiente específico desta pesquisa. Acredito que as desconfiças por parte da direção do MST decorrem de três fatores: 1) as pesquisas publicadas sobre o MST; 2) a relação do MST com os pesquisadores; 3) a visão do MST sobre a Antropologia.

Grande parte das referências que eram feitas sobre as pesquisas acadêmicas que tiveram o MST como objeto eram avaliadas de forma negativa. Quero dizer que aqueles militantes ou direções que tiveram acesso às pesquisas não gostaram ou não concordaram com os resultados apresentados. Um dos exemplos nacionalmente conhecido é o do livro “A Ação Política do MST”, de Bruno Conder Comparato¹⁰, resultado de dissertação de mestrado na área de Ciência Política. Este livro foi amplamente criticado pelas direções do MST, as quais afirmam que a obra expôs as formas de organização interna do movimento. Além disso, ainda segundo relatos, o autor mente sobre alguns fatos descritos no livro.

Destaco também que, entre os fatores que contribuem para uma visão negativa dos pesquisadores, estão as questões de posicionamento político e afinidades pessoais. Uma boa entrada em campo depende necessariamente de dois fatores: compartilhar de convicções políticas de esquerda, preferencialmente ser socialista, e conhecer pessoas dentro do MST que confirmem suas boas intenções. Sem pelo menos um destes fatores, o pesquisador com certeza terá dificuldades em realizar seu trabalho.

Por fim, acredito que um dos fatores que contribuíram negativamente para minha pesquisa foi a visão que se tem dentro do MST sobre a Antropologia enquanto disciplina acadêmica. A Antropologia é compreendida a partir de duas perspectivas básicas. A primeira diz respeito à visão de que esta estuda as “sociedades primitivas”, ou seja, aqueles menos “evoluídos”. A transposição dos significados era imediata: se a Antropologia estuda “os menos evoluídos”, logo estudar o MST significa que a Antropologia, ou mais especificamente a antropóloga, está considerando o MST também um movimento atrasado, pouco desenvolvido. Este significado, apesar de presente, foi pouco citado durante a pesquisa. A segunda perspectiva diz respeito à

⁹ Transcrição literal do diário de campo realizado no Evento “Jornada de Educação na Reforma Agrária” de 26 a 30 de novembro de 2006 na cidade de Cascavel-PR.

¹⁰ COMPARATO (2003).

Antropologia como forma de dominação dos povos oprimidos. A máxima “conhecer para dominar” se enquadra bem neste momento. Ouvi algumas vezes membros do MST buscando explicar o que era a Antropologia, eles se referiram ao trabalho de Ruth Benedict¹¹ como exemplo. Além disso, as direções do MST não gostam dos trabalhos antropológicos por considerarem que estes explicitam demasiadamente os problemas e as contradições do Movimento Sem-Terra. Diante deste lugar, certamente de descrédito, da Antropologia, acabei assumindo uma postura de timidez, que só desaparecia quando havia atividades concretas para serem feitas, como fazer atas de reuniões, textos, preparar alguma atividade.

Devido a todas as questões apontadas acima, como as tensões, as instabilidades e também certo sentimento de traição ao MST, demorei muito a considerar minhas experiências de campo como sendo um espaço privilegiado da pesquisa. O processo de estranhamento e a necessidade de compreender este universo a partir de uma perspectiva simétrica demandaram tempo e esforço. Espero que este trabalho possa contribuir para desmistificar a idéia de que a verdade se enfraquece quando dela se faz uma construção ou um relato (Latour, 1977).

Pesquisa e texto

Esta pesquisa foi constituída a partir de tensões, estranhamentos e também de afinidades. Tudo isto, de certa forma, faz parte da própria construção do texto. Percebi que as tensões deste trabalho explicitam-se, por exemplo, através das denominações Sem-Terra (letra maiúscula) e sem-terra (letra minúscula). Explico. Entendo que a denominação Sem-Terra (maiúscula) diz respeito a uma identidade “oficial”, padronizada. Muitas vezes, esta é a grafia empregada nos textos mais normatizadores do MST. Neste tipo de texto, fala-se sobre os padrões amplos e generalizantes de uma identidade que deve ser construída a partir de um modelo, o qual, por sua vez, é proposto e imposto pelas direções estaduais e nacionais do MST, ou seja, configura-se em um modelo ideal do Sem-Terra. A denominação sem-terra em letra minúscula diz respeito às identidades localizadas, concretas, dos indivíduos e, por isso, é muito mais rica em significados. Falar sobre os sem-terra, neste sentido, é justamente buscar compreender como o modelo ideal, generalizante, se relaciona com os contextos

¹¹ Acredito que se referem à BENEDICT (1997).

específicos, uma vez que é a partir desta relação que se constituem as identidades concretas dos indivíduos ou grupos que compõem o MST e o transformam em um ator coletivo. Estas duas formas de representação estiveram presentes na pesquisa e constituem parte fundamental das tensões deste trabalho. As tensões geradas pelo conflito entre a identidade “geral” e a “específica” não se revolveram, pelo contrário, elas constituem o próprio texto. No entanto, optei por utilizar apenas a denominação sem-terra (minúsculo) com o intuito de orientar meu olhar para as especificidades, o que nem sempre foi possível.

Como nos diz Geertz, os antropólogos não estudam as aldeias, mas nas aldeias. Como o objetivo era compreender o MST, suas práticas e suas idéias sobre educação e formação política, minha aldeia é este movimento, objeto fluído e dinâmico por definição. Os pontos etnográficos articulam-se entre si tomando o MST como referencial. O resultado foi um texto que busca articular dados muitas vezes dispersos, numa tentativa de articular pessoas, livros, idéias e práticas. A partir da experiência de acompanhar diferentes eventos e diferentes contextos considerados pelo grupo como de formação política, optei por compreender o que é considerado pelo grupo como educação e formação, ou seja, quais os espaços e quais os momentos considerados formativos que educam estas pessoas. A partir disto, minha questão estava colocada, pretendia entender como se aprende no MST. Para tentar responder estas questões, segui três caminhos básicos, que se concretizaram nos quatro capítulos desta dissertação.

De uma perspectiva externa ou “formal”, a educação e a formação política são setores separados dentro da estrutura organizativa do MST. No entanto, internamente, estes setores atuam em conjunto, não havendo uma distinção clara entre um e outro. Esta indistinção ocorre na divisão de tarefas destinadas a cada um dos setores e, também, na perspectiva dos próprios militantes, que dificilmente separam atividades exclusivamente políticas ou de educação. A partir deste olhar, a educação e a formação política são compreendidas como parte de um mesmo processo, que é o de formação do militante sem-terra.

A construção da pesquisa e do texto não se baseou em um local específico, embora alguns ambientes tenham sido significativamente relevantes para a minha reflexão, como a Escola Nacional Florestan Fernandes e os eventos dos quais participei - Acampamento Livre de Transgênicos e I Jornada de Educação na Reforma Agrária. A

etnografia busca acompanhar muito mais um jogo de idéias, um campo ideológico¹² no qual as idéias (teóricas e políticas) são explicitadas e postas em ação. No MST, existem diferentes espaços e momentos considerados formativos e de aprendizagem, que podem ser: a escola formal, os cursos realizados pelo próprio movimento; os eventos de formação política; as reuniões; as leituras coletivas, de cartilhas, do jornal do MST ou de textos distribuídos entre os militantes; a vivência nos acampamentos e assentamentos, entre outros. O fato de todos estes espaços e eventos serem considerados no MST como “momentos de aprendizagem”, “momentos de formação dos militantes”, representa uma tentativa, sempre presente no movimento, de superar a distinção entre “teoria e prática”, distinção esta que é vista como um dos maiores problemas da educação formal. Esta tentativa de superação da distinção entre “teoria e prática”, ou seja, a superação da alienação do trabalho representada pela distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, pode ser percebida através da forma como se organizam os diferentes cursos, eventos e o próprio MST¹³.

A organização do texto deu-se através de sua divisão em quatro capítulos.

No capítulo I, analiso, a partir de uma perspectiva nativa, como a expressão “luta” assume no MST um valor educativo, que torna indissociáveis as idéias e práticas referentes à educação e à formação política. Tanto educação como formação política estão diretamente relacionadas aos momentos históricos e concepções de “luta” pelos quais o movimento passou desde sua criação. A trajetória da formação dos militantes sem-terra é um processo educativo, segundo o qual ocupar a terra, viver em um acampamento, ajudar na organização dos assentamentos são vivências essenciais que marcam o tipo de educação e formação dos sem-terra.

¹² Neste contexto, utilizo o conceito de ideologia no sentido dado por Dumont: “Chamo de ‘ideologia’ o conjunto de idéias e dos valores comuns em uma sociedade” (2000: 19), e não no sentido de Marx, como falsa consciência.

¹³ No MST, tanto os cursos considerados “técnicos” como os “políticos” são estruturados em módulos. Cada módulo garante que o aluno (militante) reveze entre os dias determinados para as aulas e atividades próprias do curso e suas atividades de militante em seu local de origem. No movimento, esta organização é chamada “tempo escola” e “tempo comunidade”. A própria organização interna dos cursos comporta atividades de estudo e atividades práticas, como, por exemplo, a manutenção da escola. Nos eventos de formação política ocorre o mesmo. A programação desta comporta tanto atividades tidas como de “estudo”- palestras, leituras e conferências-, como também atividades vistas como práticas, como as marchas e atos políticos.

O capítulo 2 aborda as cartilhas políticas utilizadas pela militância sem-terra. Estas cartilhas ganharam destaque no trabalho, justamente por terem sido utilizadas durante os eventos e cursos de formação política que acompanhei no período da pesquisa empírica. A partir dos nove exemplares escolhidos, busco analisar os conteúdos, ou seja, quais as mensagens transmitidas pelas cartilhas e, também, como os militantes do MST se formam através destas leituras.

O capítulo 3 aborda dois eventos de formação política realizados pelo MST, eventos que são caracterizados pelo movimento como de “formação de massas”. São eles: o Acampamento Livre de Transgênicos, transcorrido em Quatro Barras-PR, e a I Jornada de Educação da Reforma Agrária, que aconteceu na cidade de Cascavel-PR. Neste capítulo, optei por enfatizar a estrutura organizativa destes encontros e sua programação de atividades. Aponto, principalmente, as características comuns destes eventos, sendo possível perceber que neles reproduz-se a estrutura organizativa do MST. Pode-se depreender que o movimento se recria a cada evento, reforçando tanto o plano da organização interna quanto a identidade sem-terra.

Finalmente, o capítulo 4 trata especificamente do curso de Sociologia Rural realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes. Primeiramente, faço uma descrição geral da escola, informando o leitor sobre suas características gerais, infra-estrutura, formas de organização e dinâmica de funcionamento. Em seguida, descrevo a rotina diária do curso, tentando compreender suas formas específicas de aprendizagem a partir de duas perspectivas: uma relacionada à estrutura formal do mesmo e outra baseada no ponto de vista dos militantes.

A respeito da redação do texto, os nomes dos militantes que contribuíram com a pesquisa não foram revelados, devido a um pedido feito pelos próprios militantes. Assim, optei por identificar meus colaboradores apenas por suas iniciais, visando preservar suas identidades. Já os líderes nacionais do movimento, como João Pedro Stédile e Ademar Boggo, e também os líderes estaduais, como Roberto Baggio, José Tardin e Paulo Pires, foram identificados no texto com seus próprios nomes. A contribuição dos militantes que tiveram seus nomes publicados em livros, sejam de autoria própria ou através de transcrição de depoimentos, foi expressa da mesma maneira que aparecem nos textos de referência.

Capítulo I - “A luta é a nossa escola.”: Educação e Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Este capítulo parte da constatação de que no MST o termo “luta” assume um valor “pedagógico”, educativo; o que torna indissociáveis as idéias e ações referentes à educação e à formação política. A estrutura organizativa do MST se divide em setores de atuação¹⁴. Educação e formação política são setores formalmente distintos. No entanto, na grande maioria das vezes, estes setores atuam de forma conjunta. Isto porque no MST a educação e a política não são concebidas como instâncias distintas. Pelo contrário, são entendidas como as duas faces de um mesmo processo, que é o processo de formação do militante sem-terra.

As formas de educação e a formação política no MST estão diretamente relacionadas aos momentos históricos e às diferentes concepções sobre política assumidas pelo movimento desde sua criação. É possível, mesmo correndo o risco de simplificações, identificar na história do MST quatro fases principais. A primeira fase refere-se ao início da década de 1980. A segunda ocorreu entre os anos de 1986 e 1993. Já a terceira vai de 1994 até 2000. Atualmente, o movimento encontra-se num outro momento, que pode ser chamado de uma quarta fase. Busco demonstrar, mesmo que de maneira resumida, de que forma o MST, ao longo de sua história, complexificou sua análise sobre os problemas do não cumprimento do projeto de reforma agrária e sobre os desdobramentos da “luta” gerados a partir disso. O fortalecimento das discussões referentes à educação e à formação política seriam, assim, uma das conseqüências daquilo que se chama, de uma forma genérica, de “luta”.

Para compreender este processo de constituição do MST, sua relação com a idéia de “luta” e as concepções de educação e formação política, é necessário retomar a discussão sobre a formação da identidade sem-terra elaborada pelos formuladores políticos do movimento. É possível perceber nos textos produzidos por acadêmicos, lideranças e, principalmente, pelos intelectuais orgânicos do MST, uma tentativa de consubstanciar uma identidade sem-terra elaborada num plano ideal ou num modelo padrão a ser seguido. Para os formuladores teóricos do MST¹⁵, é importante compreender exatamente a passagem da condição de trabalhador sem (a) terra para a de

¹⁴ Os setores são: Educação, Formação Política, Cultura, Produção, Relações Internacionais, Comunicação, Finanças, Saúde e Frente de Massa.

¹⁵ Falo especificamente de Roseli Caldart, Ademair Bogo, Sônia Fátima Scwendler, Maria Antônia de Souza e João Stédile, que de uma forma ou de outra incorporam em seus textos esta perspectiva.

um trabalhador sem-terra, ou seja, para a de uma categoria social que se vê e é vista nessa condição.

Neste processo de formação dos sem-terra, é importante destacar uma perspectiva que é também individual. Trata-se da escolha de cada pessoa em entrar nessa “luta” pela terra, apontando para a mudança de posição do próprio indivíduo. O que antes era visto como um problema individual, ou no máximo de cada família (a falta de terra), pode vir a ser compreendido agora como um problema coletivo, com alternativas de solução também coletivas. Então, passa-se a ser integrante do MST e a “lutar” pelo seu direito de ser um trabalhador da terra. Vários relatos de sem-terra¹⁶ apontam esse momento como fundamental para suas vidas, um momento de mudanças.

Afirmo que a trajetória da formação dos militantes sem-terra é um processo educativo. A experiência de participação no MST produz aprendizagem individual e coletiva, que, aos poucos, conformam o jeito de ser dos sujeitos, seus hábitos, posturas, convicções e valores. Essas vivências, de certa forma, reproduzem, em nível da experiência pessoal, a trajetória apresentada antes como formadora dos sem-terra na história do MST.

Ocupar a terra, viver em um acampamento, ajudar na organização dos assentamentos, são vivências essenciais na formação dos sem-terra que participam do movimento, mas ainda não são suficientes para a compreensão do sentido educativo da experiência de ser do MST. Ser um sem-terra significa participar não apenas da “luta pela terra”, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, organização esta que, cada vez mais, se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação. Assim, quando os militantes usam a expressão *“a luta é a nossa escola”*, estão falando concretamente da descoberta de que o movimento em suas vidas tem sido, de fato, uma grande escola e que, através da “luta”, já aprenderam muito mais coisas do que lembram ter aprendido no seu tempo de escola formal. Nesse sentido, a “luta” do MST educa seus militantes.

¹⁶ Neste capítulo utilizei, principalmente, os relatos descritos nos livros “A história e a luta de um povo – Histórias de Vida” (2000) e “Vozes Da Marcha pela Terra” (1998).

A história da “luta” do MST

O final da década de 1970 foi marcado por um momento expressivo de (re) surgimento dos movimentos populares no meio rural. Referindo-se basicamente ao contexto sócio-político que marca o surgimento do MST, Navarro (2002a.) argumenta que o ascenso resulta principalmente de três fatores: a liberalização política do período, as mudanças estruturais na economia agrária dos estados que modernizaram sua agricultura e seus impactos sociais (principalmente, o Centro-Sul do Brasil), e a ação de setores progressistas da igreja, representados já na década de 1980 pela Teologia da Libertação e pela Comissão Pastoral da Terra. Nos estados do sul do país, a concretização destes três fatores deve-se às especificidades próprias da região, onde a pequena propriedade ainda era expressiva e onde a Comissão Pastoral da Terra possuía presença marcante, tanto como mediadora de conflitos, assim como fornecedora de estruturas físicas que possibilitavam levar a cabo as reivindicações dos trabalhadores rurais. A aliança entre os setores progressistas da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra¹⁷ e as nascentes organizações populares, com as entidades sindicais e os movimentos sociais, MST, são datadas deste período.

O MST é o mais influente movimento social organizado que surgiu naqueles anos de mudanças políticas. Estruturado nacionalmente desde o início dos anos de 1980, o MST registra como seu evento fundador o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que aconteceu na cidade de Cascavel-PR, no ano de 1984. Neste evento, que transcorreu nas dependências do seminário diocesano da cidade, estavam presentes trabalhadores rurais de doze estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. Estavam presentes também representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária, da Central Única dos Trabalhadores, da Comissão Indigenista Missionária e da Pastoral Operária de São Paulo (Morissawa, 2001: 138).

Autores como Navarro (2002a.) e Chaves (2000) apontam que, de uma perspectiva mais ampla, é possível, mesmo correndo o risco de simplificações, identificar na história do MST três fases principais. A primeira fase refere-se ao período

¹⁷ Vale ressaltar que a Comissão Pastoral da Terra é uma entidade de cunho ecumênico, tanto que, no início de sua atuação havia setores evangélicos progressistas que compunham a pastoral, como, por exemplo, setores da Igreja Luterana. A CPT é uma entidade ecumênica e independente com relação à Igreja Católica. Embora tenha vínculos com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ; em relação aos seus recursos econômicos, não está subordinada a qualquer diocese, possuindo recursos próprios através de financiamentos internacionais.

inicial de formação do movimento no início da década de 1980, materializada pelas primeiras ocupações de terra e pelos primeiros acampamentos. A palavra de ordem *“Terra para quem nela trabalha e vive”* tornou-se o eixo aglutinador e mobilizador das famílias de pequenos produtores rurais, que buscavam nesta nova organização uma solução para problemas enfrentados no campo. A segunda fase ocorreu entre os anos de 1986 e 1993. Nesta etapa, o MST organizou-se internamente, ampliando significativamente sua base social através da orientação que privilegiou as ocupações de terra. Houve inclusive uma mudança simbólica: a palavra de ordem principal, que era *“Terra para quem nela trabalha e vive”*, passou neste momento para *“Ocupar, resistir, produzir”*. Neste momento, o movimento além de reivindicar a reforma agrária, começa a incorporar entre suas bandeiras de luta questões referentes à cidadania de uma forma mais ampla. A terceira fase vai de 1994 até 2000, período em que o MST consolida-se enquanto agente político no cenário nacional. A nova realidade dos assentamentos, agora em grande número, cria novos problemas quanto à organização da produção, às linhas de crédito, à falta de escolas rurais, entre outros. Nesta fase, o movimento mantém o propósito de promover a reforma agrária, no entanto, reforça as reivindicações por questões mais amplas, propondo mudanças na política geral do país.

O movimento atualmente encontra-se em um novo momento, que pode ser chamado de uma quarta fase. Em 2000, realizou-se o IV Congresso Nacional do MST, onde o movimento não apenas reafirmou a bandeira da luta pela reforma agrária, mas também colocou em pauta questões que até então não faziam parte do seu repertório discursivo e das suas ações práticas. São exemplos dessas novas questões: a participação na organização da Via Campesina do Brasil, as discussões sobre os organismos internacionais, a ampliação das discussões sobre os produtos geneticamente modificados e as ações contra a implementação destes, entre outras. Nesta fase, novos agentes e cenários são incorporados na luta pela terra.

A primeira fase refere-se aos momentos iniciais de formação dos sem-terra, que ocorreu no início da década de 1980. Os pioneiros do grupo organizaram-se inicialmente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em seguida criaram formalmente o movimento no I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, e realizaram o I Congresso Nacional do MST em Curitiba, no ano de 1985. Contando com o apoio de líderes da Teologia da Libertação, entre os quais alguns inclusive compunham seus quadros diretores, o MST atuava pressionando principalmente os

governos estaduais, além de destacar-se também perante o governo federal, em virtude da militarização das disputas sociais (Navarro, 2002a.: 203). No que diz respeito à adesão dos trabalhadores rurais ao movimento dos sem-terra, Navarro afirma que, apesar da forte militarização da vida social:

Eram, contudo, momentos de fácil recrutamento de agricultores com pouca terra ou sem terra e o Movimento expandiu-se agilmente, fundado no significativo apoio dos mediadores religiosos da Comissão Pastoral da Terra e nas facilidades operacionais oferecidas pelas estruturas da Igreja Católica. Não muitos novos acampamentos foram formados, mas os poucos concretizados serviram como forte estímulo à ampliação da capacidade de mobilização do Movimento (2002a.: 203).

Sintetizada no I Encontro Nacional, a palavra de ordem “*A terra para quem nela trabalha e vive*” tornou-se o eixo aglutinador e mobilizador dos sem-terra. A palavra de ordem expressa o momento político e ideológico vivenciado neste período, pois a conquista da terra representava uma real perspectiva de mudança social.

Internamente, o MST começa a delinear quais seriam as suas formas de “luta”. A primeira e, com certeza, a de maior impacto, tanto externa quanto internamente, é a definição da “ocupação” da terra como a forma principal de “luta”. A ocupação se tornou a mais importante característica da forma de fazer a “luta”. Isso pode ser notado nos materiais publicados sobre a memória do surgimento do MST do Paraná. Todos os textos pesquisados foram escritos por alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos¹⁸ e demarcam, com clareza, que considerou-se a criação do MST a partir de uma primeira ocupação de terra. Provavelmente, isso quer dizer que já havia pessoas fazendo reuniões, articulando as famílias em diversos municípios há vários meses, mas essas atividades não são consideradas ainda como uma verdadeira ação do MST. A ocupação define, pois, para os sem-terra e para a própria sociedade, a existência social do movimento. Assim, percebe-se que as ocupações de terra foram sendo construídas como um objeto privilegiado de “luta” do MST e de formação dos sem-terra.

Através das decisões e das ações que constituem o cotidiano da “luta” do MST e que foram compondo sua história e a de cada um de seus membros, foram sendo construídas as diferentes formas de ocupações de terra. Antecedendo ou permeando estas ocupações, vieram também os acampamentos, de caráter provisório ou permanente. Eles também se tornaram, pouco a pouco, um dos principais espaços de

¹⁸ “A Luta de um povo, Histórias de Vida” (2000).

formação dos sem-terra, bem como um dos fortes símbolos da presença do grupo, representada pelas lonas pretas.

Os elementos apontados acima demarcam algumas diferenciações claras da “luta” do MST, pois ocupar e acampar representa uma posição de forte enfrentamento, de radicalização da “luta”. Ao mesmo tempo, para que esse enfrentamento se sustente, é necessário garantir uma unidade nacional que dê suporte político para as “lutas” locais. Esse tipo de organização é que permite a realização de grandes mobilizações nacionais, tais como as “jornadas de lutas” e as “marchas” em que representantes de todos os estados se integram e constroem a imagem que, de modo geral, a sociedade tem do MST.

No que se refere às discussões sobre educação e formação política desta primeira fase, as informações são menos precisas. A estrutura burocrática do MST não havia ainda se desmembrado em setores formais, por isso não existiam espaços institucionalizados onde pudessem ser canalizadas reivindicações outras que não a da reforma agrária. No entanto, mesmo não havendo espaços formais, segundo o Dossiê MST Escola (2005), as discussões sobre educação no campo fazem parte da história do movimento, tanto que é possível encontrar registros desta questão desde a realização das primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul. Neste Dossiê, Caldart e Scwaab - pedagogas e intelectuais do MST - desenvolvem a idéia de que existe uma relação entre as diversas fases do MST e o desenvolvimento da área de educação:

Queremos mostrar que existe uma relação direta entre a trajetória e a própria dinâmica evolutiva da luta pela terra como um todo: à medida que mudam as concepções e estratégias gerais do MST, muda também o tipo de discussão e de reivindicação que se faz em relação à educação e à escola (2005: 11).

Se as questões referentes à educação fazem parte da história do movimento, elas não estão imunes às contradições e aos problemas enfrentados no cotidiano desta trajetória. Pelo contrário, a “educação” dentro do MST acompanha as discussões e fases mais amplas pelas quais o movimento passou desde a sua criação.

Portanto, nesta primeira fase, a disputa pela terra, as ocupações e a promoção da reforma agrária eram prioridades da militância, em detrimento de outras reivindicações, como, por exemplo, a saúde e a educação. Mas, à medida em que o MST cresce tanto em força política como em número de participantes, expressos através do maior número

de ocupações, as questões antes consideradas secundárias passam a ocupar um lugar diferenciado (Caldart e Scwaab, 2005). Em julho de 1987, aconteceu, no município de São Mateus, Espírito Santo, o primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos, organizado pelo MST para começar a discutir uma articulação nacional do trabalho de educação que já era desenvolvido, de forma mais ou menos espontânea, em vários estados (Caldart, 2004: 239).

O nascimento do MST traz a marca de ocupar a terra, criar o fato político e então fazer audiências, negociar, prosseguir a “luta”. Em relação à escola, o processo não foi diferente. As famílias sem-terra começaram reivindicando escolas, seja para o acampamento ou para o assentamento. Como negociar geralmente não era suficiente, logo a palavra de ordem da conquista da terra passou a valer também para as questões das escolas: *ocupar é a única solução!* A forma realmente era diferente: *ocupar a escola* significa primeiro organizá-la por conta própria, começar o trabalho e os registros formais obrigatórios, mesmo que em condições materiais precárias, e então iniciar as negociações com os órgãos públicos para sua legalização. Às vezes era nesse momento que ocorria a ocupação literal: se a legalização tardasse muito, secretarias de educação poderiam ser ocupadas, marchas poderiam ser realizadas, de preferência de forma massiva, envolvendo todas as pessoas que tivessem alguma relação com a escola em questão. Se nos primeiros acampamentos a presença de professores foi uma coincidência, depois tornou-se uma articulação planejada (Caldart, 2004: 241/242).

Embora nessa época não houvesse uma reflexão mais elaborada sobre o significado de uma expressão que começava a ser usada pelos sem-terra, “*A luta é nossa escola*”, já havia na prática ações que apontavam para a conjunção das idéias de “luta pela terra”, formação política e educação.

É possível perceber isto através da fala destas duas professoras:

No começo do Movimento, analisa a professora Noeli Candatem da Anoni (fazenda ocupada pelo MST), o pessoal via a luta pela terra como tão difícil que quase achou que tinha que largar os outros setores. Era primeiro conseguir a terra pra depois lutar por outras coisas. Mas aos poucos, completa Bernadete, veio uma visão maior da luta, da organização, do que se quer como movimento. Não é só terra. É mudar toda a produção, a comercialização, a administração da terra... É projetar um outro tipo de organização da sociedade... (apud: Caldart e Schwaab, 2005: 17).

As falas acima apontam para inúmeras das idéias que vão caracterizar a segunda fase do MST. Esta segunda etapa ocorreu entre os anos de 1986 e 1993. Neste período, as ocupações realizadas pelo MST ampliaram-se, causando inclusive vários confrontos com policiais e com jagunços que trabalhavam para os grandes proprietários. Simbolicamente, houve inclusive a mudança da palavra de ordem principal, que era *“Terra para quem nela trabalha e vive”*, passando nesta segunda fase para *“Ocupar, resistir, produzir”*.

Ao mesmo tempo em que se reforça e se massifica a orientação interna que privilegiava as ocupações de terra, hoje as chamadas “ações diretas”, houve uma inversão da relação estabelecida até então pelos mediadores religiosos. De definidores das orientações gerais do MST, eles passaram paulatinamente a fazer parte de quadros auxiliares. Estas reestruturações referentes à direção política dos sem-terra coincidem razoavelmente com a criação dos Setores de Educação e Formação.

O Setor de Educação foi criado em 1988, numa reestruturação interna que dividiu o MST em setores de atividades. A inclusão de um setor específico de educação é resultado da organização de professores e pais, que então definem a questão educacional das crianças e dos jovens nos acampamentos e assentamentos como uma das prioridades. Desta forma, Caldart e Schwaab acreditam que os dirigentes estariam deixando para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro, assim, que estava em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem-terra, que entre tantas outras coisas inclui também o direito à educação e à escola (2005: 11). Esta “tomada de consciência” revela que o MST amplia sua visão dos processos sociais que permeiam as discussões específicas da reforma agrária. Neste contexto, a educação começa a ser discutida mais profundamente e passa a ser considerada como uma dimensão fundamental da “luta” pela reforma agrária.

Esta nova etapa consolida a necessidade das escolas estarem funcionando dentro dos assentamentos ou acampamentos e revela também o início da construção de uma proposta pedagógica que responda às demandas específicas dos alunos que vivem em áreas rurais. A proposta de uma educação diferenciada foi pensada tendo como base as chamadas “pedagogias alternativas”¹⁹, que buscam construir uma relação entre os conteúdos programáticos e a experiência vivida pelos alunos no seu dia a dia. Somam-

¹⁹ Sobre isto ver Paulo Freire (2002).

se a esta questão os problemas imediatos de falta de professores qualificados formalmente, através de titulações que proporcionam aparato legal para a docência, como também a aplicação do princípio de que a direção política do MST fica a cargo de seus militantes. Este princípio incorpora a docência, visto que esta também é compreendida a partir de sua dimensão política.

Por sua vez, o Setor de Formação Política não possui uma data precisa de institucionalização. Oficialmente, ele teria sido criado no mesmo processo de reestruturação organizativa que deu origem ao Setor de Educação, em 1988. Segundo Morissawa, o Setor de Formação foi criado com o objetivo de desenvolver a formação sócio-política dos militantes:

Compreender o sistema capitalista, as razões históricas da situação dos trabalhadores, as alternativas ao modelo político e econômico vigente, etc. é fundamental para o engajamento consciente dos sem-terra. Considerando essa realidade, o MST decidiu criar o seu setor de formação (Morissawa, 2001: 205).

Com relação à citação, é fundamental ressaltar que existe uma matriz, simultaneamente marxista e católica, que é apresentada como o fundamento e a própria razão de ser do Setor de Formação. A “compreensão do sistema capitalista, as razões históricas da situação dos trabalhadores, as alternativas ao modelo político e econômico vigente” são temas clássicos da teoria marxista, no entanto, é importante perceber que a compreensão destes assuntos só tem sentido quando levam ao “engajamento consciente”, bandeira histórica de alguns setores da Igreja Católica. Fica claro, então, que a matriz marxista/católica orienta a criação do Setor de Formação, tanto quanto orientou a própria criação do Movimento Sem-Terra.

No início de sua organização, uma das atividades realizadas pelo setor eram os cursos periódicos de formação política, chamados de “escolas sindicais”. Eles eram organizados em conjunto com os movimentos sindicais vinculados à Central Única dos Trabalhadores, nos estados onde o MST já estava razoavelmente institucionalizado. Em 1990, o MST criou seu primeiro espaço próprio de formação em Caçador, Santa Catarina. Ali foram realizados alguns cursos experimentais de formação política e gestão de assentamentos. Em seguida, devido à baixa escolaridade dos participantes, o Setor de Formação e o Setor de Educação estreitaram seus laços, criando cursos supletivos de primeiro e segundo graus, de magistério e de técnico em administração de cooperativas (Morissawa, 2001: 206).

Analisando este período, percebe-se que já é possível identificar uma ligação entre os princípios que norteiam os dois setores expostos aqui. A necessidade de criação de escolas nos acampamentos e assentamentos condiz com a crescente profissionalização da militância sem-terra. Os dois setores não estão construindo suas políticas de forma aleatória, pelo contrário, caminham paralelos, acompanhando as diretrizes políticas mais amplas do MST.

Este é um dos momentos políticos de mudanças ideológicas do movimento. É o período em que o movimento começa a reivindicar não apenas a reforma agrária para os sem-terra, mas incorpora em suas bandeiras de luta questões referentes à cidadania de uma forma mais ampla. Sendo assim, o Setor de Educação ganhou enorme destaque, visto que questiona o sistema educacional vigente e propõe alternativas não só para o movimento, mas também para a sociedade como um todo.

O MST continua a ter na *luta pela terra* seu eixo central, no entanto, adiciona à sua agenda política uma série de outras lutas, que se combinam no objetivo mais amplo de *lutar pela reforma agrária no Brasil*. Esta nova agenda passa a exigir dos sem-terra outras formas e estruturas de organização e de participação coletiva. A reestruturação da organização interna aponta para o problema concreto de que, com o crescimento da “luta”, eram necessárias uma estrutura organizativa mais complexa e novas formas de atuação e condução da “luta” como um todo.

Neste contexto, também começam as discussões sobre a incorporação ou não dos assentamentos na estrutura organizativa do MST. As respostas de suas lideranças e intelectuais são claras: “Precisamos continuar a luta nos assentamentos!” (Sdétile, 2004). A avaliação sobre esta situação foi de que a realidade dura da falta de condições para viabilizar a produção dos assentamentos mostrou que, mesmo havendo diferenças em relação à condição dos sem-terra dos acampamentos e os das ocupações, os sem-terra não tinham uma opção de caminho muito diferente a fazer: ou continuavam a lutar coletivamente, agora por crédito, por estradas, por saúde, por educação, ou logo voltariam à condição anterior (Caldart, 2004 e Stédile, 2004). Manter o compromisso com os assentamentos significou incluir um novo tipo de preocupações e de demandas para o movimento, abrindo o MST a questões que podem assumir uma lógica diferente daquela nascida da *luta pela terra* propriamente dita.

O MST decide simultaneamente que os assentamentos integram a sua base organizativa e que serão incluídos, em seu plano de atividades, o estudo e a pesquisa tanto da realidade vivida pelos assentamentos já existentes como de outras experiências

de organização de produção, as quais, por sua vez, forneçam pistas para superar os desafios encontrados nesse campo.

Na síntese das lógicas aparece, então, a consolidação das formas de “luta” escolhidas no momento anterior e a formatação de uma dimensão que estava apenas em germe, ou seja, a concretização da idéia dos sem-terra atuando em espaços políticos que não têm ligação direta com a conquista da terra. Aqui se formula mais claramente a idéia de que a “luta” não acaba com a conquista da terra. É também desse momento a criação dos símbolos que passariam a ser a marca da identidade sem-terra do MST: a bandeira vermelha e o hino do movimento (Caldart, 2004:141).

Multiplicam-se as frentes de atuação do MST, entre elas a da educação. Em termos de referência cronológica nacional, este é o momento em que se inicia o processo de criação do Setor de Educação do MST, um dos desdobramentos organizativos daquele primeiro encontro nacional em 1987, que culminou com a realização de um outro evento nacional importante, o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – I ENERA, que aconteceu em Brasília, de 28 a 31 de julho de 1997 (Souza, 2006: 40).

A ênfase deste segundo momento, com relação especificamente ao Setor de Educação, esteve voltada para o processo de produção da chamada proposta de educação ou proposta pedagógica do MST: não apenas ter acesso à escola, mas também ter o direito de constituí-la como parte da sua identidade: *fazer de cada escola conquistada uma escola do MST* (Caldart, 2004: 249).

Do ponto de vista da formação dos sem-terra e da consolidação desta forma de “luta” específica do MST, o fato de o coletivo passar a se ocupar da escola projeta um elemento muito importante da continuidade de sua trajetória: as crianças e os jovens também estavam incluídos na categoria sem-terra, e isso apontava para uma visão de continuidade da “luta” e para uma aproximação maior entre as tarefas de formação e educação no movimento. A formação dos sujeitos sem-terra também poderia ser feita na escola; a escola também poderia ser um lugar de formação para a continuidade do MST.

Afirmar que o MST assume uma tarefa pode ser, ou não, a mesma coisa que dizer que as famílias sem-terra a realizam. Caldart (2004) enumera os diversos conflitos que fizeram parte do processo de associar a “luta” mais geral à “luta por escola” (2004: 251). Ao fazer essa associação, o MST repetia a tradição de que “educação é coisa de

mulher e de professora²⁰”, refletindo relações de poder que se estabelecem na sociedade como um todo. “A educação e a escola podiam até ser suficientemente importantes para entrar na luta, ou para ser comentário crítico em alguns intervalos de reuniões, mas não tinham a importância necessária para tornar-se uma questão com que se *ocupassem as lideranças* ou *os homens sem-terra*” (2004: 293-294). As questões de gênero não foram resolvidas, apesar de terem avançado ao longo dos anos. O que mudou neste processo foi a incorporação, feita pelo movimento, da “luta” pela educação em sua agenda.

Neste processo de mudanças referentes à educação, existem dois outros elementos importantes a serem destacados. O primeiro elemento a ser destacado diz respeito à formação de uma nova categoria dentro do MST: os educadores do movimento. Basicamente, é preciso compreender que, para organizar o trabalho em torno das escolas, era preciso sair delas. A articulação das “lutas” por escolas requer a disponibilidade de pessoas para passar de local em local, promovendo discussões e construindo as equipes de educação, organizando as “lutas”, planejando atividades de formação para os professores, assim por diante. Como quem está na escola, em sala de aula, de modo geral não tem disponibilidade para essa tarefa e embora alguns professores tenham deixado a sala de aula para poder assumir esse outro compromisso, em muitos lugares outros atores foram incorporados ao setor com a função prioritária de organizar a participação das famílias sem-terra nas lutas e discussões sobre a escola. Foi a partir daí que se tornou mais usual a expressão *educadores do MST*, porque ela incluía os professores, mas não deixava de fora esses outros militantes que, não sendo professores de escola, são também trabalhadores da educação. Isso seria ainda reforçado com a introdução de novas frentes de ação do setor, como a educação de jovens e adultos, as mobilizações infantis²¹ e outras.

O segundo elemento diz respeito à elaboração teórica da proposta pedagógica do MST para suas escolas. Para ajudar nesta tarefa, foram convidadas algumas pessoas que, já há algum tempo, assessoravam os encontros das equipes de educação e o Coletivo Nacional de Formação, ou seja, indivíduos que já faziam parte de uma trajetória mais antiga na educação em organizações populares. Pelos registros da época, a ênfase da elaboração esteve no estudo de Paulo Freire e também de alguns pensadores

²⁰ Durante a pesquisa de campo percebi que o número de mulheres envolvidas com a educação no MST é expressivamente maior que o número de homens, no entanto, os relatos apontam que o engajamento dos homens nas questões referentes à educação vem crescendo significativamente.

²¹ Caldart (2004) faz uma discussão sobre a formação desta nova categoria. As crianças sem-terra passam agora a ser chamadas de sem-terrinha.

e pedagogos socialistas: Kruspskaya, Pistrak, Makarenko e José Martí (Caldart, 2004: 262). Isto indica que a “luta por educação” precisava, assim como a “luta pela terra”, ter argumentos, políticos e pedagógicos, para se justificar perante a sociedade. Nesta discussão, inserem-se detalhes que começam a ser bastante valorizados na proposta: a presença da bandeira do MST na escola, o tipo de canções que acompanham as brincadeiras das crianças, ou seja, a preocupação com o cultivo da identidade e símbolos do MST é incorporada também na escola.

Por fim, a “luta por educação” é incluída na “luta por terra”, uma vez que, para a proposta educacional do MST: “a escola não é apenas um lugar para aprender a ler, aprender a escrever e a contar, mas também de formação dos sem-terra como trabalhadores, como militantes, como cidadãos, como sujeitos” (Caldart, 2004: 272). Assim, num plano geral, a escola é inserida nas demais “experiências educativas” presentes no cotidiano do movimento. A proposta pedagógica de escola do MST não pode ficar restrita às questões de ensino, pois a própria “luta” exige a combinação de diferentes lógicas que dizem respeito à pedagogia escolar e aos chamados métodos de capacitação massiva, os quais são desenvolvidos pelas atividades de formação política e técnica dos sem-terra.

A terceira fase do MST compreende os anos de 1994 a 2000, período em que os sem-terra consolidaram-se enquanto agentes políticos no cenário nacional. Este foi um momento onde a pauta reivindicativa do MST teve grande repercussão nos meios de comunicação e o movimento passou a ter uma presença ainda mais forte nos assuntos relacionados à reforma agrária, tornando-se inclusive um mediador obrigatório para a discussão da temática entre governo e trabalhadores rurais.

Mesmo mantendo o propósito de promover a reforma agrária, nesse terceiro momento político, o MST reforça as reivindicações por questões que extrapolam sua bandeira inicial, propondo uma mudança efetiva na política geral do país. A percepção de que os problemas enfrentados pelos sem-terra estão ligados a um contexto mais amplo, fica clara. A nova realidade dos assentamentos, agora em grande número, cria novos problemas quanto à organização da produção e às linhas de crédito. Uma das respostas dada pelo movimento é vista nas resoluções gerais do III Congresso Nacional

do MST, realizado em 1995. Destaco aquelas relacionadas aos objetivos gerais²², os quais propõem políticas gerais para a sociedade. São elas:

- 1) Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; 2) A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade; 3) Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4) Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5) Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; 6) Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (Morissawa, 2001: 153).

Sobre este período, Chaves ressalta que:

Com uma estrutura organizativa mais consolidada, no III Congresso Nacional, reunido em 1995, o sentido da “luta” foi amplificado na mesma proporção da abrangência do público-alvo, o que se expressou no lema “reforma agrária, uma luta de todos”. A reforma agrária passou a ser considerada um bem para a sociedade como um todo. Reconhecendo nela uma conquista que requer legitimação social, o MST apresenta em sua formulação da reforma agrária uma concepção que rompe a distinção campo-cidade, ao sugerir um “novo modelo de desenvolvimento para a sociedade brasileira” (2000: 17).

O lema “*Reforma Agrária: uma luta de todos*” sintetiza as propostas políticas do momento. Reforça a idéia de um projeto que vai além da reforma agrária, englobando toda a sociedade nacional e propondo, inclusive, a superação do modelo econômico capitalista.

No que diz respeito à organização interna, o MST intensificou suas atividades de formação política na mesma proporção em que conquistava as escolas formais nos acampamentos e assentamentos, visto que os cursos de formação são realizados, na maioria das vezes, nestas escolas. Conforme dados estimados do movimento²³, existem 1500 escolas públicas nos assentamentos e acampamentos de todo país, onde estudam cerca de 160 mil crianças e adolescentes sem-terra. Há, ainda, cerca de quatro mil educadores, entre professores das redes estaduais de ensino e professores formados pelo próprio movimento. Além das escolas que foram regulamentadas dentro dos assentamentos e acampamentos, o MST também implementou projetos educacionais

²² Carta aberta do III Congresso Nacional do MST intitulada, “Os Objetivos do MST”. Nesta carta os sem-terra reafirmam sua identidade e sintetizam suas políticas através do subtítulo, “Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político. Lutando por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade”. (Morissawa, 2001).

²³ Estes dados foram retirados da Cartilha “MST. 2004. *Educação no MST. Balanço 20 anos*. Boletim da Educação nº9”.

como a Educação de Jovens e Adultos – EJA - e o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA -, que em 2003 reunia cerca de 28 mil educandos e dois mil educadores (professores da rede estadual e educadores do movimento).

A implementação dos cursos técnicos e dos cursos de magistério para professores de assentamentos e acampamentos também datam desse período. Uma das primeiras escolas²⁴ criadas pelo movimento com este objetivo é o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA. Oficialmente criado no ano de 1995²⁵, o ITERRA é uma escola de nível médio e técnico, mantida pelo MST nas dependências cedidas pela congregação dos Capuchinhos na cidade de Veranópolis-RS. O ITERRA oferece cursos supletivos de 1º e 2º graus, Curso Técnico em Administração de Cooperativas, Cursos Experimentais de Formação de Professores, Curso Normal de Nível Médio e Cursos de Magistério.

A seguir, apresento alguns dados sobre os cursos de Magistério e de Pedagogia da Terra oferecidos pelo MST em parceria com diferentes universidades públicas.

Dados Cursos Formais de Educação no ano de 2004²⁶

Magistério /Normal de Nível médio

Estado	Parcerias	NºTurmas
Rio Grande do Sul	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep - e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, MST -.	Duas turmas
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão – UFMA.	Duas turmas
Piauí	Secretaria de educação do Estado do PI	Duas turmas
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.	Duas turmas
Pernambuco	Universidade de Pernambuco – UPE.	Duas turmas

²⁴ Segundo alguns materiais do próprio MST, a primeira escola criada pelo movimento surgiu no fim da década de 80, na cidade de Caçador-SC. Infelizmente as informações sobre esta escola são pouco precisas e fragmentadas.

²⁵ Alguns relatos apontam que, no início da década de 90, já eram realizados cursos de formação política e de alfabetização nas dependências da escola.

²⁶ MST. 2004. *Educação no MST. Balanço 20 anos*. Boletim da Educação nº9.

Pedagogia da Terra

Estado	Parcerias	NºTurmas
Rio Grande do Sul	ITERRA e UERGS	Duas turmas
Pará	Universidade Federal do Pará – UFPA.	Uma turma
Rio Grande do Norte	UFRN	Uma turma
Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.	Uma turma
Rondônia	UNIR	Uma turma
Paraná	Universidade Estadual do Oeste – UNIOESTE.	Uma turma
Pernambuco	Universidade de Pernambuco – UPE.	Duas turmas
Bahia	Universidade do Estado da Bahia – UNEB.	Uma turma
Ceará	Universidade Federal do Ceará – UFC.	Duas turmas

Num total aproximado de mil estudantes.

Segundo Navarro, nesta terceira fase, as atividades de formação desenvolvidas nas escolas que o MST conquistou deram a oportunidade a jovens assentados de receberem formação política e cursos profissionalizantes, formando assim uma “segunda geração de militantes”. Esta segunda geração foi formada por jovens oriundos de todos os estados brasileiros, diferentemente da geração anterior, cujos militantes eram predominantemente da região sul. As realidades agrárias distintas, representadas pelos militantes de diferentes regiões, proporcionaram ao MST uma ampliação de suas políticas, agora refletindo as experiências de vida destes militantes (2002a.: 207).

Em 1997, o MST realizou seu I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, o que trouxe visibilidade à sua experiência de atuação nessa área específica (Caldart, 2004: 150). Neste encontro, foi lançado o Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro, uma espécie de síntese política da proposta de educação do MST²⁷.

²⁷ O capítulo II apresenta os princípios e propostas de educação do MST em um das cartilhas analisadas.

O momento é de progressivo fortalecimento dos militantes que estão envolvidos nesse processo específico de ocupação da escola, significando uma ampliação da importância política atribuída às questões da educação no movimento.

Há uma convergência entre os analistas na idéia de que o grande mérito do MST tem sido a sua capacidade de universalizar uma bandeira que nasceu como expressão de interesses particulares, interesses de um grupo social específico. Ou seja, os sem-terra estão fazendo com que uma “luta” que tem uma base social concreta e específica amplie-se e seja transformada em bandeira de um espectro mais abrangente da sociedade (Caldart 2004; Souza 2006; Chaves 2000). Esta é, em resumo, a trajetória da formação dos sem-terra, daquilo que chamam de “sua luta”, através de sua participação na história do MST. As diferentes formas de atuação e as diferentes escolhas feitas tanto pela direção como pelos militantes de base foram se tornando realidade concreta na formação da organização do movimento. A opção pelas ocupações de terras e de escolas, essa forma de “lutar”, constitui-se como essencialmente educativa, na medida em que estabelece formas específicas de atuar, impondo, consciente ou inconscientemente, um modelo de atuação e um modelo de “lutadores”.

Outro aspecto a salientar, ainda sobre este período, refere-se aos trágicos momentos pelos quais os sem-terra passaram quando forças militares e paramilitares reprimiram violentamente as ocupações de terra e as manifestações públicas. Foram inúmeros os conflitos ocorridos neste período, porém três deles destacam-se por terem sido especialmente violentos e por terem repercutido fortemente na mídia nacional e internacional. São eles: conflitos de Corumbiara, no Estado de Rondônia, em julho de 1995; o massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Estado do Pará, em setembro de 1995; e a repressão na BR-277, a cinco quilômetros de Curitiba, no Estado do Paraná, em maio de 2000²⁸. Em todos esses episódios, trabalhadores sem-terra foram assassinados devido à ação criminosa da polícia.

²⁸ Em resposta a este trágico episódio, no dia 02 de maio de 2001, aconteceu na cidade de Curitiba o I Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná. O Tribunal contou com a presença de 1500 pessoas e foi organizado pelas seguintes entidades: Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Fórum Nacional contra a Violência no Campo, Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, Centro de Justiça Global, Associação Direito e Cidadania, *Food First Information & Action Network* – FIAN -, *Global Exchange*, *Dominicans for Justice and Peace*, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Fórum Paranaense de Direitos Humanos e MST. O Tribunal, num ato simbólico, considerou o governo do estado culpado por ação e omissão. Além de analisar as violações ocorridas um ano antes na BR-277, o Tribunal incluiu outros casos de violência contra trabalhadores rurais sem terra, durante o governo de Jaime Lerner. Desde 1995, a Comissão Pastoral da Terra registrou, no Paraná, 16 assassinatos de trabalhadores rurais, 31 tentativas

No dia 17 de fevereiro de 1997, teve início a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada como uma resposta às pressões sofridas pelo MST até então e com o intuito de tornar pública a pauta política do movimento. Os sem-terra partiram das cidades de São Paulo, Governador Valadares e Cuiabá, formando três colunas de militantes de diversas origens, que caminharam durante dois meses até a capital federal. A data escolhida para a chegada a Brasília foi 17 de abril de 1997, marcando um ano de luto pela morte de vários trabalhadores rurais no massacre de Eldorado dos Carajás. Este acontecimento produziu enormes repercussões na sociedade brasileira e culminou com a realização do ato final, um comício que reuniu cerca de cem mil pessoas na cidade de Brasília. Assim, a “Marcha do MST”²⁹ ganhou um grande espaço na mídia nacional e claramente pressionou o governo federal.

Em 2000, o MST realizou o seu IV Congresso Nacional, cuja palavra de ordem lançada foi “*Por um Brasil sem latifúndio*”. A contraposição ao latifúndio, palavra símbolo do movimento desde sua fundação, reafirma a luta pela reforma agrária como mote aglutinador e identitário do MST. No entanto, este congresso não apenas reafirmou antigas bandeiras, ele também colocou em pauta questões que até então não faziam parte do repertório discursivo e das ações práticas do movimento. As linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional que pretendo destacar são:

1- Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço, como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa.

- Lutar contra as privatizações das empresas brasileiras.
- Defender a cultura brasileira frente às agressões culturais imperialistas.

2- Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL.

3- Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes, como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia.

de assassinato, sete casos de tortura, 322 trabalhadores feridos e 470 presos, em 130 ações de despejo (Barqueta e Mendonça, 2001).

Em Chaves (2004), pode-se ter acesso à etnografia deste evento singular. A autora aborda o I Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná a partir de uma perspectiva antropológica, demonstrando as múltiplas possibilidades de análise deste ritual.

²⁹ Uma minuciosa etnografia sobre a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça é encontrada em Chaves (2000). A autora parte da compreensão antropológica dos fenômenos políticos para analisar a Marcha como um ritual, mostrando que a abordagem performativa produz, traz à tona, novos elementos para a compreensão da política nacional e, principalmente, da organização interna do MST.

Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária (<http://www.mst.org.br/historico/congresso/congresso19.html>)³⁰.

Essas resoluções concretizam aquilo que considero o quarto período da história do MST, ou seja, sua fase atual. Novamente reafirmando a bandeira da reforma agrária, cujo símbolo máximo de negação é o latifúndio, o MST ampliou suas análises sobre a conjuntura nacional ao incorporar em seu repertório crítico a ação dos organismos internacionais e as consequências das políticas destes no Brasil. Se o latifúndio sempre foi o principal “inimigo” da reforma agrária, hoje ele é atualizado e percebido como uma das consequências daqueles que são considerados os verdadeiros problemas, ou seja, o capital financeiro, as transnacionais e o imperialismo. Assim, neste momento, incorpora-se ao discurso não apenas a defesa da soberania nacional, mas também a “luta” contra o capital financeiro internacional e questões relacionadas ao meio ambiente, como por exemplo os transgênicos.

A incorporação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e das agroindústrias nas pautas políticas do MST reflete a concepção de que estes organismos atuam como instrumentos de dominação e exploração do capital contra os povos e os trabalhadores.

Se os problemas enfrentados pelos trabalhadores têm sua origem nas políticas internacionais, as formas de organização de resistência a estas políticas seguem o mesmo caminho. Neste período, o MST passa a integrar um movimento internacional denominado Via Campesina. A Via Campesina³¹ é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Dentre as principais políticas internacionais da Via Campesina destacam-se os princípios políticos norteadores:

1) A defesa da soberania alimentar. Soberania Alimentar como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar. 2) A soberania alimentar supõe o acesso à terra e a disponibilidade de créditos públicos para que os (as) camponeses (as) tenham a possibilidade de produzir e vender seus produtos a um preço justo. 3) A Via Campesina não se opõe ao comércio agrícola, desde que as condições acima enunciadas sejam respeitadas, em particular para aqueles produtos que necessitem de condições climáticas específicas. 4) As políticas agrícolas não podem ser definidas por instâncias comerciais como o Banco Mundial ou a OMC (Organização Mundial do Comércio) que

³⁰ Essas informações foram retiradas do site após uma reformulação dos conteúdos da página.

³¹ Infelizmente, não foi possível encontrar informações mais precisas sobre a estrutura organizativa da Via Campesina.

atendem aos interesses de corporações multinacionais. É papel das forças políticas e dos governos decidir sobre as políticas nacionais, sejam agrícolas ou de qualquer outro teor, e não dos agentes do mercado. Essas decisões devem respeitar os direitos humanos e as convenções internacionais e, ainda, ser submetidas a uma jurisdição internacional independente. 5) Em uma democracia, é indispensável uma participação ativa dos movimentos camponeses no processo de definição de políticas agrícolas e alimentares. A transparência da informação, a liberdade de expressão e o direito de se organizar são as condições indispensáveis dessa participação. 6) Atualmente, se discute em vários fóruns ao redor do mundo aspectos que estão estreitamente ligados com nossa vida cotidiana, com nossa ação como camponeses, tais como a regulamentação e aproveitamento da biodiversidade, o uso e conservação dos recursos genéticos e a liberação dos organismos transgênicos, que afetam a saúde da população, o ambiente e a economia camponesa. Os órgãos internacionais responsáveis por esses temas enfrentam um grande dilema: adotar a via que leva à construção de uma relação respeitosa entre a natureza e a sociedade, ou adotar a via que o livre comércio quer impor, da dominação do capital financeiro e do abandono da soberania alimentar. Para a Via Campesina, a biodiversidade tem como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e de que cada povo e cada pessoa tem liberdade para pensar, para ser e agir. Vista dessa maneira, a biodiversidade não é só flora e fauna, solo, água e ecossistemas. Envolve tradições culturais, sistemas produtivos, relações humanas e econômicas, formas de governo. Em essência: liberdade e igualdade. A diversidade é nossa própria forma de vida. A diversidade vegetal nos proporciona alimentos, remédios e casa, assim como a diversidade humana, com pessoas de diferentes condições, ideologias e religiões, possibilitam a riqueza cultural. Isso demonstra que temos que evitar a imposição de receitas nas quais predomine uma só forma de vida ou um só modelo de desenvolvimento. 7) Nos opomos à privatização e a patentes dos materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade camponesa, à atividade indígena. Os genes são propriedade da própria vida. Nós, os camponeses, a temos protegido, cuidando dela com uma educação clara de geração em geração, com um profundo respeito à natureza. Somos nós, os camponeses, que realizamos o melhoramento genético e nossa maior contribuição é a evolução de cada uma das espécies. Camponeses, homens e mulheres, pequenos agricultores, junto com pescadores e artesãos, os povos indígenas e as comunidades negras, historicamente somos os que conservamos, criamos e manejamos sustentavelmente, a biodiversidade agrícola que foi, é, e será a base de toda a agricultura (MST. 2005: 26/30)³².

Este é um resumo das diretrizes políticas da Via Campesina Internacional, aprovadas na sua quarta conferência, em junho de 2004, no município de Itaiçi - Brasil. Estavam presentes na conferência 129 organizações camponesas, de 79 países³³. É importante destacar que as diretrizes apresentam uma enorme diversidade de temas e bandeiras políticas. Elas abrangem tanto questões amplas de política internacional, como “direitos humanos”, “democracia”, “liberdade de expressão” e o “respeito às convenções internacionais”; quanto questões nacionais e sobre o papel do Estado, como as “privatizações”, o “papel das forças políticas e dos governos nas políticas nacionais”,

³² Os dados foram retirados do texto “Plataforma Política da Via Campesina Internacional”, que está na cartilha “O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos”(2005).

³³ Idem.

propondo inclusive que “as políticas agrícolas não podem ser definidas por instâncias comerciais”. As diretrizes discutem ainda políticas mais específicas, como, por exemplo, o “preço justo”. Esta vasta variedade de temas e de proposições políticas aponta para a ampliação do leque de abrangência das propostas políticas até então adotadas pelo MST, ampliação que obviamente visa atender a demandas de outros grupos que compõem as chamadas “populações rurais”.

No Brasil, a Via Campesina é representada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST -, Movimento das Mulheres Camponesas – MMC -, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB -, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA -, entre outros. Uns dos principais dirigentes da Via Campesina no Brasil, que fala publicamente pelo movimento, é João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST. A atuação da Via Campesina no Brasil possui especificidades frente às ações adotadas em outros países. Tendo o MST como seu principal representante no país, a Via Campesina investe suas forças na reivindicação por reforma agrária. No entanto, coloca também na pauta do próprio MST questões novas, relacionadas, por exemplo, à preservação do meio ambiente, através das políticas de combate às sementes transgênicas. A relação específica do MST com a Via Campesina não será objeto deste estudo, pois demandaria uma pesquisa à parte, entretanto, aponto apenas para o fato de que, no atual panorama político, o MST atua nacionalmente muito mais vinculado à Via Campesina. Ou seja, atua na direção da Via Campesina do Brasil tanto quanto apresentando-se apenas como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Exceto, é claro, nos casos de ocupação de terra, onde predominantemente o movimento está à frente.

No plano do debate público, as lideranças nacionais do MST têm se colocado como porta-vozes da Via Campesina no Brasil, principalmente no que diz respeito às discussões sobre Agroecologia e sementes transgênicas. É importante ressaltar que o MST assume a posição de destaque na Via Campesina não apenas por defender publicamente a produção agrícola sustentável, mas principalmente por ter sido pioneiro na criação de escolas técnicas de Agroecologia. Só no Estado do Paraná, foram criadas três escolas com a finalidade de atender a estas novas demandas bem como reforçar as escolas de formação política³⁴ já existentes. São elas: Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio

³⁴ Importante lembrar que todos os demais movimentos que compõem a Via Campesina no Brasil encaminham seus militantes para as escolas técnicas do MST.

Ambiente, o Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária e a Escola Latino-Americana de Agroecologia.

O Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente está localizado na região central do Paraná e oferece cursos técnicos em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - UFPR. O Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária está localizado no município de São Miguel do Iguaçu, na região oeste do estado, e oferece cursos de Saúde Comunitária e de Técnico em Agroecologia, em parceria com a Escola Técnica da UFPR. Este instituto também mantém convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que oferece cursos de capacitação em Agroecologia para os assentados da região. Por fim, a Escola Latino-Americana de Agroecologia, que foi criada dentro do assentamento Contestado, no município da Lapa, oferece cursos de Tecnologia em Agroecologia. A proposta de criação desta escola foi firmada em um protocolo de intenções assinado pela Via Campesina, pelo Governo do Estado do Paraná, pelo Governo Bolivariano da Venezuela e pela Universidade Federal do Paraná, no 5º Fórum Social Mundial (janeiro de 2005), em Tapes, Rio Grande do Sul³⁵.

Face a essa descrição geral, elenco agora os princípios e compromissos estabelecidos pela Via Campesina para as políticas no Brasil:

1. Todas as famílias que querem viver, morar e trabalhar na terra têm direito de amar e preservar a terra e os seres da natureza em benefício de todos.
2. Produzir prioritariamente alimentos para eliminar a fome da humanidade e melhorar as condições de vida e alimentação.
3. Preservar os bosques existentes e reflorestar as áreas degradadas.
4. Proteger as águas, suas fontes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização e comercialização das águas.
5. Evitar a monocultura depredadora e o uso de venenos e agrotóxicos. Tratar adequadamente nossos lixos e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
6. Lutar contra o latifúndio e repudiar as políticas implementadas pelo Banco Mundial e empresas multinacionais, com relação à Reforma Agrária; repudiar as empresas que monopolizam as tecnologias, as agroindústrias que nos exploram, e os organismos internacionais, (como FMI, OMC, G-7, que só se articulam em função dos interesses do capital).
7. Aperfeiçoar sempre nosso conhecimento sobre a natureza e a agricultura, e transmitir aos jovens, motivando-os a continuar no meio rural.
8. Praticar a solidariedade e indignar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra qualquer pessoa, comunidade e natureza, em qualquer parte do mundo.
9. Lutar e defender a igualdade entre homens e mulheres. Combater todo tipo de discriminação racial e sexual. Criar oportunidades efetivas para que ninguém seja discriminado e excluído por questões de gênero e raça.
10. Embelezar nossas comunidades, cuidando e plantando árvores, flores, ervas medicinais e hortaliças.
11. Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem

³⁵ Informações retiradas da Cartilha “Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação” (2006).

supremo e deve garantir a sobrevivência das futuras gerações. 12. Pronunciar-se pelo não pagamento da dívida externa, para que esses recursos sejam destinados a cobrir as dívidas que os camponeses, especialmente os do setor social, têm com bancos (<http://www.social.org.br/cartilhas.htm>. data: 16/01/2007).

Dois episódios representam bem essa recente concepção política do MST. São eles: a ação da Via Campesina na Aracruz Celulose do Rio Grande do Sul e a ocupação da Syngenta no Paraná.

No dia 08 de março de 2006, por volta das cinco horas da manhã, cerca de duas mil mulheres da Via Campesina ocuparam o horto florestal da Aracruz Celulose, na Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul. Além deste ato ter sido realizado em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres, a ocupação já fazia parte da agenda de atividades a serem realizadas pela Via Campesina durante a Conferência Internacional de Reforma Agrária da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO - e teve como objetivo denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo de eucaliptos. Durante o ato, as mulheres destruíram viveiros de eucaliptos e mudas que já estavam prontas para serem plantadas e que abasteceriam a empresa com sua celulose pelos próximos sete anos³⁶. Neste ato, reuniram-se simbolicamente a luta pela biodiversidade e pela igualdade de gênero, duas das bandeiras da agenda política da Via Campesina incorporadas pelo MST.

Outro episódio que ilustrou bem essa nova forma de manifestação política do MST foi a ocupação da empresa Syngenta no Paraná. A Via Campesina ocupou, no dia 14 de março de 2006, uma área dessa empresa multinacional em biotecnologia. Esta área é destinada aos experimentos com soja e milho transgênicos e tem sua sede no município de Santa Tereza do Oeste-PR. A sede localiza-se a seis quilômetros do parque que guarda uma das maiores riquezas da biodiversidade do mundo, as Cataratas do Iguaçu. A prática da Syngenta é criminosa, pois a lei brasileira proíbe a reprodução de transgênicos na proximidade de áreas como a do Parque Iguaçu, as chamadas zonas

³⁶ A Via Campesina é contra o que denomina “desertos verdes”: as plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina. Ainda segundo a Via Campesina, só no Estado do Rio Grande do Sul, já são 200 mil hectares de eucalipto e este, por onde avança, destrói a biodiversidade, deteriora os solos, seca os rios e gera uma enorme poluição por causa das fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana (<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1522&eid=8>).

de amortecimento. A transnacional foi denunciada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que comprovou as práticas ilegais³⁷.

Para o MST, estas ocupações são formas de “luta” que visam impor resistência aos interesses das multinacionais. Roberto Baggio, da direção nacional do MST, em reportagem veiculada no *site* da organização, diz “acreditar que a conjuntura que vivemos é a de disputa de projetos e que as lutas dos movimentos camponeses buscam alternativas ao neoliberalismo, principalmente no caso da agricultura, setor em que o Brasil é alvo de grandes interesses internacionais³⁸”. Com a convicção de que a “luta” mudou e que agora os “inimigos” são o capital financeiro internacional e os organismos que gerenciam estas políticas, a Via Campesina e o MST investem em outras áreas de atuação. A Via Campesina promoveu um conjunto de mobilização para pressionar os debates do 3º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - MOP-3 - e da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica - COP-8. Além disso, a organização da Via Campesina montou o Acampamento Terra Livre de Transgênicos³⁹, atividade paralela às oficiais em Quatro Barras, cidade situada a 20 quilômetros de Curitiba.

Esses dois exemplos, apresentados de forma resumida e sem uma análise mais precisa, têm o objetivo de ilustrar o contexto atual das políticas gerais do MST. Eles mostram que houve uma incorporação de novos agentes políticos na análise da conjuntura nacional e internacional, assim como de novas formas de combate a esses agentes políticos. A participação do MST na organização da Via Campesina do Brasil e as ações resultantes dessa participação não entram em confronto com o princípio da

³⁷ A empresa foi multada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em razão do descumprimento de uma lei brasileira: o artigo 11 da Lei nº 10.814/2005, que proíbe o plantio de Organismo Geneticamente Modificado – OGM - nas zonas de amortecimento das Unidades de Conservação, terras indígenas e áreas de manancial. A Syngenta plantava soja e milho transgênico nesta área localizada a menos de seis quilômetros do Parque Nacional do Iguaçu, considerado Patrimônio da Humanidade pela Unesco (Organização das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura). A empresa foi multada pelo IBAMA em 1 milhão de reais e, conforme últimas informações, não pagou a multa (Data: 17/03/2006 <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=24770>). Após oito meses, o governador do Paraná, Roberto Requião, assinou decreto determinando a desapropriação da área de 300 hectares da Syngenta em Santa Teresa do Oeste, alegando que a empresa cometeu um crime grave contra a biossegurança, pois representa risco de contaminação genética. Durante este período, cerca de 100 famílias permaneceram na área, que passou a se chamar Acampamento Terra Livre. No local, a Via Campesina pretende instalar um campo de pesquisa e um banco de sementes crioulas. Os acampados estão perto dessa conquista, já que a desapropriação faz parte das atribuições de governos estaduais quando está em jogo a utilidade pública, caso da área em Santa Tereza do Oeste ameaçada de contaminação pela Syngenta. (Data: 14/11/2006, Luís Brasilino http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/news_item.2006-11-13.3813843375).

³⁸ Retirado do site: http://www.mst.org.br/mst/vozes_pagina.php?cd=2241.

³⁹ No terceiro capítulo desta dissertação, será feita uma análise deste evento.

reforma agrária, pelo contrário, as dificuldades de implementação da reforma agrária são compreendidas a partir de uma ótica mais geral, como uma das consequências de políticas tanto internas como externas. Isto, no entanto, não significa uma indiferenciação destas duas organizações. O MST e a Via Campesina não se tornaram a mesma organização. O MST continua com a política de atuação local, de ocupação de terras improdutivas e, posteriormente, de formação de assentamentos, cooperativas agrárias, criação de escolas, entre outros. Enquanto a Via Campesina do Brasil, mesmo sendo representada majoritariamente pelo MST, tem atuado com maior desenvoltura nas questões relacionadas às políticas que incorporam também as demandas dos “outros” grupos sociais que vivem no campo, como a preservação do meio ambiente, a implementação de práticas agrícolas sustentáveis, a demarcação de terras indígenas, ou seja, ela atua aglutinando demandas específicas em torno da preservação do meio ambiente.

Neste complexo mundo onde o “inimigo” não aparece mais na forma materializada do latifundiário, as questões relacionadas à educação e formação política do MST ganham mais uma vez destaque. Mantendo-se o princípio de que “a direção política do Movimento é prerrogativa de seus militantes” (Chaves. 2000: 16), fez-se necessária a ampliação da própria idéia de educação e de formação política. Agora, a tarefa do MST não é apenas preparar seus educadores para atuar nos assentamentos e acampamentos, mas, também, preparar seus quadros técnicos e militantes que atuam nas “bases” e disputam “saberes” com a chamada “ideologia”⁴⁰ dominante.

A ampliação do número de escolas nos assentamentos e acampamentos, bem como a necessidade de apoio técnico para a gestão dos assentamentos e a crescente demanda de quadros políticos que atuam nas várias instâncias da estrutura organizativa do MST, complexificam as formas de atuação dos Setores de Educação e Formação Política. Os militantes são, agora, convocados a atuar nas mais diversas áreas técnicas e políticas, com o objetivo não só de fortalecer o movimento enquanto organização autônoma, mas também de responder a uma demanda crescente da própria militância,

⁴⁰ No contexto militante, “ideologia” aproxima-se do significado dado por Marx e Engels (2002), em que pode ser considerada um instrumento de dominação que age através do convencimento (e não da força), de forma prescritiva, alienando a consciência humana e mascarando a realidade. Ainda, concebe a mesma como uma consciência falsa, proveniente da divisão do trabalho manual e intelectual. A ideologia (falsa consciência) gera, inverte ou camufla a realidade para os ideais ou vontades da classe dominante.

que encontra nos espaços proporcionados pelo MST uma possibilidade de acesso à educação⁴¹.

Assim, a educação passa a ser vista como uma tarefa da organização do movimento e não apenas de um de seus setores. Neste contexto em que as formas de “luta” se complexificaram, é possível identificar uma clara ruptura das fronteiras entre educação e formação política. Essa ruptura dá-se tanto do ponto de vista burocrático, da “organicidade”, como do ponto de vista da “prática”, das ações. Historicamente esses setores nasceram separados, sendo a formação política uma preocupação que surgiu colada à dimensão central da atuação do movimento, ou seja, à “luta pela terra”. Mas a trajetória do MST foi produzindo um alargamento tal das concepções e das tarefas tanto da formação política como da educação, que atualmente elas, em diferentes situações, se entrelaçam. Afinal, “na prática, a preocupação central de ambas é a formação humana”, como diz Caldart (2004), mas não a formação de qualquer humano, e sim, a formação da militância, do sem-terra que “luta”.

A formação para a “luta” está na escola, nos cursos de formação política, nas ocupações, na organização dos acampamentos, nos assentamentos, nos textos produzidos pelo MST, nas falas dos dirigentes, entre outros. São nestes diferentes contextos que ocorrem a formação dos militantes e educadores sem-terra. Esse processo está concretizado no número cada vez maior de militantes do MST que atuam na educação, mas não nas escolas formais. “Segundo estimativas de setor de educação, até o final de 1999, havia pelo menos duas mil pessoas atuando nessa condição em todo o Brasil” (Caldart 2004: 281).

A gente se educa na “luta”

As formas de educação e a formação política no MST estão diretamente relacionadas aos momentos históricos e concepções sobre a política pelos quais o movimento passou desde sua criação. Não é possível descolar esta discussão das proposições políticas mais amplas. Tentei demonstrar, mesmo que de forma resumida,

⁴¹ O MST promove diversos cursos técnicos em escolas próprias do movimento, como o de Agroecologia, Administração de Cooperativas, Formação de Professores de 1º a 4º séries. Possui convênios com diversas universidades estaduais, onde os militantes realizam cursos de terceiro grau nas áreas de educação. Além disso, possui convênios de educação com o Governo Cubano e Venezuelano. Em Cuba, os militantes selecionados pela direção nacional vão estudar Medicina. Este convênio já resultou em duas turmas de militantes do MST que se formaram em Medicina. Quanto à Venezuela, o convênio é mais recente, tem cerca de dois anos. Lá os militantes estudam Medicina, além de realizarem cursos técnicos na área rural.

como ao longo de sua história o MST complexificou sua análise sobre os problemas do não cumprimento do projeto de reforma agrária no Brasil e os desdobramentos gerados a partir disso. O fortalecimento das discussões referentes à educação e à formação política seriam, assim, uma das conseqüências daquilo que se chama de uma forma genérica “luta”. É necessário refletir sobre este conceito, pois representa um “conceito-chave” para a compreensão da concepção de política do MST, englobando inclusive as idéias e práticas referentes à educação e à formação política.

Comerford (1999) no texto *Lutando. Os diferentes usos da palavra luta entre os trabalhadores rurais* constata que “o termo luta assume diferentes significados para os trabalhadores rurais da região de Santa Maria da Vitória e Coribe, no oeste da Bahia. Esses diferentes significados remetem a diferentes situações, agentes e relações, e fazem parte de discursos distintos” (19). Apesar do contexto de pesquisa de Comerford (1999) ser diferente do apresentado neste trabalho, entendo que a utilização da palavra “luta” e os diferentes significados atribuídos a ela não são exclusivos daquela região pesquisada pelo autor. Assim, proponho demonstrar que os sentidos dados à palavra “luta” no contexto pesquisado por Comerford são similares àqueles encontrados no MST e que a “luta” assume, no caso específico desta pesquisa, um valor “pedagógico” que torna indissociáveis as idéias e práticas referentes à educação e à formação política.

Afirmo que a trajetória da formação dos militantes sem-terra é um processo educativo, de formação humana, mas não de qualquer humano, falo de uma visão de humanização que é própria, específica do MST. Esta concepção foi sendo produzida a partir das experiências concretas dos indivíduos de participar das ações que constituem o MST numa relação direta com a Teologia da Libertação e algumas teorias da esquerda socialista⁴². A formação dos sem-terra, pois, se dá pela assimilação de discursos, pela vivência pessoal, pela participação em cursos de formação, pela escola regular, pelas ocupações etc. Todos estes elementos fazem parte de um conjunto de ações que compõem o que no MST se chama de “luta social”.

Essa experiência de participação no MST produz aprendizados que, aos poucos, se conformam em hábitos, posturas, convicções e valores compartilhados. Este seria o modo de ser sem-terra, embora seus diversos traços possam não estar presentes, todos eles, em cada um, ainda que coletivamente seja reconhecido como fundamental. A experiência de participar da luta social do MST produz vivências que, de certa forma,

⁴² O segundo capítulo será dedicado a analisar alguns destes materiais de formação política.

reproduzem, em nível da experiência pessoal, a trajetória apresentada antes como formadora da história do MST.

Quando falo deste processo de formação estou considerando continuidades e descontinuidades, pois este movimento quase nunca é linear e geralmente se apresenta com múltiplos sentidos entrecruzados. Há quem tenha entrado no MST através da vivência, outros que talvez não cheguem a vivenciar diretamente todos os processos. Desta forma, estou falando de um modelo que não é experimentado em sua totalidade, mas que está presente em um momento ou outro da vida de cada militante.

As vivências educativas de que aqui se trata não são necessariamente as ações realizadas pelo MST explicitamente com fins pedagógicos e culturais. São aquelas ações próprias do cotidiano de “luta” no movimento. Na próxima parte vou destacar algumas que considero fundamentais.

A “luta” da ocupação

Do ponto de vista pedagógico e educativo da “luta” do MST, a ocupação de terras talvez é, das vivências analisadas, a mais rica em significados que contribuem para a formação dos sem-terra, pois projeta mudanças no modo como militantes se posicionam diante da realidade⁴³. A ação de ocupar uma terra representa, para o trabalhador que não tem terra, o momento da reação contra essa condição social e uma possibilidade de se tornar um militante sem-terra.

A ocupação pode ser entendida como a essência do MST, porque é com ela que se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra (Stédile, 1997). Quando o conceito de ocupar é construído em oposição a invadir, inaugura-se um processo educativo. Nas primeiras ações, os próprios sem-terra usavam a expressão “vamos invadir aquela fazenda”. Aos poucos, ajudados pelos apoiadores externos, foram produzindo a diferença, que também interfere nas próprias reflexões jurídicas, as quais, por sua vez, passam a relativizar o valor absoluto da propriedade da terra, cotejado com o direito à vida e ao trabalho (Caldart, 2004: 168). É no momento da mudança política e semântica do termo “invadir” por “ocupar”, que os sem-terra

⁴³ A ocupação não é a única forma de entrada para a militância no Movimento Sem-Terra, apesar de ser certamente a maneira mais significativa para a constituição da identidade destes sujeitos. É comum, também, a entrada de militantes através dos vínculos estabelecidos com a CPT, com os movimentos sociais urbanos e com os estudantes universitários que participam de projetos junto ao MST.

rompem alguns valores, recuperam outros e criam novas concepções sobre a propriedade e sobre seu próprio papel neste processo.

É importante compreender que o sentido simbólico de ocupar uma terra é uma experiência ímpar para todos os sem-terra. “Romper uma cerca”, ultrapassar os limites de uma propriedade e entrar “para ficar” é o rito de passagem que marca a iniciação de qualquer militante. Esse momento de passagem é perceptível no trecho abaixo, em que Ariulino Alves de Moraes conta sobre a primeira ocupação de terra que participou no oeste do Paraná:

Quanta dor de cabeça, na hora de Dois Vizinhos. Era meia noite e os caminhões que tinham sido contratados desistiram, minha sorte foi seu Ademir Fadanelle que às duas horas da manhã eu e o Ovidio tiramos ele da cama para carregar 25 famílias que estavam escondidas em um lugar para ninguém desconfiar. Finalmente chegamos, fomos o terceiro caminhão a chegar no local. Mais outro susto, um empregado da firma apontando com uma arma para nosso lado, mais entramos sem nem um incidente. Fiquei contente com a ocupação, sofri muito quando vi tantas famílias, crianças junto, foi a maior escola para mim, no dia que saímos para frente da igreja, com uma neve, as crianças molhadas, as mulheres doentes, um sofrimento horrível, isso causou mais revolta. Me levou a uma discussão com as irmãs religiosas de minha comunidade e o Padre Adelino, comecei perceber que nem tudo que reluz é ouro (MST. 2000: 46/47)⁴⁴.

O relato demonstra os problemas e as alegrias da primeira ocupação. Mostra, acima de tudo, que a inserção no Movimento Sem-Terra se dá na prática, ou seja, que, geralmente, as primeiras atividades de um militante do MST consistem em participar de uma ocupação de terra, aprender com as lideranças experientes e viver intensamente este momento, que posteriormente será lembrado como “uma experiência única”, como já ouvi militantes falarem. Este também é o momento das dúvidas, dúvidas sobre ocupar um lugar que não é seu, sobre o que significa a propriedade privada, entre outros. Para quem supera as dificuldades iniciais, inclusive materiais, e fica na ocupação, resta interpretar essas questões a partir de outros ângulos: incorporar a crítica ao latifúndio improdutivo, começar a compreender sua trajetória de vida a partir de uma perspectiva de classe. Portanto, ao passar por esses processos, aprende-se uma nova forma de ver o mundo, aprende-se a ser um militante sem-terra.

Nessa mesma formação de idéias e valores, um aprendizado correlato é o da negociação. Negociar, no caso dos sem-terra, implica primeiro em uma mudança de postura diante das autoridades. É necessário considerá-las como pessoas iguais, com as

⁴⁴ Este relato foi retirado do livro “A história e luta de um povo: Histórias de vida”. Este livro é uma transcrição integral das histórias de vida dos alunos da primeira turma de Escolarização da Reforma Agrária: Iraci Salete Strozake (org). MST/PR.

quais é possível ficar “*frente a frente, olho no olho*”. O que importa é demonstrar que não se está ali para pedir favores, mas sim para exigir direitos. O relato de Ilson Sanger Bogo descreve um pouco esta situação:

No dia 25 de agosto fizemos uma assembléia e definimos que iríamos ocupar a fazenda na mesma noite, fizemos uma equipe de segurança de 10 pessoas onde eu fazia parte, nós tínhamos que ir antes e prender os pistoleiros mas não deu certo, a polícia passou antes, na frente do acampamento, como furou o nosso esquema, reunimos todas as famílias às 2 horas da manhã e saímos em caminhada até a fazenda que dava 12 km. Chegamos na fazenda por volta das 6:30 horas da manhã do dia 26. Nós os seguranças entramos no mato para ir pegar os pistoleiro mas não conseguimos chegar lá, eles vieram em quatro pela estrada e começaram a atirar... passando uns 10 minutos chegou a tropa de choque com mais ou menos 150 homens bem armados com uns 10 cachorros, eles começaram a pressionar para nós sair. Entramos em negociação mas não teve proposta. Tivemos que sair, veio até a área ocupada representantes do INCRA, do governo veio até o Zé Carlos e alguns aliados, saímos da área era meia noite e voltamos para o acampamento com a proposta de voltar para a área com 10 dias mas não voltamos, voltamos novamente no dia 10 de novembro de 97, no dia 18 saiu a emissão de posse (MST. 2000: 77/78)⁴⁵.

O MST sabe da dimensão formativa do processo de ocupação e negociação. Por isso, geralmente as comissões de negociação têm inúmeras pessoas, nem sempre as mesmas. Essa lógica costuma causar certo constrangimento às autoridades, que se deparam com um grupo que não cabe nos limites do protocolo, nem nos limites da sala. Além disso, é preciso também saber negociar. Aprender pela experiência quais são os momentos de endurecer, de transigir, até onde é possível ceder, o que não se pode abrir mão. Lideranças se firmam ou são substituídas a partir de situações como estas (Caldart, 2004: 173).

A “luta” no acampamento

O primeiro sentido que Comerford (1999) dá ao termo “luta” é aquele empregado para caracterizar o cotidiano dos trabalhadores, onde a “luta” é associada ao sofrimento cotidiano. O mesmo sentido é utilizado, principalmente, entre os trabalhadores que vivem em situação precária. O autor aponta que

...esses trabalhadores rurais que vivem em situação crítica, ou que passaram por situações críticas, ao falar de sua *luta*, estão descrevendo seu cotidiano, afirmando seu valor, denunciando – principalmente no terreno moral – aqueles que consideram

⁴⁵ Idem.

causadores de seu *sofrimento* individual e refletindo sobre a vida dos *pobres* e o sentido de seu *sofrimento* (1999: 29).

Durante a pesquisa, percebi que a utilização do termo “luta” pelos sem-terra também é associada, assim como em Comerford (1999), à vida cotidiana. No contexto do MST, os militantes usam a expressão principalmente no que se refere à “luta” cotidiana nos acampamentos. A vida nos acampamentos, a situação precária refletida na falta de infra-estrutura básica, como luz e água, a falta de escolas e as dificuldades de acesso à saúde são fatores que os levam a caracterizar essa situação de vida como uma “luta”. Além desta situação, específica de uma parcela significativa dos militantes do MST, destaco que o termo “luta” é empregado também, entre os demais membros do movimento, para caracterizar o cotidiano dos trabalhadores, as “lutas” que cada sujeito “enfrenta” no dia a dia.

O acampamento é uma marca muito forte da presença dos sem-terra. Os barracos de lona preta, com sua disposição espacial e seu cotidiano singular, têm, de maneira contínua, chamado a atenção da sociedade para o conflito social que se escancara e se desdobra na ocupação. A ocupação é o ato de um momento, preparado antes, desdobrado depois. Além de ser um uma “luta” individual, o acampamento é um espaço social privilegiado de formação identitária do sem-terra, pois ali todos, necessariamente, têm que organizar suas vidas em função de dar continuidade às ações de “luta” pela terra, ações estas que são propostas pela direção do MST.

O acampamento é uma forma de “luta” largamente utilizada pelo MST. Seus principais objetivos são: “educar” e manter mobilizada a base sem-terra, sensibilizar a opinião pública para a causa da “luta pela terra” e fazer pressão sobre as autoridades responsáveis pela realização da reforma agrária. Enquanto estão acampados, os sem-terra geralmente continuam realizando outras ações combinadas, como audiências, atos públicos, caminhadas, greves de fome, acampamentos breves em lugares públicos das cidades, re-ocupações de terra, entre outras. Essas ações dão continuidade ao processo de formação dos sem-terra.

É necessário organizar internamente o acampamento, com a realização das primeiras assembléias gerais das famílias acampadas, o estabelecimento das regras coletivas e com a criação dos núcleos de base, das equipes de trabalho e da coordenação geral do acampamento. Todas essas atividades são obrigatórias para os acampamentos coordenados pelo MST. Esse é um dos momentos de maior desistência das famílias

acampadas, pois muitas vezes elas não compactuam com a forma de organização proposta. No entanto, para quem fica e já começa a incorporar esse novo modo de vida, o acampamento pode ser olhado como um grande espaço de socialização dos sem-terra, que passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade cujas regras e jeito de funcionar, embora tão diferente da sua experiência anterior, têm de ser produzidas, respeitadas e aplicadas por eles mesmos.

Os sem-terra acampados passam a assumir funções diárias na organização coletiva do acampamento. Ao implementarem em seu cotidiano os princípios organizativos do MST - direção coletiva, divisão de tarefas, participação direta, entre outros -, os sem-terra vão aprendendo a construir relações sociais com um novo formato, que depois poderão ser continuadas - ou não - nos assentamentos. É preciso participar simultaneamente de um núcleo e de uma equipe de trabalho. Além disso, nos acampamentos mais recentes, é necessário vincular-se a um dos setores do movimento. “Tudo isso junto com o movimento da própria ‘luta diária’, que os pressiona a participar de decisões que dizem respeito ao seu destino, à sua vida e de sua família” (Caldart, 2004: 182). Os militantes também precisam aprender a discutir, a defender suas idéias, a votar propostas.

Todas essas novas experiências impostas aos acampados não estão imunes de conflitos. Caldart diz que:

Essa experiência de inversão das relações tradicionais pode ser tão forte que se torne intolerável para pessoas com condutas já cristalizadas. Muitos conflitos que acabam eclodindo nos acampamentos (e depois nos assentamentos) têm a ver com este tipo de questão, bem mais até do que com divergências em relação ao processo de condução da luta política mais ampla (2004:183).

Para um segundo momento da análise, “luta” pode caracterizar um contexto de conflito entre trabalhadores rurais e proprietários de grandes extensões de terras. Assim como em Comerford (1999), esta utilização do termo é fundamental nas avaliações que envolvem esses conflitos, principalmente no que diz respeito aos confrontos violentos e às situações em que o Estado não protege os direitos individuais dos sem-terra. Nesse contexto, a “luta” constrói uma identidade de grupo, expressa através das mobilizações coletivas. Segundo o autor e com esta acepção, “luta”:

remete quase sempre a um contexto de mobilizações coletivas – e de construção de comunidades (e de suas lideranças) através dessas mobilizações. *Luta* adquire neste contexto um sentido ético e também “épico”, em narrativas nas quais as pessoas (inclusive aquelas que fazem as narrativas) e *comunidades* mostram seu valor através da resistência para manter seu espaço, geralmente diante de agentes considerados pelos camponeses como muito mais poderosos que eles. Essas narrativas são também uma denúncia de rupturas de códigos de convivência e do desrespeito a valores morais e a “direitos” – concebidos em termos legais e também morais. São também uma reflexão sobre o sentido da comunidade, da *união* e, novamente, do *sofrimento* – que assume, nesse contexto, um caráter mais imediatamente coletivo, ainda que mais localizado (o sofrimento dos membros de uma determinada *comunidade*, ao invés de todos os *pobres*) (19/20).

A “luta pela terra”, mote aglutinar e identitário do MST, só tem significado quando pensada coletivamente e como um projeto de todos aqueles que se unem em torno deste objetivo comum. A identidade de sem-terra é construída e reafirmada tendo como base o caráter comunitário da “luta”, pois só através da “união”, expressa publicamente nas grandes mobilizações coletivas, os sem-terra acreditam poder “lutar” contra aqueles que causam o sofrimento dos trabalhadores rurais e que são representados simbólica e materialmente pelo latifúndio.

A discussão pode ser exemplificada pela idéia de um “universo de representações” complementares. Segundo Comerford, nesta acepção, é o coletivo, a “comunidade”, que “sofre”, que tem coragem, mas que “luta” “unida” em busca de “direitos” e “justiça”, opondo-se, assim, aos “latifundiários” e aos “poderosos” que, através do Estado, negam aos sem-terra os direitos previstos nas leis. Nesse contexto, a representação dos trabalhadores no plano jurídico também pode ser qualificada como “luta”.

Outro ponto, que pode definir o perfil daquele que poderá sair do acampamento para se tornar uma liderança sem-terra, é o que se chama no MST de “vida em movimento”, em contraposição à lógica da “estabilidade” e de um cotidiano que fixa as pessoas em um determinado tempo e lugar. Estou falando das pessoas que vão “contribuir” em outros estados. “*Contribuir com o movimento*” é uma frase muito utilizada entre os militantes que se dispõem a dedicar sua vida ao MST, seja trabalhando voluntariamente em seu acampamento ou assentamento, seja se dispondo a trabalhar em outras cidades ou estados. A idéia de “contribuir” com o MST está intimamente ligada aos “sacrifícios” exigidos pela “luta” e, também, relaciona-se a uma forte característica de parte dos sem-terra, que é a profissionalização da militância. A profissionalização da militância pode ser caracterizada a partir do momento em que “contribuir com o

movimento” torna-se a principal preocupação da vida do militante e ele transforma-se em uma “liderança”. Como bem aponta a fala de Ojefferson, militante da Bahia:

Eu não fico diariamente no meu acampamento. Fico em Itabuna, que é mais central onde existe a secretaria do Movimento. Sou da equipe de negociação do meu acampamento, porque faço parte da direção estadual, onde são 13 que participam. Daí a gente tem as outras tarefas, que é fazer mobilização, ato público, visitar outras áreas, negociar com o Incra...Existem outras tarefas, que a gente tem que estar sempre junto e organizando... A gente não tem tempo de cultivar a terra, porque está sempre em movimento, em trabalho de base, mas a gente também tem que ter nosso pedacinho de terra, para que amanhã ou depois possa trabalhar em paz. Apesar que a gente não sabe o que pode pintar pela frente nessa nossa luta! (1998: 73/74)⁴⁶.

Essa lógica de dedicação integral altera o jeito de ser das pessoas: algumas esperam ansiosas pelo retorno a uma situação de vida mais estável, o que poderá ser proporcionado pelo assentamento, enquanto outras, como no relato acima, já não conseguem mais imaginar sua vida sem essa agitação da “luta”. Os integrantes desse último grupo, mesmo quando assentados, seguem ajudando a fazer novas ocupações de terras, ou então se dedicam a inventar novos jeitos para conduzir sua vida nos assentamentos. Talvez esta seja a maior característica das lideranças sem-terra: a disponibilidade de, como eles mesmo falam, contribuir com a organização em outros lugares que não aqueles de seu acampamento ou assentamento.

A “luta” no assentamento

Talvez mais do que nas atividades anteriores, é preciso reconhecer que a produção de aprendizados próprios da experiência coletiva e pessoal de organizar a “luta” no assentamento é identificada por algumas contradições que geram fortes conflitos e que o tratamento desses conflitos está vinculado aos traços que passam a compor a identidade sem-terra.

Quando os sem-terra chegam ao assentamento, são pressionados a escolher entre buscar que o “extraordinário”, aqueles instantâneos de mudança vividos no tempo da ocupação e do acampamento, se torne o seu cotidiano de vida no campo, ou tentar ter novamente aquele modo camponês de vida que tinham - ou sonhavam ter - antes da entrada no MST.

⁴⁶ Este relato foi retirado do livro “Vozes da Marcha pela Terra”. Este livro é uma transcrição integral das histórias de vida de alguns dos militantes que estiveram na Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, no ano de 1997.

Antônio Cardoso, assentado no município de Pitanga, fala sobre o início da discussão sobre a cooperação agrícola e de como eles aceitaram o “desafio” de levar à frente esse projeto:

A partir da desapropriação da área, surgem as primeiras discussões sobre quem ficaria para ser assentado e no mesmo período também começa a se fortalecer dentro do MST a discussão da Cooperação Agrícola com a criação das CPAs. Aparece uma área no município de Pitanga, com as características para desenvolver esse tipo de atividade e nós topamos o desafio e ocupamos a área em 19 de agosto de 1989. Fundamos a primeira cooperativa de produção e serviço do MST, a COOPROSERP, em 24 de agosto de 1989 (MST. 2000: 12).

Ao aceitarem o “desafio”, os assentados de Pitanga optaram por levar para além do acampamento as propostas do movimento. Importante destacar o significado da categoria “desafio” no universo do MST. A assunção do “desafio” é também a assunção do papel da liderança. É líder quem aceita os “desafios” propostos pela organização e se “desafia” a cumpri-los. A opção por transformar os momentos extraordinários da “luta” no acampamento em uma visão de mundo cotidiana, influi na forma de produzir, de pensar o mundo. Isto porque os assentados fazem parte do MST permanentemente, incorporando e colocando em prática essa “nova” forma de viver no campo⁴⁷. Assim, o trabalho na roça é entendido a partir de outras perspectivas e as “lutas” do MST fazem parte do mesmo processo, como ressalta Antônio Cardoso:

Sempre gostei do trabalho da roça e no assentamento é esta atividade que sempre procurei desenvolver, apesar das dificuldades que encontramos com esse modelo agrícola, mas temos dado passos importantes com relação ao avanço da produção.

Importante porque?

Quando pegamos uma terra totalmente desgastada pelos fazendeiros, tornamos ela produtiva e produzimos alimentos para o povo, isso é uma vitória.

Mais a gente tem dificuldade para ajudar a desenvolver essa tarefa, porque ao mesmo tempo que temos que trabalhar na roça precisamos desenvolver as lutas no MST, que se tornaram cotidianas, pois avançamos numa, damos uma pequena parada na outra, mas mesmo assim o resultado ainda é bem maior do que quando vivíamos arrendando terra (MST. 2000: 14).

Porém, não são todos os assentados que optam por continuar no movimento, assim como fez Antônio. No assentamento, a expectativa maior é voltar à vida

⁴⁷ Nos últimos anos, houve uma mudança significativa no modo como as direções do movimento lidam com as questões relacionadas ao cooperativismo e ao sistema de produção coletiva. Após um período de quase imposição do sistema coletivo e cooperado, hoje o MST adota uma postura mais flexível, por avaliar que existe uma resistência muito grande das famílias em adotar este modelo de produção e também porque as experiências de cooperativismo e trabalho coletivo não foram tão satisfatórias quanto imaginavam.

“normal”, certamente bem diferente daquela experimentada debaixo das lonas pretas e talvez muito mais próxima ao tipo de experiência já vivenciada pelo militante em algum momento anterior de sua trajetória de trabalhador do campo. Nos relatos a que tive acesso, a opção por não levar adiante as propostas do MST sempre é analisada de forma negativa. Cito dois exemplos significativos:

No campo da produção sempre encontramos muitas dificuldades, porque a região era estranha para a maioria das famílias, principalmente para as que vieram de outras regiões ou para algumas oriundas do meio urbano que não tinham afinidade com o processo de produção agrícola. O modelo tecnológico baseado no uso de veneno, adubos químicos e máquinas pesadas usadas por todas as famílias é outro grande problema que acompanhou a história do assentamento e continua sendo um dos principais desafios das famílias, pois esse modelo ainda é muito adotado (MST. 2003: 53)⁴⁸.

O trabalho no assentamento é individual; não existe nenhum grupo coletivo. Há apenas uma ou duas pessoas por comunidade que participam de reuniões junto à Secretaria Regional do MST e passam as informações para os demais (MST. 2003: 101)⁴⁹.

O primeiro exemplo fala das experiências do Assentamento Contestado⁵⁰, localizado na Lapa-PR. A opção por dar continuidade ao modelo tecnológico baseado no uso de venenos, uso característico do agronegócio, é percebida como um dos grandes problemas do assentamento, um problema que deve ser superado. Já no segundo exemplo, a avaliação é clara: no assentamento Eduardo Raduan, a opção pelo trabalho individual em detrimento do trabalho coletivo proposto pelo MST inviabilizou, inclusive, a participação dos assentados no próprio movimento.

No momento atual, isso pode significar um conflito entre as famílias sem-terra e o próprio movimento, uma vez que o movimento caracteriza-se como uma organização social que já construiu uma visão sobre as alternativas que considera potencialmente mais promissoras à viabilização das famílias, especialmente econômica, e às vezes repassa essa visão aos assentados sem muito considerar ou compreender a contradição cultural em que vivem (Caldart, 2004: 194).

No processar desses conflitos, abre-se um mundo de possibilidades de “luta”, que tem construído a história do MST. No entanto, a posição do MST é clara: os

⁴⁸ Este relato foi retirado do livro “Escrevendo nossa luta, nossa história” (2003). Este livro é uma transcrição integral das histórias de surgimento do MST no Estado do Paraná. O livro está dividido pelas regiões do Estado e em cada região é contada a história de constituição dos assentamentos.

⁴⁹ Idem

⁵⁰ Hoje, o assentamento Contestado abriga a I Escola Latino Americana de Agroecologia. Construída pelo movimento Sem-Terra em parceria com a Via Campesina Internacional, a escola recebe alunos de toda a América do Sul, principalmente da Venezuela.

interesses corporativos devem tornar-se uma convicção política sobre a necessidade de mudanças mais amplas. Esta é, inclusive, uma das bases de formação das lideranças, ou seja, daqueles que permaneceram “lutando”.

Proponho que os significados atribuídos ao termo “luta” no contexto sindical, que foi estudado por Comerford (1999), também podem ser utilizados para o universo de ações e representações das chamadas lideranças do MST. “Lideranças” ou “dirigentes” são todos aqueles militantes que ocupam cargos de direção política na estrutura organizativa do movimento e, também, aqueles que se destacam entre os demais sem-terra por possuírem maior conhecimento teórico e prático da “luta”. Desta forma, a “luta” também é um critério de avaliação da atuação das “lideranças”. As formas de atuação, o trabalho cotidiano e os sacrifícios exigidos daqueles que ocupam esta posição, assim como em Comerford (1999: 37), são caracterizados como “luta” em uma terceira acepção.

As “lideranças” que estão na “luta” devem ser compreendidas tanto do ponto de vista individual, quanto coletivo. Como representantes públicos do MST, os dirigentes são responsáveis por encorajar outros trabalhadores a participar da “luta” e são vistos como exemplo de verdadeiros “lutadores”. Aliás, como já foi dito, é através dos exemplos de conduta na “luta” cotidiana e, principalmente, através da disposição para enfrentar os sacrifícios que a “luta” exige que se avaliem as lideranças. Ao mesmo tempo em que se destacam dos demais, por serem militantes que possuem qualidades próprias de um líder, as lideranças também representam o grupo, falam em nome de todos. Assim, a sua “luta” pode ter um sentido individual⁵¹, do sujeito que se sacrifica pela “luta”, ou um sentido coletivo, de todos os sem-terra que “lutam”.

Ocupar a escola

É importante perceber o perfil das pessoas que ajudaram a organizar o MST e que se tornaram suas principais lideranças. Para a maioria delas, estudar sempre foi visto como um valor tão importante que se destacou como um dos princípios organizativos do movimento. Este detalhe certamente influenciou o MST em dois sentidos: primeiro, na inclusão da “luta por escola” como tarefa do movimento;

⁵¹ A “luta” individual não pode ultrapassar os limites consentidos pelo coletivo ou, mais precisamente, os limites dos acordos das direções nacionais. Um exemplo negativo deste descompasso entre a “luta” individual e a coletiva é o caso de José Rainha - notória liderança nacional do MST -, que foi expulso do movimento por não aplicar a “política” da direção majoritária do MST.

segundo, na progressiva ruptura de um conceito mais tradicional de escola, buscando aproximá-la das discussões mais amplas do movimento sobre formação humana e, especificamente, sobre a formação dos membros de uma organização social de massas, com os objetivos e princípios que tem o MST (Caldart, 2004: 236)⁵².

A “ocupação da escola” é também uma das vivências educativas que integram o processo de formação dos sem-terra. Estou tratando aqui, assim como Caldart (2004), do sentido educativo da ação de “ocupar a escola” e então passar a integrá-la na dinâmica do movimento e no cotidiano das famílias sem-terra.

A expressão “ocupar a escola” está sendo usada em um sentido ao mesmo tempo literal e não-literal. Ocupar a escola quer dizer, em um primeiro e básico sentido, produzir a consciência da necessidade de aprender. De modo geral, quando os sem-terra falam da importância do estudo, podem até estar se referindo à escola, mas não no sentido restrito de escolaridade, que remete ao significado historicamente construído de escola como um lugar onde se deve ir para conseguir um diploma, para então conseguir um emprego melhor, e de onde se é excluído quando “a cabeça não dá para isso”. O sentido de estudo é o de que os sem-terra não conseguiriam avançar na “luta” se não se dedicassem à sua formação, se não se dispusessem a aprender e a conhecer cada vez mais e uma realidade cada vez mais ampla. É por isso que, desde o início, o estudo foi incluído como um dos princípios organizativos do MST (normas gerais do MST, setembro de 1989). Caldart entende que:

É o jeito de ser ou a dinâmica de funcionamento do MST que garante esse processo de produção da necessidade de aprender, à medida que se constitui pelo desafio que faz às pessoas. São justamente as tarefas delegadas a cada pessoa que permitem a sua formação; e a cada momento novas tarefas que representem novos desafios. Por isso também é que, para o MST, estudo não pode ser compreendido apenas como produção de conhecimento, embora até possa considerar que este seja um de seus principais componentes. Essa é uma reflexão que depois o MST buscará levar à escola formal, problematizando concepções pedagógicas que reduzem o papel à socialização do conhecimento ou, ainda pior, ao repasse de conteúdos (2004: 217).

⁵² O Censo da Reforma Agrária realizado pelo INCRA durante o ano de 1997, em parceria com algumas universidades, apontou para um índice de 29,5% de jovens e adultos analfabetos nos assentamentos - uma realidade que pode chegar a mais de 80% em algumas regiões. O censo constatou ainda uma escolaridade média não superior a quatro anos, sendo encontrado um índice inferior a 2% de assentados com o ensino médio (INCRA/UNB, Censo da Reforma Agrária, 1997).

A citação demonstra que aprender é resultado dos desafios práticos que a “luta” e a organização impõem, assim como das tarefas que os militantes sem-terra assumem. O aprendizado é tanto formação política - compreensão, percepção de mundo -, quanto ação, prática. Dessa maneira, é possível compreender a importância tanto da formação quanto da prática na concepção pedagógica da “luta”. A expressão “ocupar a escola” ganha o sentido de “luta” pelo direito à ocupação de um espaço específico, onde o estudo pode acontecer de forma organizada, sistemática e, o mais importante, desde a infância. Nesse sentido, é preciso ocupar a escola, porque esta, assim como a terra, é um direito negado. A escola tem relação com a “luta” uma vez que, assim como é preciso “lutar pela terra”, é preciso “lutar pela escola”.

Também é possível analisar o sentido literal da expressão “ocupar a escola”. Em boa parte dos acampamentos e assentamentos, já existem escolas formadas inicialmente pelo trabalho voluntário de militantes, especialmente mulheres. Logo após a ocupação da área, o coletivo de educação reúne os acampados e constrói o barraco que irá abrigar a futura escola. O relato de Dirce, militante do Rio Grande do Sul, explicita um pouco estas questões:

No início do acampamento, comecei dando aula. Montamos o setor de educação, eu e mais outra menina. A gente coordenava o setor, dava aula durante o dia e fazia parte da coordenação do acampamento... Tinha muita criança, umas 200, era muito bom mesmo! O trabalho com as crianças foi feito com a proposta do movimento. A gente começou dando aula e não tinha caderno nem lápis. Então, varria o chão, arredava o cisco, sentava com as turma e começa a escrever, desenhar no chão... Cada um fazia um quadrinho no chão com um pauzinho e aí riscava um desenho: começamos a letra A, a letra E... Com uma lona doada, a gente fez um barraco que funcionava como uma escola dentro do acampamento, conseguimos organizar um grupo maior de professores, uma média de 50, 60 alunos para cada professor. Foi, assim, a parte mais bonita que vivi lá... Eu me senti contribuindo mais para o acampamento! Depois, no final do ano, conseguimos fazer uma prova, e vários daqueles alunos que a gente estava alfabetizando passaram para a 1º e 2º séries. Fizemos uma prova que a gente conseguiu na Delegacia de Ensino. A gente se sentia completo, realizado... Porque, imagina, dali pra diante, o que podia ser feito! Eu não era professora! Nunca tinha ensinado, mas a gente aprendeu a ser professora porque não tinha quem fosse... (1998: 73/74)⁵³.

Como mostra a fala acima, os voluntários tornam-se educadores e, na maioria das vezes, iniciam-se as aulas sem a mínima estrutura física. O segundo passo nesse processo de “ocupar a escola” é o seu reconhecimento legal/formal, que dependerá de

⁵³ Esse relato foi retirado do livro “Vozes da Marcha pela Terra”, que é uma transcrição integral das histórias de vida de alguns dos militantes que estiveram na Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, no ano de 1997.

articulações políticas mais amplas. Muitas vezes, nesse processo de reconhecimento, o MST “ocupa” também as secretarias de educação, faz marchas, atos públicos; tudo com o intuito de garantir as escolas de acampamento e/ou assentamento. Além disso, a “ocupação das escolas” também pode ser percebida através da forma como a própria escola é organizada. Toda escola de assentamento ou acampamento possui uma bandeira do MST na frente, em torno da qual os alunos, uma vez por semana, agrupam-se para cantar o hino do movimento. Há ainda, dentro das escolas, fotos, cartazes e símbolos tanto do MST como daqueles chamados de “lutadores do povo”, que são personagens reconhecidos pela esquerda. Esses elementos e muitos outros apontam para a forma específica de “ocupar a escola” no seu sentido literal.

“A luta é a nossa escola”

A última questão a abordar refere-se à expressão “*a luta é uma grande escola*” ou “*a luta é a nossa escola*”. Trata-se da descoberta, pelos sem-terra, de que sua vida no movimento tem trazido, de fato, muitos ensinamentos e que, através da “luta”, já se aprendeu muito mais do que no seu tempo de escola formal. Nesse sentido, a “luta” do MST educa seus militantes.

Refletindo sobre suas experiências educativas no MST, José e Laureci escrevem que:

Nestes 12 anos de luta pela terra, sendo 11 na militância, foram muitas as dificuldades; a fome, o frio, os confrontos com os pistoleiros e os confrontos com a polícia militar a mando dos governantes que sempre estiveram a serviço da burguesia. Mas as conquistas formam muito maiores do que as derrotas, se é que houve derrotas! Uma das grandes conquistas é o próprio MST, o maior movimento de camponeses da história do país, a maior universidade da minha vida, que graças a este movimento, hoje sou gente, me descobri, não sou o Jeca Tatu que a burguesia queria fabricar e é com esses conhecimentos que volto à sala e aula hoje para retomar os estudos que o sistema me negou há 24 anos atrás (MST. 2000: 86)⁵⁴.

Foi a partir do momento que entrei no MST que me senti gente, vi que é possível construir uma sociedade socialista. Foi no MST que tive a oportunidade de conhecer vários lugares e trabalhar nos estados de Piauí, Pará, Tocantins e de viajar para a Espanha, representando o MST. Por isso, o MST é minha segunda família e hoje já faz mais de dez anos que estou no Movimento e estou tendo a oportunidade de concluir o 1º grau junto com outros companheiros, uma conquista do MST (MST. 2000: 96)⁵⁵.

⁵⁴ José Damasceno de Oliveira, do assentamento Florestan Fernandes, município de Florestópolis-PR.

⁵⁵ Laureci Coradace Leal, assentado no município de Cantagalo-PR.

Os relatos são significativos, pois apontam para uma ruptura clara entre “o antes e o depois” da entrada no MST. Ao mesmo tempo em que o movimento “educa” através da “luta”, da prática, também foi a “luta” dentro do MST que possibilitou, nos dois depoimentos, que os militantes voltassem à sala de aula, à educação formal. Neste sentido, a “luta” também inclui a escola formal. As dificuldades enfrentadas no cotidiano da militância são superadas e/ou esquecidas quando os sujeitos constatarem que entrar para o MST tornou-os “mais humanos”, “gente de verdade”. Essa constatação é indissociável da assunção de uma perspectiva de classe, a luta dos camponeses contra a burguesia, e do ideal de uma sociedade socialista. Assumir tal compreensão também diz respeito à formação do militante.

Ocupar a terra, viver em um acampamento, ajudar na organização dos assentamentos, estudar, são vivências essenciais na formação dos sem-terra que participam do MST, mas ainda não são suficientes para a compreensão do sentido educativo da experiência de ser do MST. Ser do MST significa participar não apenas da “luta pela terra”, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação.

A dimensão afetiva dessas vivências é fundamental, pois, quanto mais o MST cresce, mais é possível perceber como a entrada das pessoas no movimento não pode ser compreendida apenas pelo motivo da busca da terra. Na última citação, a militante expressa essa dimensão ao afirmar que o MST é sua segunda família. Segundo Caldart (2004), “as pessoas, especialmente as mais jovens, estão em busca de um sentido para a vida, de um espaço social que lhes tire a angústia da desorientação e da falta de pressentimentos de futuro” (202/203).

Dirce, militante do Rio Grande do Sul explicita estes sentimentos em sua fala:

Quando fui acampar, nunca fui por um pedaço de chão para mim, mas sim porque acreditava no Movimento Sem Terra. Por que queria e me sentia vazia... Dentro do Movimento Sem Terra aprendi a ser gente, a viver, a pensar nos outros e não só para mim...O movimento hoje é minha família, minha vida: faço qualquer coisa e ligo tudo por ele! Eu acredito no movimento. Dentro dele, tem problemas também, como em qualquer lugar. Mas é encarando os problemas que a gente consegue unificar ainda mais a luta. Consegue resolver os problemas e ficar mais forte ainda! Acho que a minha vida não vai ter sentido se parar de lutar, se me acomodar...porque sempre tem coisa pra gente lutar né?

A fala de Dirce expõe alguns dos sentimentos muito comuns da militância sem-terra. Com o movimento, aprendeu a “ser gente, a viver, a pensar nos outros”, pois na militância descobriu sua “família”, sua “vida” e por ela “faz qualquer coisa” e “larga tudo”. Sua conclusão é enfática, “sem a militância sua vida não faz sentido”. Como foi possível perceber, estes sentimentos não se relacionam apenas com características individuais dos militantes, dizem respeito a valores que fazem parte da própria estrutura organizativa do MST. O exercício da organização coletiva, da distribuição de tarefas, da autocrítica, o cultivo de valores humanistas, a utopia, são valores que são assumidos, impostos ou não, pela sua militância. Enfim, ser do MST significa se apropriar destes valores, ajudando a produzi-los e a reproduzi-los a cada dia. Essa herança de aprendizados da “luta” permite, por exemplo, que uma ocupação realizada hoje e que inaugure a organização dos sem-terra em determinado estado, possa trazer um saber já produzido pelo MST através dessa forma de “luta”. Esses aprendizados da “luta” vão construindo um determinado jeito de ver o mundo.

Em síntese, a reflexão formulada até aqui é a seguinte: não é possível compreender o sentido da experiência de educação no MST, se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do movimento é que conseguimos compreender que “educação pode ser mais do que educação, e que escola pode ser mais do que escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade...” (Caldart, 2004: 221/222). Trata-se de um olhar preocupado em estudar o processo educativo que perpassa o conjunto das ações do MST e a vivência de cada sem-terra no movimento de sua própria história ou em sua própria formação, à medida que suas ações e sua forma de atuação na sociedade produzem e reproduzem um determinado modo de vida, o qual ao mesmo tempo recupera, consolida e projeta valores, princípios e convicções.

Os aprendizados construídos e incorporados através da “luta” não são uma decorrência necessária da ocupação da terra, embora esta tenha sido uma ação produzida no mesmo processo e pelos mesmos sujeitos. Mas constituem uma possibilidade histórica para todos os sem-terra que integram o MST, justamente porque a educação dos militantes é compreendida dentro deste universo maior que é a “luta”.

Capítulo II - Cartilhas Políticas

A experiência da pesquisa de campo proporcionou-me acompanhar diferentes eventos e contextos considerados pelo grupo como momentos de aprendizagem de formação política. Um destes momentos é certamente o das leituras, seja individuais ou coletivas. No MST, a leitura é uma das formas de aprendizado bastante valorizada nos discursos sobre educação e formação política. No plano ideal, o “bom” militante é aquele que é “estudioso”, que se dedica às leituras e que busca entender a realidade para melhor intervir nela. Se esta é uma das qualidades imprescindíveis do militante sem-terra, a concretização deste ideal leva em conta e adapta-se à realidade do nível de escolaridade dos militantes. No bojo das discussões sobre educação no campo, o MST se destaca exatamente por incorporar a situação de vida dos trabalhadores rurais nas propostas pedagógicas, ou seja, parte do princípio de que os processos educacionais devem estar intimamente ligados à realidade daqueles que serão alvo de suas políticas. Essas discussões sobre educação certamente não são novas. Nos materiais que tratam da proposta pedagógica do movimento evoca-se, sobretudo, o método educativo de Paulo Freire⁵⁶. No entanto, este capítulo busca mostrar que é o método “Ver, Julgar e Agir”⁵⁷, cronologicamente anterior a Freire, que orienta as práticas organizativas e, conseqüentemente, a construção das cartilhas que serão analisadas.

⁵⁶ Paulo Freire marca a criação de uma concepção de educação popular, que busca romper a educação considerada elitista e sem comprometimento social. O respeito aos educandos, a conquista da autonomia e a dialogicidade são seus princípios metodológicos. Segundo Freire, o ato educativo deve ser sempre um ato de recriação, de re-significação. Seu método tem como fio condutor a educação visando a libertação. Essa libertação não se daria somente no campo cognitivo, mas aconteceria essencialmente nos campos social e político. O MST incorpora esta metodologia pois considera, assim como Freire, que existe uma indissociação da construção dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita do processo de politização. O educando deve “ser desafiado” a refletir sobre seu papel na sociedade enquanto aprende a escrever a palavra sociedade; deve “ser desafiado” a repensar a sua história enquanto aprende a decodificar o valor sonoro de cada sílaba que compõe a palavra história. Essa reflexão, segundo os educadores do MST, tem por objetivo promover a superação da alienação e a construção de uma consciência crítica.

⁵⁷ O método “Ver, Julgar e Agir” foi introduzido no Brasil pelos movimentos da Ação Católica desde a década de 50. Na adoção da metodologia “Ver, Julgar e Agir”, os sujeitos não devem apenas aprender a ler e a escrever, mas a pensar a sua própria vida e a agir como capazes de sair da sua situação de excluídos.

Na estrutura organizacional do MST, cabe aos Setores de Formação Política e Educação⁵⁸ a responsabilidade de popularizar e massificar os textos, conteúdos e idéias consideradas relevantes para o fortalecimento e ampliação de sua base social. Cabe-lhes, entre outras inúmeras atividades já apontadas no capítulo anterior, sistematizar e elaborar as cartilhas políticas, cujo objetivo maior é o de educar, de ensinar os militantes. Nelas são descritas questões muito concretas, como o direito à terra, o custo de vida, o direito à educação e, conseqüentemente, exortam os leitores a organizar-se, defender-se e lutar para construir uma sociedade mais justa.

É claro que os materiais produzidos para a educação e a formação política não se resumem às cartilhas. Elas são apenas um dos instrumentos utilizados. Considero que existem outras três fontes básicas: o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Revista Sem Terra e os livros da Editora Expressão Popular⁵⁹.

O jornal é elaborado pelo próprio MST com a colaboração esporádica de militantes/intelectuais ligados ao movimento. Tem publicação mensal. Atualmente está na edição de número 274 e possui uma tiragem de 40 mil exemplares. A distribuição do jornal entre os sem-terra é gratuita, porém, não é universal. Para o público em geral é vendido por um real e cinquenta centavos. A Revista Sem Terra possui uma comissão editorial composta por dirigentes do MST e por “intelectuais orgânicos” como José Arbex Jr. e Plínio de Arruda Sampaio. Sua publicação é bimestral. Está na edição de número 40 e possui uma tiragem de 10 mil exemplares. A distribuição para as lideranças é feita através das secretarias estaduais. Para o público em geral é vendida por cinco reais⁶⁰. Tanto o jornal quanto a revista podem ser adquiridas através do site do movimento, onde é possível também fazer assinaturas anuais. Por último, os livros da Editora Expressão Popular. Durante a pesquisa de campo pude constatar que eram os únicos livros utilizados e lidos pela militância. Este fato se justifica por duas razões. Primeiro, porque a Expressão Popular é uma editora reconhecida por priorizar as publicações de esquerda, ou seja, é reconhecida por priorizar autores e pesquisas que tenham posturas críticas, criando assim, uma ligação ideológica entre o corpo editorial e o MST. Como conseqüência ou em segundo lugar, porque a Editora faz significativas doações de livros para o MST.

⁵⁸ O Setor de Cultura do MST atuou em conjunto com os Setores de Educação e Formação Política em todos os eventos que participei durante a pesquisa de campo. As atividades culturais promovidas pelo setor atuam no sentido de reforçar as proposições políticas destes outros dois setores.

⁵⁹ O MST também possui várias rádios livres ou comunitárias que operam num plano local.

⁶⁰ Estes dados são referentes ao mês de agosto de 2007.

Existe, sem dúvida, um trabalho muito mais amplo de elaboração de materiais de apoio pedagógico dentro do movimento. Não pretendo abranger o conjunto das ações pedagógicas que se dá no bojo das discussões sobre educação e formação política. Desejo somente observar as cartilhas políticas, que ganharam destaque na pesquisa justamente por serem, entre os materiais expostos, os mais utilizados nos eventos e cursos que acompanhei durante o período de pesquisa. Isto justifica a análise das cartilhas e não de outros materiais. Além disso, não tenho a intenção de analisá-las numa perspectiva ampla, de conteúdos, leitores e contexto em que estão inseridas. Vou focar-me no traçado de um perfil básico dos nove exemplares que obtiveram destaque na pesquisa de campo. A partir dos nove exemplares escolhidos, busco compreender como se formam os militantes do MST por meio da leitura e apontar quais as mensagens transmitidas pelas cartilhas.

Escolhi as cartilhas utilizadas ou distribuídas na Escola Nacional Florestan Fernandes, no Acampamento Livre de Transgênicos e na I Jornada de Educação da Reforma Agrária. Selecionei, também, algumas outras, que sintetizam tanto os princípios de organização política, como os princípios de educação do movimento.

Sobre as Cartilhas

Para definir o que são as cartilhas políticas analisadas neste trabalho, tomo como base as definições feitas por Almeida (1982:19) no texto “Cartilhas e Cartilhas”, onde ele analisa as cartilhas políticas organizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEB's - no período que se situa entre 1980 e 1982. Com algumas modificações necessárias ao contexto e objeto, posso dizer que considero cartilhas políticas todos os documentos que: 1) são considerados assim por quem os fez; 2) não se confundem com os “livros teóricos” de autoria tanto de “intelectuais orgânicos” dos movimentos sociais, como também de autores “clássicos” da literatura de esquerda; 3) têm forma, linguagem, proposta gráfica e metodologia características para apoio a um trabalho pedagógico e didático; 4) destinam-se aos integrantes do MST, da Via Campesina ou aos movimentos sociais organizados das camadas populares; 5) têm por objetivo uma ação educativa de esclarecimento sobre o momento político atual, enfocando discussões específicas; 6) têm por objetivo uma ação educativa que ultrapassa questões pontuais, propondo uma visão crítica da realidade como um todo; 7) são de autoria do MST, da Via Campesina ou de outros movimentos sociais organizados das camadas populares.

As cartilhas analisadas

A utilização das cartilhas de formação política no MST é tão antiga quanto a própria fundação do movimento. Como já se sabe, o surgimento do MST está ligado a uma aproximação estreita entre os movimentos sociais rurais, alguns setores da Igreja Católica, materializados neste contexto pelas Comunidades Eclesiais de Base, e também, da participação de alguns pastores. Naquele período, início dos anos de 1980, as Comunidades Eclesiais de Base já possuíam alguma experiência na elaboração e utilização das cartilhas políticas nos chamados trabalhos de base⁶¹. Em consequência, as cartilhas produzidas Igreja foram instrumentos utilizados na construção e formação inicial do movimento dos sem-terra. A partir desta experiência inicial, não demorou muito para que a direção do MST sentisse a necessidade de produzir seu próprio material. Não foi possível precisar quando a primeira cartilha escrita pelos próprios membros do movimento foi publicada. Estima-se, através de leituras e referências bibliográficas, ter sido entre o final de 1980 e o início de 1990⁶².

Feitas as conceituações acima sobre o que vem a ser as cartilhas, passo a elencar algumas das encontradas durante a pesquisa⁶³:

1) **Série Cadernos de Formação: N° 18** – O que queremos com as escolas dos assentamentos. 1ª edição, 1991, 2ª edição 1993 e 3ª edição, 1995; **N° 19** – Calendário Histórico dos Trabalhadores. 1ª edição, 1993 e 2ª edição, 1998 (reescrito); **N° 34** – MST e a Cultura, 2000.

2) **Série Cadernos de Educação: N° 01** – Como fazer a escola que queremos. 1ª edição, 1992; **N° 02** – Alfabetização. 1ª edição, 1993; **N° 03** – Alfabetização de Jovens e Adultos – Como organizar. 1ª edição, 1994; **N° 04** – Alfabetização de Jovens e Adultos - Didática da Linguagem. 1ª edição, 1994; **N° 05** - Alfabetização de Jovens e Adultos - Didática da Matemática. 1ª edição, 1994; **N° 06** – Como fazer a escola que queremos – Planejamento. 1ª edição, 1995; **N° 07** – Jogos e brincadeiras infantis.

⁶¹ Segundo Almeida, embora se tenha notícias de iniciativas anteriores, foi em 1978 que as cartilhas políticas elaboradas pela Igreja Católica surgiram no cenário nacional, provocando notas na imprensa (1982: 19).

⁶² Este cálculo foi feito a partir de leituras dos materiais didáticos e políticos produzidos atualmente pelo MST. Nestes materiais, as referências a datas não são precisas ou divergem entre períodos, havendo casos onde as fontes citam eventos com datas que variam em até três anos. Por isso, optei por caracterizar o início da produção de cartilhas apenas com um período aproximado.

⁶³ Várias destas informações foram colhidas no site do MST: <http://www.mst.org.br/setores/educar4.html>, no período de março de 2006. No final do ano de 2006, o MST reformulou seu site excluindo várias informações relevantes, entre elas, esta citada.

1ª edição, 1996; **Nº 08** – Princípios da Educação no MST. 1ª edição, 1996; **Nº 09** – Como fazer a Escola de Educação Fundamental no MST. 1ª edição, 1999; **Nº 13** – edição especial. Dossiê MST Escola, documentos e estudos 1990-2001. 2ª edição, 2005.

3) **Boletins**: **Nº 01** – Como deve ser uma escola de assentamento, 1992; **Nº 02** – Como trabalhar a mística do MST com as crianças, 1993; **Nº 03** - Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos, 1993; **Nº 04** – Escola Trabalho e Cooperação, 1ª edição, 1994 e 2ª edição, 1995; **Nº 05** – O trabalho e a coletividade na educação – Anton Makarenko, 1995; **Nº 06** – O desenvolvimento da educação em Cuba, 1995.

4) **Coleção Fazendo História**: **Nº 01** – A comunidade dos gatos e o dono da bola, 1995; **Nº 02** – Zumbi comandante guerreiro, 1995; **Nº 03** – A História de uma luta de todos, 1996; **Nº 04** – Mobilizações Infantis do MST, 1999.

5) **Coleção Fazendo Escola**: **Nº 01**- Escola Itinerante em Acampamentos do MST, 1998; **Nº 02** – Mobilizações Infantis do MST, 1999; **Nº 03** – Construindo o Caminho.

6) **Coleção Pra Soletrar a Liberdade**: **Nº 01**- Nossos valores, edição 2000.

7) **Cartilhas de Saúde**.

8) **Cartilha Alca**.

9) **Cartilhas de Agroecologia**.

10) **Cartilha Compreender e Construir Novas Relações de Gênero**. Coletivo Nacional de Mulheres. São Paulo. Secretaria Nacional, 1998.

11) **Cartilhas Canudos**: Uma História de 25 anos do MST. Canudos não se rendeu.

12) **Cartilha Mulher Sem Terra**. Coletivo Nacional de Gênero do MST. São Paulo. GH gráfica e editora, 2000.

É importante destacar que esta lista sugere uma abrangência temática enorme, além de trazer repetições e sobreposições de temas. A “Série Cadernos de Formação” possui temas correlatos aos da “Série Cadernos de Educação”, assim como a “Cartilha Compreender e Construir Novas Relações de Gênero” e a “Cartilha Mulher Sem Terra”, por exemplo. Além disso, é possível perceber que existe uma indistinção entre o que seriam as “cartilhas”, os “cadernos de formação”, os “boletins” e as “coleções”. Ficou claro durante a pesquisa que, para os militantes e educadores do movimento, pelo menos aos quais tive acesso, as diferentes denominações dos materiais não caracterizam distinção entre eles. Os “cadernos de formação”, os “boletins” e as “coleções” são

compreendidos e trabalhados como cartilhas, independentemente de sua classificação formal. Assim, optei por considerar, como acontece no MST, todos como cartilhas.

Do material que tive acesso, a maioria é da década de 90. Quando questionei os membros da Secretaria do MST-PR sobre a existência de cartilhas mais antigas, as respostas sempre foram positivas. No entanto, segundo eles próprios, *“naquela época o MST era pouco estruturado, não tinha as secretarias tão organizadas como agora! Não tinha bibliotecas para o pessoal guardar os materiais. O que aconteceu foi que o pessoal distribuía as cartilhas e nem lembrava de deixar uma pro movimento. Por isso, nós não temos estas cartilhas mais antigas, do início do movimento”*. Dessa forma, ressalto que a lista anteriormente citada não contempla a totalidade das cartilhas produzidas pelo MST. Foram arroladas algumas daquelas a que tive acesso, seja por meio de referências bibliográficas ou de informações obtidas junto a militantes. O próprio movimento não possui ou não divulga uma lista completa das cartilhas publicadas.

Para a análise proposta, selecionei nove cartilhas entre as inúmeras a que tive acesso. O critério baseou-se em dois pontos que considerei fundamentais: 1) seis das selecionadas foram distribuídas e utilizadas durante a pesquisa de campo, ou seja, tomo como um dos critérios de seleção aquelas cartilhas que de uma forma ou de outra fizeram parte do contexto da pesquisa em lócus, seja nos eventos de formação política de massas, seja no curso de Sociologia Rural realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes⁶⁴; 2) as outras três foram escolhidas por serem consideradas cartilhas básicas para a discussão de educação e formação política do MST. A centralidade destas cartilhas foi constatada a partir da leitura dos próprios materiais produzidos pelo movimento. Neste caso, elas aparecem como referências obrigatórias de leitura, pois são materiais que sintetizam tanto os princípios de organização política, como os princípios de educação.

Seguindo a ordem dos critérios, as cartilhas selecionadas foram:

- **O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil** – Documentos Básicos. MST. 1ª edição, 2005.
- **A Natureza do Agronegócio no Brasil**. Cartilha da Via Campesina, 2006.
- **O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. Cartilha da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab -, 2004.
- **Biodiversidade e Reforma Agrária**. Cartilha da Via Campesina, 2006.

⁶⁴ Os eventos políticos e o curso de Sociologia Rural vão ser analisados nos capítulos III e IV.

- **A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira.** MST, 2006.
- **Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação.** MST-PR, 2006.
- **Caderno de Formação N°18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos.** MST-Setor de Educação. 3ª edição, 1999.
- **Caderno de Educação N°08 – Princípios da educação no MST.** MST-Setor de Educação, 1999.
- **Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento.** MST-PR. N° 01, 2004.

A produção e a escrita das cartilhas

Das nove cartilhas analisadas, sete não são assinadas por pessoas e sim por movimentos: seis pelo MST e uma pela Via Campesina. Elas têm suas especificidades.

As “O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos” e “A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira” são assinadas genericamente pelo MST sem dar a referência de quem foram as pessoas/militantes que as produziram.

O “Caderno de Formação N°18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos” e o “Caderno de Educação N°08 – Princípios da educação no MST” são também assinadas pelo MST, com o destaque de terem sido elaboradas por uma parcela específica do movimento. Mesmo sem estar nominado, sabe-se que foram escritas por aqueles que compõem o Setor de Educação.

A “Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento” parece ter sido reeditada pelo MST/PR e a cartilha “Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação” foi realmente produzida pela Direção Estadual do MST/PR. Nestes casos aparecem apenas as referências ao MST/PR, porém, os conteúdos me levam a crer que a primeira é uma reedição, pois trata de normas gerais do MST, enquanto a segunda discute questões específicas da educação no Estado. Aqui também não aparecem assinaturas nominais, enfatiza-se apenas que as cartilhas são produções do MST/PR.

A última cartilha da série em que não se identifica a autoria pessoal é a “Biodiversidade e Reforma Agrária”. É assinada pela Via Campesina e também não traz referências sobre os autores.

Deste modo, via de regra, as cartilhas não têm atribuição pessoal. Atribuindo a autoria aos movimentos - MST/Via Campesina - ou mesmo às suas seções regionais - MST-PR - e setoriais - Setor de Educação -, o MST pretende realçar a importância do coletivo, um dos seus valores fundamentais.

Já as duas últimas cartilhas analisadas são casos particulares, pois apresentam, além do nome da entidade ou movimento, referência explícita aos autores. Em “O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária”, editada e distribuída pela Concrab⁶⁵ (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) e em “A Natureza do Agronegócio no Brasil”, assinada e distribuída pela Via Campesina, aparecem os nomes de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (professor titular da área de geografia da USP) e João Pedro Stédile (direção nacional do MST) como organizadores e autores das cartilhas.

A partir dos dados apresentados, pode-se concluir que mesmo sendo óbvio que as cartilhas sejam escritas/elaboradas por pessoas ligadas diretamente ao movimento ou à Via Campesina, seus nomes quase nunca aparecem. Elas são apresentadas como do MST de uma forma genérica. Apesar de os últimos dois casos serem “exceções”, esta excepcionalidade não destoa da lógica geral descrita. Parece perfeitamente coerente que, justamente nas cartilhas que discutem os temas mais gerais do agronegócio, reforma agrária e agricultura familiar, apareçam os nomes de João Pedro Stédile (dirigente do MST e um dos representantes nacionais da Via Campesina) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (pesquisador e professor da USP e um dos colaboradores mais ativos do MST e de vários movimentos populares rurais). Conclui-se que há coerência ao se constatar que elas foram publicadas pela Concrab e pela Via Campesina, com o objetivo de traçar um panorama geral da questão agrária no Brasil e, principalmente, de expor para um público mais abrangente as propostas políticas de reforma agrária e de agricultura familiar que o MST, a Via Campesina e os intelectuais que apóiam estes movimentos formularam para o país. Assim, é importante, tanto de um ponto de vista externo quanto interno ao movimento, que as cartilhas sejam assinadas. Internamente, permite a afirmação da autoridade de Stédile enquanto dirigente e formulador político. Externamente, colabora para a legitimação do MST e da Via Campesina, pela explicitação do diálogo entre os movimentos sociais e o meio acadêmico.

Onde estão as cartilhas?

Como já foi dito anteriormente, tive acesso à parte das cartilhas selecionadas durante a pesquisa de campo, seja nos eventos de formação política Acampamento

⁶⁵ A Concrab é a Confederação das Cooperativas do MST, ou seja, foi construída e é dirigida por militantes que compõem as direções do movimento.

Livre de Transgênicos/Via Campesina e I Jornada de Educação MST-PR, ou no curso de Sociologia Rural realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes. No entanto, é sabido que os limites de circulação e uso das cartilhas não se restringem a esses espaços e momentos citados.

A princípio, as cartilhas produzidas pelo MST/Via Campesina devem ser distribuídas nacionalmente. O objetivo é que sejam entregues às secretarias estaduais e que estas repassem para o maior número possível de militantes. Apesar de nenhuma apresentar por escrito o número de exemplares impressos, acredito que mesmo as de maior circulação não chegam a atender a todo o conjunto dos sem-terra. As exceções com relação à circulação são as cartilhas reeditadas ou publicadas pelo MST-PR (“Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento”. MST-PR. Nº 01, 2004 e “Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação”. MST-PR, 2006), que obviamente tiveram sua circulação restrita ao Estado do Paraná.

Sem uma pesquisa empírica centrada neste objeto específico, é impossível delimitar com clareza os reais limites de circulação desses materiais. Assim, apontarei apenas alguns dos possíveis caminhos da circulação que me foram apresentados durante a pesquisa de campo mais ampla. O primeiro ponto a ser levantado diz respeito ao uso local. São utilizadas nas escolas⁶⁶ tanto como material didático-pedagógico, que auxilia os educadores na elaboração dos conteúdos que serão trabalhados em sala de aula, como também como instrumentos informativos e/ou formativos para a militância de base dos acampamentos ou assentamentos. A forma de utilização das cartilhas é muito maleável, podendo percorrer circuitos e recriar formas de utilização que esta pesquisa não alcança. O segundo ponto diz respeito à distribuição, sobre a qual é possível dizer que existem dois modos gerais: 1) são distribuídas e utilizadas nas escolas do MST; e 2) são distribuídas e utilizadas diretamente pelos militantes nos acampamentos ou assentamentos e eventos de formação política. Neste caso, elas são distribuídas, na maioria das vezes, entre os militantes que participam de cursos de formação, encontros do movimento, reuniões estaduais e nacionais, enfim, são direcionadas àqueles militantes que são ou estão se constituindo como “militantes” ou “lideranças” do MST.

É preciso reforçar que existe uma grande dificuldade em delimitar claramente quais são as formas de utilização e quais os limites de circulação das cartilhas no interior de um movimento social tão amplo como o MST. Assim como Almeida, posso

⁶⁶ Quando falo em escolas estou me referindo à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, à Educação de Jovens e Adultos, às Escolas Técnicas e às Escolas de Formação Política.

dizer que “os limites de circulação desses materiais são muito flexíveis. Não é possível restringi-los a um uso local. Percorrem os circuitos de encontros, são intercambiados e distribuídos para além de suas jurisdições. Uns replicam os outros” (1982: 20).

Sobre a estrutura pedagógica das cartilhas

Na análise de Almeida (1982) sobre as cartilhas das Comunidades Eclesiais de Base, o autor cria dois grupos típicos que representam a estrutura pedagógica do material analisado. O primeiro abrange as cartilhas estruturadas no esquema de “perguntas e respostas”, que podem aparecer claramente ou de maneira indireta. De qualquer forma, visam o mesmo objetivo, isto é, fazer apreender uma “mensagem pronta” (1982: 22). O segundo corresponde às cartilhas que utilizam o método “ver, julgar e agir”, utilizado no Brasil pelos movimentos da Ação Católica desde a década de 50. Faustino Teixeira (2006), no texto “Teologia da Libertação: eixos e desafios” aponta que a discussão sobre o método “ver, julgar e agir” é essencial para se compreender as regras internas da Teologia da Libertação. A reflexão da Teologia da Libertação está intimamente ligada à afirmação e ao crescimento dos movimentos sociais e populares dos anos 1960, de majoritária inspiração socialista. A título de exemplificação, podemos lembrar as fecundas experiências relacionadas ao trabalho de educação popular (vinculadas a Paulo Freire), a experiência das Comunidades Eclesiais de Base e da Ação Católica especializada, em particular a Juventude Universitária Católica, a Juventude Estudantil Católica e a Juventude Operária Católica (2006: 32). Desta forma, é fundamental para a análise aqui proposta aprofundar a discussão sobre o método “ver, julgar e agir”.

O teólogo Clodovis Boff (1978), em sua tese de doutorado sobre o tema “Teologia e prática: teologia do político e suas mediações” tem a intenção de discutir e aprimorar o rigor metodológico da reflexão sobre a Teologia da Libertação latino-americana que, a seu ver, precisava de uma instrumentalização teórica mais pertinente (1978:49). Segundo Boff, neste processo de busca de uma “linguagem mais consistente” para a Teologia da Libertação nasceu a idéia das “mediações”, que servirá de matriz para uma metodologia mais concreta de atuação. Em sua visão, três mediações entravam na construção teórica da Teologia da Libertação: a Mediação Sócio-Analítica, a Mediação Hermenêutica e a Mediação Prática.

Para o autor, o primeiro passo no processo metodológico da Teologia da Libertação é o VER. Assim, surge a necessidade do recurso à mediação sócio-analítica, pois esta forneceria o conhecimento da realidade social. Acredita que a teologia não está provida de instrumentos necessários para a captação da realidade, mas deve se colocar “à escuta” das disciplinas que tratam desta questão. As ciências sociais entram como matéria-prima do processo teológico, mas não são elas que fornecem a “pertinência” própria da teologia como tal. Como assinala, “o texto da leitura teológica a propósito do Político lhe é preparado e oferecido pelas ciências sociais. A teologia o recebe delas e sobre ele pratica uma leitura correspondente ao seu código próprio, de modo a tirar daí o sentido caracterizadamente teológico” (1978: 84). Desta forma, as ciências sociais exerceriam um estatuto mediacional para a Teologia da Libertação, ajudando a compreender a realidade sobre a qual se insere. Mostra-se válido enquanto método de análise da realidade, porém não atuando no plano do conteúdo da fé.

O segundo passo metodológico descrito por Boff relaciona-se ao JULGAR. Trata-se do momento propriamente teológico do método, de constituição de sua formalidade específica. Para Boff, é o momento de recurso à mediação hermenêutica, quando vêm elaborados os critérios teológicos de leitura do texto sócio-analítico. Neste momento entram os princípios da fé, da escritura, da tradição e da razão teológica. Segundo o autor

O olhar hermenêutico favorece perceber de forma sempre criativa os recursos da fé, de forma a evitar qualquer interpretação definitiva ou cerrada. Mas é um olhar que respeita profundamente a mundanidade do mundo e a autonomia das realidades terrestres. A experiência da fé não entra para negar a dinâmica específica das práticas sociais. A fé não é uma paisagem a se ver, mas óculos para ver. Ela não é um mundo, mas um olhar sobre o mundo. Ela não é um livro para a se ler, mas uma gramática para ler – e ler todos os livros (1978: 224).

Ou seja, este segundo momento é a instância mediante a qual se teologiza sobre a realidade identificada anteriormente. É a instância que mantém o primado, a formalidade do olhar teológico, enquanto trabalha a matéria prima dada com o recurso dado pela realidade.

O terceiro passo apontado por Boff relaciona-se à mediação prática. É o momento do AGIR. Trata-se do momento da tradução em ação concreta do que se viu e julgou anteriormente à luz da fé. Para Boff

Entra aqui em questão toda a complexa dialética entre teoria e práxis. O patamar agora não é mais o do socio-analítico ou teológico, mas essencialmente prático, e a ação tem outras leis ou exigências. Neste diferente nível exige-se dos agentes uma especial capacidade de atenção às forças sociais em jogo e uma específica prudência pastoral: saber o que é “possível” e viável na conjuntura em questão. Neste terceiro momento, a Teologia da Libertação recupera o seu “espírito” fundamental, ou seja, a relação com a vida do povo, de solidariedade efetiva com a sua causa na história (1978: 224).

O método “ver, julgar e agir”, como já foi dito, foi introduzido no Brasil por vários movimentos sociais ligados à Teologia da Libertação desde a década de 50. Constitui-se numa ação que é fundamentada e operada a partir da idéia de solidariedade e ação voluntária da Igreja Católica. A adoção da metodologia “ver, julgar e agir”, aliada aos princípios filosóficos de Paulo Freire, numa perspectiva de educação como ação libertadora, marca a intervenção pedagógica das Comunidades Eclesiais de Base em sintonia com os ideais da Igreja Católica do Brasil.

As características desta ação pedagógica tem como pressuposto, como metodologia, a leitura pedagógica do “ver, julgar e agir”, onde a educação é entendida como um processo de planejamento em que os objetivos a serem alcançados são previstos em todas as suas etapas: formação de pessoal, produção de material específico, acompanhamento, avaliação e verificação de resultados⁶⁷. A concepção e a pedagogia possuem o objetivo de não apenas privilegiar o processo e a caminhada de indivíduos considerados isoladamente, mas sua inserção e promoção na busca da autonomia pessoal e de suas comunidades⁶⁸. Assim,

⁶⁷ Estas etapas remetem-se diretamente às características de organização do MST, como, por exemplo, planejamento, avaliação e crítica e auto-crítica.

⁶⁸ A capacitação dos agentes de base é operacionalizada através da rede de dioceses e paróquias, aproveitando a estrutura montada em torno das regionais da CNBB, bem como por eventuais convênios com o governo federal e/ou estaduais, sempre com o objetivo de trabalhar na linha da educação popular. A educação popular deve contemplar as seguintes diretrizes de ação pedagógica: colaborar com a construção de uma sociedade mais justa; educar para a conscientização e vivência da cidadania e participação social; promover a participação popular e comunitária nas políticas públicas voltadas para as necessidades das populações mais pobres e excluídas; comprometer-se com a educação de jovens e adultos na perspectiva de Paulo Freire; e promover inclusão de homens e mulheres no mundo do trabalho e na sociedade da informação.

Informações retiradas do site: <http://www.meb.org.br/conhecaomeb/acaopedagogica/>.

O processo da educação de base visa formar homens e mulheres no que é essencial e mínimo indispensável para sua realização como pessoa e cidadão (ã). A visão de educação que permeia o “ver, julgar e agir” traz a educação para o bojo de debates sobre a existência humana, sobre a vida, o trabalho, a justiça, o amor, a solidariedade, a família entre outros. Nesse sentido, o trabalho educativo deve ser desenvolvido em uma perspectiva de auto-promoção do povo, criando condição aos seus líderes de dar continuidade aos processos pedagógicos. Assim, o “ver, julgar e agir” é um instrumento que é utilizado para viabilizar os processos de educação de base (Informações retiradas do site: <http://www.meb.org.br/conhecaomeb/acaopedagogica/>, última modificação 26/07/2005.).

A citação deixa claro que, na metodologia “ver, julgar e agir”, os alunos não devem apenas aprender a ler e a escrever. O essencial é que incorporem uma determinada forma de pensar considerada pelos agentes das CEBs e também por Paulo Freire, como libertadora. A principal característica desta metodologia é que os sujeitos devem, durante o processo de aprendizagem, incorporar e conseqüentemente assumir-se enquanto excluídos (ver e julgar). A partir do momento que o sujeito passa a pensar sua própria vida sob o viés da exclusão, a conseqüência seria agir ou reagir diante desta situação. Resumindo: os sujeitos estão alienados de sua condição social de exclusão; portanto, é necessário que eles constatem esta realidade para então poder transformá-la (ver, julgar e agir).

Para a análise da estrutura pedagógica das cartilhas específicas deste estudo, proponho utilizar estes dois grupos típicos, “perguntas e respostas” e “ver, julgar e agir”, identificados por Almeida (1982), adaptando-os para o contexto singular da pesquisa. Neste caso, em vez de dois grupos típicos, considero que a estrutura pedagógica das cartilhas do MST é basicamente a mesma.

A classificação da estrutura pedagógica das cartilhas em “Ver, Julgar e Agir” tem como principal característica ser “magisterial e exortativa”, ou seja, tem o objetivo de “ensinar”, “animar”, “encorajar”. Além disso, sempre contempla alguma das seguintes particularidades: apresentação da cartilha, seja dos autores ou do movimento social que a produziu; apropriação de termos correntes ou ditos populares sobre o tema; contêm diálogos populares ilustrativos; apresentação de fatos considerados relevantes para a temática da cartilha; aprofundamento da temática; possuem questões para discussão e ou reflexão, seja através do esquema “perguntas e respostas” ou não; apresentam tabelas ou referências às políticas de organismos internacionais;

Afinal, como são e o que falam as cartilhas?

Todas as cartilhas analisadas apresentam-se fundamentalmente como “livrinhos”, variando apenas no tamanho da impressão. Três delas são tamanho A4 e seis são ½ A4. São basicamente cartilhas de texto corrido, no entanto, apresentam algumas variações que serão explicitadas. Elas são estruturadas em tópicos, tabelas, esquema de perguntas e respostas como recursos de escrita e fotos ou desenhos. Estes itens não estão necessariamente em todas as cartilhas, mas combinam-se na maioria delas.

Como já foi frisado, as cartilhas foram escolhidas tendo como critério principal sua inserção na pesquisa de campo. Isto significa que não houve uma seleção de temáticas anteriores à escolha, produzindo uma variação expressiva do ponto de vista dos temas abordados. Assim, para efeito de análise, dividi a interpretação em dois momentos distintos. Num primeiro momento, busco descrever os conteúdos das cartilhas a partir de suas singularidades. Para isso, faço a análise individualizada de cada uma das cartilhas, começando pelas de conteúdo mais geral, justamente aquelas que são assinadas, até as de conteúdo mais específicos. No segundo momento, reagrupou-as, buscando demonstrar quais as discussões e conteúdos que estão presentes em todas, independente das temáticas diferenciadas.

“A Natureza do Agronegócio no Brasil”.

Escrita por João Pedro Stédile e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), apresenta texto corrido dividido em tópicos e possui uma introdução inicial que expõe os principais temas aos leitores. A cartilha propõe-se a reunir informações sobre a evolução da organização capitalista na agricultura brasileira e a natureza desse modo de gerir a produção do campo, chamado pela classe dominante como agronegócio. A cartilha denomina agronegócio qualquer operação comercial realizada com produtos agrícolas, mas ressalta que, no Brasil, esta palavra virou a denominação de um modelo próprio de organizar a agricultura na forma de grandes fazendas modernas, com pouca mão-de-obra, com monocultura e que se especializam nas exportações. Com o intuito de combater a ideologia⁶⁹ do agronegócio, esta cartilha apresenta dados no Plano Nacional

⁶⁹ No contexto da cartilha analisada, “ideologia” aproxima-se do significado dado por Marx, onde pode ser considerado um instrumento de dominação que age através do convencimento (e não da força), de

de Reforma Agrária que minimiza a importância deste modelo para a produção, para o consumo de máquinas agrícolas e para o emprego rural. As informações sobre o agronegócio e a evolução na agricultura brasileira aparecem também através das respostas dadas às perguntas iniciais que a cartilha faz ao leitor, como por exemplo, “Qual era o papel desse novo setor de economia agrícola familiar, dos camponeses, durante o modelo de industrialização dependente?”. Nestas respostas, os autores buscam promover uma aproximação entre o leitor e o conteúdo da cartilha através da apresentação de algumas denúncias contra fazendeiros do agronegócio, demonstrando os crimes cometidos contra trabalhadores, contra fiscais do Ministério do Trabalho e contra o meio ambiente.

“O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária”.

Dos mesmos autores de “A Natureza do Agronegócio no Brasil”, contém um conteúdo muito semelhante ao da cartilha exposta acima. Com uma foto na capa representando as mãos de um trabalhador segurando várias sementes criolas, é composta de texto corrido dividido em tópicos com muitas tabelas que exemplificam a discussão proposta no texto. Reúne informações sobre a organização capitalista na agricultura brasileira e mundial. No intuito de combater o Agronegócio, os autores apresentam dados do Censo agropecuário do IBGE- 1995/6 relacionando a produção agrícola com a concentração fundiária, buscando demonstrar que os menores estabelecimentos agrícolas são aqueles que mais produzem para o abastecimento interno do país. Demonstram que a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar continuam sendo a solução para os problemas do meio rural. Um exemplo

Tabela 03 – Grandes Propriedades (15 módulos fiscais e mais) segundo INCRA – 2003 (agosto)

Total		Improdutivo	
Nº Imóveis	Área em Hectares	Nº Imóveis	Área em Hectares
111.495	209.245.470	54.781	120.436.202

(O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária. 2004: 13).

forma prescritiva, alienando a consciência humana e mascarando a realidade. Ainda, concebe a mesma como uma consciência falsa, proveniente da divisão do trabalho manual e intelectual. A ideologia (falsa consciência) gera, inverte ou camufla a realidade, para os ideais ou vontades da classe dominante. (Marx e Engels: 2002)

“Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento”.

É apresentada em texto corrido dividido em tópicos. Depois de uma pequena apresentação das “lutas” do MST, inicia o texto com a pergunta “O que aprofundamos até aqui?”, cuja resposta introduz a discussão do texto. Após uma breve exposição dos caminhos percorridos pelo MST na luta pela reforma agrária, avalia que a reestruturação de sua organização interna é parte deste processo. Em seguida apresenta o conteúdo da reestruturação⁷⁰, com um gráfico que exemplifica a estrutura organizativa. Propõe-se a explicar a nova forma organizativa do MST ao mesmo tempo em que busca animar os militantes para esta nova fase de organização. Na capa, um dos símbolos máximos do movimento, o trabalhador e a trabalhadora rural sobre o mapa do Brasil.

“Biodiversidade e Reforma Agrária”.

A capa é ilustrada com o símbolo da Via Campesina, homens e mulheres anônimos que supostamente compõem este movimento no Brasil. A cartilha é composta de texto corrido dividido em tópicos contendo tabelas. Incorpora temas referentes à biodiversidade, ecologia e agroecologia na temática geral da reforma agrária. Ainda traz um balanço das políticas dos Estados Unidos para a América Latina que, segundo a cartilha, vêm aprofundando os mecanismos de opressão e exploração dos mais pobres. Outra discussão específica desta cartilha é a das “Sementes Terminator”⁷¹. No final, apresenta um calendário de atividades a serem cumpridas pelos militantes.

“Caderno de Educação Nº08 – Princípios da educação no MST”.

Apresenta texto corrido dividido em tópicos sendo que, no final de cada, foi feita uma sistematização dos principais pontos que o texto levanta. Segundo os autores, esta cartilha foi reescrita tendo como base o Boletim de Educação nº1 “Como deve ser uma escola de assentamento”, incorporando as reflexões, as recriações e os novos entendimentos construídos nas práticas pedagógicas do MST durante os quatros anos que separam este texto do primeiro.

⁷⁰ A nova forma de organização interna do MST foi instituída em 2004. No primeiro capítulo faço uma apresentação da estrutura organizativa do movimento, contemplando assim este ponto.

⁷¹ “No final da década de 1990, o governo dos Estados Unidos desenvolveu, com a companhia de sementes Delta & Pine Land, a tecnologia transgênica Terminator destinada a produzir sementes estéreis na segunda geração. As sementes “suicidas” não têm nenhum sentido, salvo para as empresas: o objetivo é impedir que os agricultores reproduzam suas sementes, obrigando-os a comprar novas em cada ciclo de semeadura” (Biodiversidade e Reforma Agrária. 2006: 14).

Sobre os princípios pedagógicos e filosóficos destaco quatro pontos. O primeiro apresenta algumas definições consideradas relevantes sobre o sentido das palavras princípio e educação para o Movimento Sem-Terra. Segundo a cartilha, princípios são idéias, convicções que são as balizas para o trabalho na educação, no entanto, ressaltam que as idéias expostas são resultados de práticas já realizadas, de experiências já acumuladas. Por exemplo: a idéia de que a educação não se restringe apenas às escolas, mas inclui todas as formas possíveis de aprendizado, como os cursos de formação política. O segundo ponto apresenta os princípios filosóficos que orientam a educação no MST. São eles: educação para a transformação social (educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo); educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com/para valores humanistas e socialistas; educação como um processo permanente de formação e transformação humana (1999: 10). O terceiro ponto expõe os princípios pedagógicos do MST. São eles: relação entre prática e teoria; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação, a realidade como base da produção de conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculos orgânicos entre processos educativos e processos políticos; vínculos orgânicos entre processos educativos e processos econômicos; vínculos orgânicos entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e educadoras; atitude e habilidades de pesquisa; combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (1999: 24). O quarto e último ponto que destaco apresenta algumas sugestões de leituras no intuito de aprofundar a temática da educação⁷².

“O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos”.

Esta cartilha, na verdade, é uma compilação de textos diversos já publicados em outros materiais do MST. A reunião destes textos numa só cartilha tem o objetivo de

⁷² Dentre as leituras propostas destaco: Marx, K. *O Capital*. Vol.1 e 2. Várias edições; Makarenko, A. *Problemas da educação escolar Soviética*. Seara nova, Lisboa, 1978; Freire, P. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974; Pistrak. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Brasiliense, São Paulo, 1981; Martí, J. *Ideário Pedagógico*. Imprensa Nacional de Cuba, Havana, 1961; Lenin, W. *Sobre a Educação*. Seara Nova, Lisboa, 1977. 2 vol.

servir de base para estudos coletivos da militância do MST que participa de cursos de formação. Apresenta texto corrido dividido em tópicos.

O primeiro ponto da cartilha aborda as lições históricas dos movimentos camponeses na luta pela reforma agrária. Com um conteúdo classista⁷³, aborda tanto as lutas no Brasil, como também em outros países da América Latina. O segundo ponto traz a síntese produzida num dos congressos da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo - CLOC. Apresenta um balanço e expõe os desafios que os movimentos camponeses enfrentam na América Latina. O terceiro ponto apresenta a plataforma política da Via Campesina Internacional⁷⁴. O quarto ponto apresenta uma síntese da experiência interna organizativa, do MST. Traz os princípios que devem nortear a forma e a prática da organização interna do MST, trata dos métodos de trabalhar com a base social do movimento e por último, apresenta aquelas que seriam as qualidades imprescindíveis dos militantes, dos dirigentes, dos que exercem papel de destaque político dentro da organização⁷⁵. O quinto ponto aborda a questão da “mística”, apresentando seus significados do ponto de vista daqueles que a constroem, ou seja, dos militantes e de suas direções. Por fim, o sexto ponto traz um resumo das normas gerais do MST, encorajando os militantes a continuarem na luta pelo crescimento do MST e pelas mudanças consideradas necessárias.



Capa da cartilha “Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação”.

⁷³ Aborda a história dos movimentos camponeses a partir de uma perspectiva de classe. Apresenta segundo os autores, lições, acúmulos de conhecimento da classe trabalhadora do campo.

⁷⁴ A plataforma política da Via Campesina foi exposta e trabalhada no primeiro capítulo deste trabalho.

⁷⁵ Uma análise elaborada sobre as qualidades exigidas da militância sem-terra foi realizada no capítulo I.

“Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação”.

A cartilha exalta o compromisso do MST com a educação, afirmando que “é preciso estudar para enfrentar o latifúndio e para construir novas alternativas de vida nos assentamentos”. Apresenta a educação do e no campo como um direito assegurado na lei, pela Constituição Federal, pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, e também, pelas Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo.

A primeira parte da cartilha discute especificamente a educação no campo. Os temas aparecem nesta ordem: 1) Textos que apresentam as quatro escolas do MST no Paraná – Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente, Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária, Escola Milton Santos e Escola Latino Americana -, o que elas são, onde se localizam e o que fazem. 2) O texto fala sobre as escolas itinerantes do MST que funcionam nos acampamentos, com o objetivo de garantir o direito de educação às crianças, jovens e adultos que lá se encontram. 3) Trata da educação no campo como um direito de todos aqueles que vivem no campo, direito este que deve ser garantido pelo Estado, mas que só será concretizado a partir do momento em que as comunidades rurais assumirem essa luta.

A segunda parte da cartilha apresenta textos com temáticas que não se conjugam com o seu objetivo principal. São eles: “Carta de Evo Morales aos movimentos sociais da América do Sul”; “Plataforma política da Via Campesina Internacional”; “Manifesto das Américas”; e “Mística no MST”. Esta cartilha inova ao destinar um espaço para informar os militantes sobre os projetos de educação desenvolvidos pelo MST no Estado do Paraná.

“A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira”.

Esta cartilha foi distribuída com o intuito de preparar a militância sem-terra para o V Congresso Nacional do MST, realizado em junho de 2007. A cartilha é composta de um texto corrido dividido em tópicos, contendo fotos que ilustram os conteúdos do texto. Propõe-se que, a partir das discussões realizadas nesta cartilha, se aprove, no V Congresso, o Programa Agrário do MST. Quanto aos conteúdos específicos, é possível dizer que acompanham as discussões já apresentadas acima. Avalia a evolução da organização capitalista na agricultura brasileira, o surgimento do agronegócio e o

domínio das empresas transnacionais e do capital financeiro sobre a agricultura brasileira.

Este último ponto é abordado com maior profundidade do que nas cartilhas anteriores. Segundo a avaliação feita no texto, construiu-se uma aliança entre fazendeiros capitalistas e as empresas transnacionais e, com isso, esses grupos passaram a controlar diversos setores da agricultura, formando um pólo de acumulação de capital baseado nas grandes extensões de terras. Essa política é contrária ao projeto de reforma agrária vislumbrado pelo MST. Assim, a luta pela reforma agrária não depende apenas da derrota do latifúndio, mas também da derrota da grande propriedade industrializada e do agronegócio, materializados através da aliança com as empresas transnacionais.

A cartilha busca explicar/ensinar seus militantes que as alianças entre proprietários e empresas transnacionais podem ser comprovadas através das políticas que os organismos internacionais, como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio – OMC -, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO - e as convenções internacionais das Nações Unidas, tentam impor para os países do chamado terceiro mundo. O texto ainda demonstra que as regras e normas internacionais favorecem os grandes proprietários e as transnacionais, em detrimento da agricultura familiar e dos projetos de reforma agrária.



Ilustração da cartilha “Caderno de Formação N°18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos” (1999: 20).

“Caderno de Formação Nº18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos”.

Em forma de um pequeno livro, esta cartilha possui a apresentação do texto dividido em forma de tópicos. No final de cada tópico, propõe-se discussões coletivas, levantando-se perguntas e respostas no intuito de esclarecer o leitor sobre as questões consideradas relevantes no assunto, como, por exemplo, “A escola de nosso acampamento prepara as crianças para a luta?” ou “A escola está participando da luta dos assentados?” (1999: 6). No final de cada um dos tópicos, foi feita uma sistematização dos principais pontos que o texto levanta. Nos exemplos citados, aparece da seguinte forma: “Resumindo: A escola deve ensinar a ler, escrever e calcular a realidade” (1999: 6). A apostila apresenta ainda a reprodução de alguns ditos populares, das falas recorrentes no interior do MST, além da imitação – reprodução - de situações vividas pelos camponeses, através de diálogos construídos. Como pode-se perceber na figura abaixo:



Ilustração da cartilha “Caderno de Formação Nº18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos” (1999: 6).

Entre os pontos abordados, destaco que os objetivos das escolas de assentamento são: “Ensinar a ler, escrever e calcular a realidade; Ensinar fazendo, isto é, pela prática; Construir o novo; Preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual; Ensinar a realidade local e geral; Gerar sujeitos da história; e Preocupar-se com a pessoa integral” (1999: 12). Em seguida, apresento alguns exemplos de ilustrações

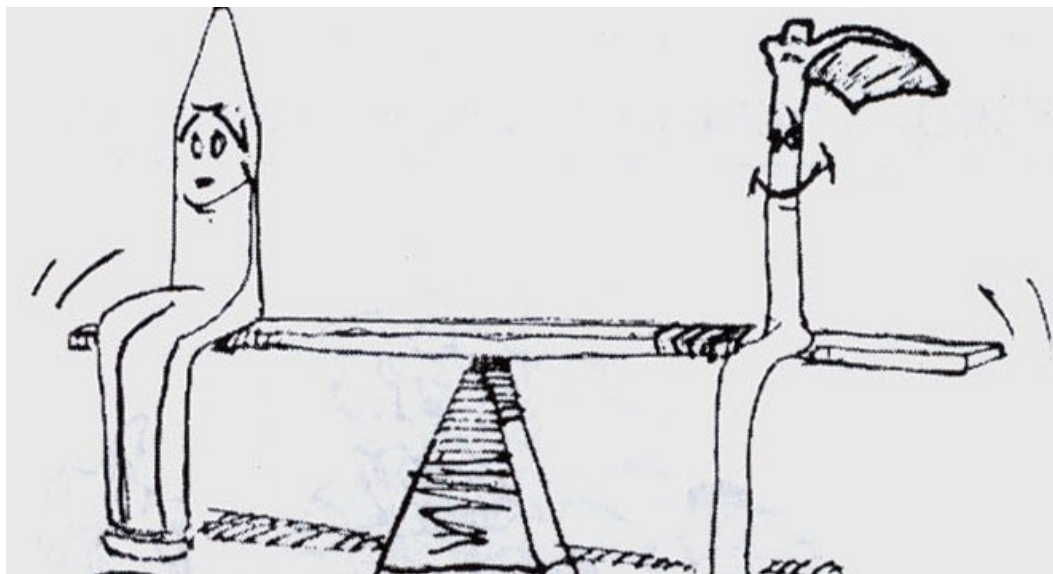


Ilustração da cartilha “Caderno de Formação Nº18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos” (1999: 9).



Ilustração da cartilha “Caderno de Formação Nº18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos” (1999: 15).

Os princípios pedagógicos apresentados são: “Todos ao trabalho; Todos se organizando; Todos participando; Todo o assentamento na Escola e toda a escola no Assentamento; Todo o ensino partindo da prática; Todo professor é militante; e Todos se educando para o novo” (1999: 21).

Todas as cartilhas apresentam-se internamente diversificadas. Apesar de possuírem recursos diferentes, as propostas gráficas não oscilam, sendo representadas pela cartilha impressa e diagramada. Quanto à linguagem, encontram-se alguns diálogos construídos imitando a linguagem oral e histórias, ou conteúdos políticos contados apropriando-se de termos locais, além da utilização de tabelas com dados estatísticos ou referências a políticas de organismos internacionais. Essa forma de construção do texto demonstra que existe uma preocupação de ensinar/explicar, ao mesmo tempo em que busca encorajar os leitores/militantes a continuar nas “lutas”. Almeida aponta que

Tanto nos textos de linguagem popular como nos que não o são, observa-se como tônica o desejo de falar ao povo, atingir o povo, significar para o povo. Contraditoriamente é essa mesma preocupação que gera em alguns casos simplismos e reducionismos, sobretudo quando se trata de explicar os mecanismos da sociedade (1982: 22).

No caso das cartilhas analisadas, também observa-se que o objetivo principal é “ensinar” e encorajar os militantes para as lutas sociais. É importante destacar que, deste ponto de vista, as cartilhas do MST não diferem das cartilhas das CEBs ou de outras cartilhas políticas. Inclusive, as soluções formais parecem não ter se alterado. Aliás, independentemente da forma, acredito que o objetivo de todas as cartilhas políticas seja encorajar os militantes em sua “luta”.

Entretanto, nas cartilhas das CEBs analisadas por Almeida, o desígnio último que se pretende atingir é o “povo”, o qual, nesse contexto, é uma extensão secular do “povo de Deus”. Aqui se encontra uma diferenciação com relação às cartilhas do MST. Nas cartilhas analisadas neste trabalho, o leitor a quem os textos se dirigem é substantivado como “sem-terra”, “militante” ou “trabalhador rural”, e não como “povo”. Há o reforço de uma identidade específica do próprio MST, a qual é vinculada à sua base social, e não a remissão a uma categoria com carga semântica religiosa, como é o caso de “povo” no contexto das CEBs.

Como foi esclarecido, as temáticas das cartilhas são variadas: começam pela reforma agrária e agricultura familiar, passam pela biodiversidade e ecologia, assim como pela estrutura organizativa do MST, e terminam nas propostas de educação no campo. No entanto, pensando para além das diversidades, o conjunto das cartilhas aborda conteúdos que são socialmente compartilhados pela militância sem-terra. Falo especificamente das concepções de mundo e visão de sociedade, pois estas temáticas

não estão presentes apenas nas cartilhas do Movimento Sem-Terra, mas permeiam vários outros ambientes educativos e militantes, os quais este trabalho tenta minimamente mapear.

As cartilhas em seu conjunto abordam: a estrutura da sociedade; sua conjuntura; as condições atuais de vida da classe trabalhadora; os sentidos da política atual; a responsabilidade do militante; entre outros. Para a análise aqui proposta, foram escolhidas três temáticas que estão presentes, explícita ou implicitamente, em todas as cartilhas estudadas. São elas: a estrutura da sociedade, a conjuntura política e o papel/perfil do militante sem-terra. A escolha destas três temáticas segue a mesma classificação feita, anteriormente, sobre a estrutura pedagógica das cartilhas; ou seja, o método “Ver, Julgar e Agir” também está presente nestas temáticas. Os assuntos “a estrutura da sociedade” e a “conjuntura política” caracterizam-se por serem magisteriais, uma vez que propõem um modo de “ver” a realidade, uma determinada interpretação sobre a situação atual. Já os temas referentes ao “papel/ perfil do militante sem-terra” têm características mais exortativas, pois apresentam e propõem um modo específico de “agir”, um modelo de atuação para o militante sem-terra.

Em seguida, apresento como estas três temáticas aparecem nas cartilhas.

A estrutura da sociedade

A estrutura da sociedade é explicada nas cartilhas pelo antagonismo de classes, ou seja, o sistema capitalista cria uma sociedade dividida entre os trabalhadores e aqueles que os exploram, aprofundando as crises já existentes entre capital e trabalho. O capitalismo é apresentado como um sistema que, do ponto de vista da classe trabalhadora, é cruel, não gera felicidade nem harmonia entre os homens, pelo contrário, gera competição, individualismo, opressão e esmagamento das grandes maiorias envolvidas na produção de bens. Portanto, os diretamente atingidos por este sistema são os trabalhadores. Ainda de acordo com esta visão, o sistema capitalista coloca em risco a própria existência do homem que trabalha no campo e, por isso, há a necessidade de se transformar a sociedade, de se construir uma sociedade socialista. Vários conceitos são utilizados para explicar os mecanismos estruturais que regem nossa sociedade: classes sociais, produção, trabalho, latifúndio, agronegócio, exploração, valor, preço, lucro, interesses de classe, ideologia de classe, consumo.

Os textos das cartilhas são extremamente claros na definição da sociedade capitalista como uma sociedade de classes. Nas cartilhas “A Natureza do Agronegócio no Brasil”; “O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária”; “O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos”; “A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira”; “Biodiversidade e Reforma Agrária”; e a “Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento”, a estrutura de classes aparece através da análise das transformações ocorridas na história da agricultura brasileira, desde o período de colonização até a introdução desta “nova forma” de dominação que se chama agronegócio. É perceptível a presença desta estrutura nas reflexões citadas abaixo:

Se olharmos para nossa história, podemos ver que nesses 500 anos de colonização, e de formação da civilização brasileira e de ocupação de nosso território, tivemos a rigor apenas três grandes modelos econômicos adotados na nossa economia e na nossa agricultura. Esses modelos econômicos foram variações, formas particulares de organizar a produção dos bens e mercadorias em nossa sociedade, sob a égide do modo de produção capitalista, imposto a este território e à nossa sociedade desde que aqui chegaram os europeus em 1500 (A natureza do agronegócio. 2006: 7).

A luta pela reforma agrária não depende apenas de derrotar o latifúndio, ou seja, a grande propriedade improdutiva e atrasada. Esse latifúndio está se modernizando e se transformando em agronegócio. E os que não querem se modernizar, se transforma em reserva de terra, em fronteira de expansão para outros fazendeiros capitalistas, que depois vão comprar suas terras para produzir para exportação e assim impedem a reforma agrária (A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira. 2006:17/18).

Aquilo que as cartilhas denominam a “evolução” das transformações ocorridas na agricultura brasileira desde o período colonial até o período atual, “moderno”, é apresentado basicamente como diferentes fases evolutivas do capitalismo. Cada fase representa um aprofundamento da exploração das terras e dos trabalhadores que vivem no campo. Essa perspectiva é basicamente a mesma daquela descrita pelas lideranças nacionais do movimento, em palestras ou cursos⁷⁶ realizados para a formação política da militância sem-terra.

Durante a pesquisa de campo, umas das expressões mais significativas de como os militantes compreendem e reproduzem a análise da estrutura da sociedade foi explicitada através de uma mística realizada na I Jornada de Educação da Reforma

⁷⁶ Como, por exemplo, na Escola Nacional Florestan Fernandes e nos eventos de formação política descritos nos próximos capítulos.

Agrária. No início da mística, supostamente num tempo anterior ao capitalismo e ao agronegócio, os “camponeses” foram representados a partir da perspectiva da abundância, da felicidade e da prosperidade. Em certo ponto, o capitalismo surge trazendo consigo o agronegócio. Neste momento, começa a “destruição” dos camponeses. Na encenação, o “capitalismo” e o “agronegócio”, que foram representados por duas pessoas vestidas de preto, expulsam as famílias de suas terras, geram morte, fome e destruição.

Tanto nas cartilhas, escritas pelos formuladores políticos do movimento, como nas místicas, realizadas pelos militantes sem-terra, a lógica do capitalismo aparece delineada em termos de causa e efeito. As raízes do capitalismo são a propriedade privada, o individualismo e o lucro; enquanto seus frutos são a miséria e o latifúndio. A cartilha “Biodiversidade e reforma agrária” traz uma discussão mais específica sobre o período atual de desenvolvimento deste sistema econômico. Ela demonstra como os padrões dominantes de produção e de consumo estão causando devastação ambiental, redução de recursos e uma massiva extinção de espécies; além de apontar que estes fatores prejudicam principalmente os pobres e aqueles que dependem diretamente da terra para sobreviver.

Na cartilha “O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária”, as interpretações sobre as diferenças de classe aparecem como pares de oposição:

O Brasil tem uma das sociedades mais desiguais do mundo, rica e injusta, com enormes diferenças entre ricos e pobres. E, certamente, uma das causas históricas para essa situação foi a forma como durante séculos as classes dominantes legislaram e resolveram a questão do acesso ao principal patrimônio da natureza, a terra (2004: 88).

Para demonstrar as diferenças existentes entre a condição de vida dos trabalhadores e a das classes dominantes, parte-se da noção de injustiça, utilizando-se de expressões tais como: pobres e ricos; opressores e oprimidos; injusto e justo. Essa descrição sobre as diferenças de classe é “lida” pelos militantes de uma forma muito literal. Durante o evento “Acampamento Livre de Transgênicos”, foi realizada uma marcha em Curitiba. Durante a marcha, percebi que vários dos militantes indignavam-se com a presença excessiva de carros nas ruas e gritavam várias frases para os motoristas. Como por exemplo, “*Sai daqui, seu burguês!*”, “*Esses ricos não tem respeito pelos pobres mesmo!*”, “*Esses daí não sabem o que é sofrer!*”. Assim como os motoristas dos carros eram classificados como “ricos” ou “burgueses”, eu também fui classificada da

mesma maneira em alguns momentos da pesquisa. Na Escola Nacional Florestan Fernandes, durante uma das refeições, militantes do Rio Grande do Sul que participavam do Curso de Sociologia me perguntaram: “*Mas, Simone, afinal você trabalha? O que faz da vida?*”. Respondi que eu era bolsista, que o governo em alguns casos paga para a pessoa estudar e que esse era meu trabalho. Perguntaram-me quanto eu ganhava e então respondi qual era o valor da bolsa. A resposta dos militantes foi imediata. “*Então você é rica, é burguesa! Mas é uma do bem, porque é socialista!*”. A classificação em “ricos” e “pobres”, “burgueses” e “proletários”, descrita nas cartilhas é feita a partir da situação de vida dos militantes. Para eles, quem ganha uma bolsa de mestrado ou quem anda de carro nas cidades é “rico”, visto que o parâmetro de comparação é sua própria renda⁷⁷.

Já o momento atual é descrito nas cartilhas enfatizando-se a aliança entre os grandes proprietários de terra e o capital internacional. Apontam-se novas características deste processo:

- a) Há um casamento desse processo que às vezes até aparece numa única figura social apenas – o grande proprietário de terra ou o capital industrial.
- b) Todos têm como ideologia que a propriedade da terra é um direito absoluto.
- c) Têm o uso da violência como um traço marcante, histórico, de defesa de seus privilégios e da propriedade.
- d) Há uma reprodução ideológica da senzala, no comportamento das classes patronais, no como eles tratam, permanentemente, as pessoas pobres, os não-proprietários (Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação. 2006:46).

Existe a ênfase na continuidade histórica. Essa continuidade se desdobra em momentos diversos, mas apresenta sempre uma mesma marca, que é a da exploração e expropriação. A aliança entre o grande proprietário de terras – o latifundiário – e o capital internacional gera, atualmente, o modelo do agronegócio. Em termos de acumulação de capital, há uma vinculação entre os que detêm a renda fundiária e os que detêm o lucro médio industrial.

Apesar das cartilhas enfatizarem os trabalhadores rurais e a luta específica pela reforma agrária, não abandonam a perspectiva de que essas lutas estão inseridas no contexto maior da luta de classes:

⁷⁷ Quanto à renda dos militantes, é possível apenas delinear alguns valores aproximados. Os militantes “profissionais”, ou seja, aqueles que trabalham em período integral para o MST recebem, em Curitiba, o valor de 500 reais. Os militantes assentados, segundo informações colhidas na ENFF, não possuem renda média superior a 700 reais por unidade de produção. Já os militantes acampados, segundo informações colhidas no acampamento 1º de Agosto, no município de Cascavel-PR, recebem cesta básica do governo, participam de programas assistenciais e a maioria trabalha de “diarista”, seja para os proprietários de terras ou, no caso de algumas mulheres, no serviço doméstico.

A luta corporativa, embora possa conseguir alguma vitória, não será duradoura. As contradições serão cada vez maiores entre os trabalhadores e a burguesia e isso somente se resolve quando a luta adquirir em caráter político e de classe (p.11). Por isso a reforma agrária adquire o mesmo caráter, não basta resolver o problema da terra e do crédito, é preciso cobrar do Estado os complementos: que seja moradia decente, atendimento à saúde de boa qualidade, educação, transporte, aposentadoria etc. (A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos. 2005:11/12).

Assim, as apostilas ressaltam que as lutas locais devem ser relacionadas a proposições políticas mais amplas. Segundo essa idéia, querer organizar a luta no município esquecendo do espaço nacional e deixando de vincular esta luta com outras necessidades de classe, é não perceber que a vitória da reforma agrária depende diretamente da luta de classes mais ampla. Um fato interessante que ocorreu durante o campo, na Escola Nacional Florestan Fernandes, pode ser relacionado a esse aspecto. Uma das atividades realizadas contou com a presença de dois jovens guaranis, que moram numa pequena aldeia situada nos arredores da cidade de São Paulo, e com a participação de uma antropóloga da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Nesta atividade, os jovens descreveram a situação precária da aldeia e falaram principalmente sobre os problemas relacionados à regularização de suas terras. No fim do exercício, alguns militantes do MST-SP se reuniram em volta dos dois jovens e começaram a falar: *“Olha, nós vimos a situação de vocês, nós queremos ajudar! Vamos marcar uma reunião lá na aldeia, aí a gente conversa com o povo lá e começa a organizar as coisas. Nós temos experiência pra organizar o povo, a gente ensina pra vocês como faz aqui no MST. Vamos ajudar vocês a se organizar, tem que ocupar as terras envolta da aldeia. Vamos marcar de ir lá?”*. Os jovens, muito tímidos, concordaram com a cabeça e passaram um telefone para o grupo de militantes. Não estou certa de que esta reunião foi realizada, no entanto, esta iniciativa demonstra bem como os militantes possuem a preocupação de inserir outros setores, caracterizados pelo movimento como “oprimidos”, em suas lutas. Tanto as cartilhas como os dirigentes ressaltam a importância de “unir” as lutas; enquanto os militantes programam essas ações, tendo como base a forma de “lutar” que aprenderam no MST.

As cartilhas mostram ainda que, assim como existem diferenças de classe em nossa sociedade, também existem diferenças entre os países. Vejamos:

Os EUA adotam a política permanente, independente de governo de plantão, de que eles precisam ter a supremacia absoluta sobre os demais países. Nenhum país ou grupos de nações poderá se equiparar ao seu poder hegemônico; Usam os mecanismos do dólar como moeda internacional, da dívida externa do Governo dos EUA frente a inversionistas de outros países, em especial de outros governos, e o déficit comercial, como meros mecanismos de transferência de riquezas de todo mundo para lá. E assim vão mantendo sua supremacia econômica; Eles não atuam como uma república a mais, no cenário das nações, eles atuam, conscientemente como um império (Biodiversidade e reforma agrária. 2006: 11).

Este é um recorte do texto “A política dos Estados Unidos para a América Latina”, que está na cartilha “Biodiversidade e reforma agrária”. Nessa passagem, fica claro que existem os países ricos – exploradores e dominantes - e os países pobres - explorados e dominados. Entre os militantes sem-terra que acompanhei durante a pesquisa, existe uma visão predominante de que os Estados Unidos da América – EUA - são responsáveis pelos problemas dos países economicamente pobres. Nesse caso, as diferenças sociais têm como pano de fundo as questões de classe, porém são vistas, tanto nas cartilhas como pelos militantes, com foco numa perspectiva de dependência dos países pobres em relação aos países ricos. Ou seja, a exploração dos países pobres pelos países ricos é responsável pelas condições de vida do povo, não havendo uma diferenciação entre os americanos e seus governos.

Nos textos “Caderno de Formação Nº18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos” e “Caderno de Educação Nº08 – Princípios da educação no MST”, aparecem interpretações menos elaboradas sobre a estrutura de classes da sociedade capitalista. Há uma explicação extremamente clara para essa diferença de elaboração. As cartilhas específicas de educação não têm o objetivo de discorrer exaustivamente sobre a estrutura de classes, pois as propostas educacionais e pedagógicas do MST já partem desse pressuposto. Esse material, na verdade, abarca outras cartilhas, numa ampliação de conteúdos que é também uma repetição de idéias. Há, portanto, uma estrutura constituída pela redundância, que se sobrepõe a variações e deslocamentos. Com relação à educação e à luta de classes, tanto as cartilhas como as falas dos militantes e dirigentes do MST são claras e não apresentam discordâncias: *“a sociedade capitalista nega aos trabalhadores o direito à educação, portanto, cabe aos movimentos sociais, no nosso caso ao MST, criar alternativas para que os trabalhadores do campo tenham acesso à educação”* (Stédile, I Jornada de Educação na Reforma Agrária).

Quanto à conjuntura

Todas as cartilhas analisadas apresentam, de uma forma ou de outra, descrições sobre a situação de vida dos “pobres”, da classe trabalhadora, dando ênfase à população que vive no campo. A situação de vida dessas populações é descrita a partir da sua negatividade, ou seja, a partir das carências. Fala-se da situação de pobreza a que estão submetidos esses grupos e responsabiliza-se os governos pela falta de políticas públicas para os “pobres”. Aponta-se também os problemas da reforma agrária, da falta de políticas para a educação no campo, de saúde pública e de emprego como consequências das políticas neoliberais adotadas pelos governantes. Apesar de possuírem temáticas diferenciadas, todas as cartilhas abordam ou tomam como ponto de partida as condições precárias de vida dos “pobres”, seja para denunciar, demonstrar ou simbolizar esta condição.

Nesse ponto, deve-se ressaltar as análises feitas sobre o Governo Lula. Das nove cartilhas escolhidas para este estudo, cinco possuem textos ou fazem referências ao atual governo. Sendo que, das quatro cartilhas que não abordam a questão, duas delas, o “Caderno de Formação N°18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos” e o “Caderno de Educação N°08 – Princípios da educação no MST”, foram publicadas no período anterior às eleições vitoriosas de Lula. As cartilhas “Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação” e “O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos” são atuais, porém não apresentam discussões específicas sobre o Governo Lula.

É de conhecimento público a ligação histórica entre o MST e o Partido dos Trabalhadores – PT -, partido do presidente Lula. O MST, assim como grande parte dos movimentos sociais e partidos de esquerda, apoiou e engajou-se na campanha presidencial de Lula. O ano de 2002, foi marcado por esta conquista. A cartilha “O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária” traz um balanço desse período e aponta algumas das expectativas com relação à atuação do novo governo. Segundo Stédile, “o povo votou por mudanças. Mudanças não apenas de presidente – mudou o presidente para mudar o modelo econômico. E a política de reforma agrária a ser adotada, mais do que tudo, depende das mudanças no modelo econômico, em geral, de nossa economia” (2004: 95).

O texto faz referência ao documento intitulado “Vida digna no campo”, em que Lula, na campanha eleitoral, assume compromissos de uma nova política de reforma

agrária. Política que o MST e outros movimentos do campo também ajudaram a formular.

Por fim, Stédile ressalta a importância daquele momento histórico e convoca o novo governo a cumprir suas propostas de campanha:

Esperamos que o novo governo tenha coragem de não perder essa oportunidade histórica, aliado com os movimentos sociais do campo e apoiado pelo desejo de mudanças de todo o povo brasileiro, de fazer finalmente uma reforma agrária, verdadeira, de novo tipo (2004: 98).

As discussões desta cartilha refletem o momento de euforia vivido pelos movimentos sociais logo após a vitória de Lula e também apontam o que o MST espera desse novo período. O MST espera mudanças: “o povo votou por mudanças” e Lula assumiu o compromisso com os movimentos sociais. No entanto, para que essas mudanças ocorram, Stédile afirma que é necessário que Lula “tenha coragem” de adotar “um novo modelo econômico” e finalmente fazer a reforma agrária.

As cartilhas “A Natureza do Agronegócio no Brasil” (2006) e “Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento”(2004) refletem um período posterior à euforia da eleição de Lula e trazem avaliações das primeiras políticas adotadas pelo governo. Primeiro, fazem uma avaliação dos objetivos da eleição de Lula. Vejamos:

O governo Lula foi eleito em outubro de 2002 com uma propaganda e compromissos claramente contrários à manutenção da política neoliberal. Portanto, contrários à manutenção da prioridade dada pelo governo FHC ao agronegócio. Todos aqueles que votaram em Lula votaram para que houvesse mudanças. Caso contrário, se quisessem a manutenção da política, teriam votado em Serra (A Natureza do Agronegócio no Brasil. 2006:30).

Com a eleição do presidente Lula criou-se uma enorme expectativa em torno da realização da reforma agrária no Brasil. Ao votar os trabalhadores Sem Terra, organizados ou não, manifestaram a esperança de cada qual ter a sua terra para trabalhar (Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento. 2004: 2).

Os dois textos iniciam a reflexão sobre o governo, mostrando as expectativas geradas pela eleição de Lula, principalmente no que diz respeito às mudanças na política econômica e à realização da reforma agrária. Logo em seguida, apontam o que seriam os primeiros problemas da gestão petista:

...passadas as eleições, o governo Lula se revelou um governo de composição, ambíguo, que, apesar de prometer mudanças no neoliberalismo, se baseou em alianças de partidos

e de classe que ainda defendem o neoliberalismo. E, assim, na política econômica, administrada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, manteve-se a mesma política anterior e com responsáveis claramente identificados com o partido perdedor (A Natureza do Agronegócio no Brasil. 2006:30/31).

A ambigüidade do governo, que já foi diagnosticada pelo movimento, aponta para um fracionamento do Estado. A composição do governo petista indica a possibilidade de manutenção da política neoliberal do governo anterior, visto que o Ministério da Fazenda e o Banco Central mantiveram a mesma política que apresentavam durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Entre as poucas conversas que pude gravar⁷⁸ com os militantes do MST, está uma discussão que tratava exatamente sobre o governo Lula. No início da conversa, M.⁷⁹ logo falou: *“As alianças que o PT fez foram com os partidos e não com os Movimentos Sociais, esse foi o problema!”*. A partir desta frase de M., iniciou-se um breve e acalorado debate entre os militantes. R.⁸⁰, não deixando mais M. falar, disse:

“não adianta, desde a chegada dos primeiros colonizadores o nosso país é governo por elites, oligarquias, enfim este pessoal que não sabe de larga o poder e Lula é um fantoche disso tudo!. O que você queria? O Povo deu a Lula pouco mais de 100 deputados em 513 e menos de um terço do senado. Dentro da democracia o que ele podia fazer? Ele veio do sindicalismo não de um circo, não era mágico era um trabalhador! Lula fez foi reconhecer que há muito a ser feito. Não é o governo que queremos, mas é o melhor que podemos ter agora dentro dos trâmites democráticos. Vai apoiar quem, Alckmin?”.

As alianças feitas pelo governo são utilizadas para justificar o não-cumprimento das expectativas relacionadas às mudanças sociais. Além disso, como aponta a fala acima, Lula “faz o que pode dentro dos trâmites democráticos” e é melhor apoiá-lo do que votar em Alckmin. Aliás, em todas as discussões que presenciei, a frase *“É melhor apoiar o Lula do que o Alckmin”* surgiu como principal argumento de defesa da gestão petista. A ambigüidade do governo, segundo as cartilhas e as lideranças, tem reflexos diretos nas políticas de reforma agrária.

Na política do setor público agrícola, o governo não conseguiu reverter ainda o quadro de abstenção do Estado, na administração da política agrícola. Dessa forma, embora o governo tenha se comprometido com a reforma agrária e com o fortalecimento da

⁷⁸ Esta conversa transcorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes. Só foi possível gravá-la devido à ausência, naquele dia, de atividade “formal” do curso. Além disso, naquela ocasião, poucas pessoas estavam reunidas.

⁷⁹ M. é militante da frente de massas do interior de São Paulo.

⁸⁰ R. é membro da direção estadual do MST-RO.

agricultura camponesa, na prática, os ministérios mais fortes atuam claramente priorizando a agricultura do agronegócio (A Natureza do Agronegócio no Brasil. 2006: 31/32).

O governo teve todo o primeiro ano do mandato para fazer um plano que serviu somente para estabelecer metas que ficaram muito abaixo do que se esperava. Isto porque a intenção do governo era investir nos assentamentos já feitos e não em desapropriações de novas áreas. Enfim, aprovou o plano prevendo assentar 530 mil famílias em 4 anos, mas as duas premissas principais não foram resolvidas, ou seja, o governo não resolveu o problema financeiro para fazer as desapropriações, nem reestruturou o INCRA com funcionários qualificados e infra-estrutura para fazer as desapropriações” (Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento. 2004: 2).

Observa-se que, a partir do momento em que os textos das cartilhas começam a apontar críticas, a figura direta do presidente Lula ou de seu governo some do texto. Agora, fala-se apenas em governo ou Estado. “Embora o governo tenha se comprometido com a reforma agrária”, na prática, o Ministério da Fazenda e o Banco Central “atuam priorizando o agronegócio”, pois o “governo não conseguiu reverter *ainda* o quadro de abstenção do Estado”, não reestruturou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - e nem resolveu “o problema financeiro para fazer as desapropriações”. Os momentos iniciais de expectativas, principalmente em relação às mudanças na política econômica e à realização da reforma agrária, dão lugar às ambigüidades geradas pela composição do governo, do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Essas contradições acarretam dificuldades em se implementar as políticas de reforma agrária, mas nada impede que esse quadro seja revertido. Como o texto deixa claro, há um comprometimento de Lula (e não do governo ou do Estado) em melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais. Refletindo sobre essas questões, A., militante do Rio Grande do Sul, disse: *“Cabe à gente pressionar, despertar consciência e construir um novo modelo. Temos que avançar nas transformações, é preciso reformas de base. Fundamentalmente a reforma agrária”*.

A cartilha “Biodiversidade e Reforma Agrária” apresenta um texto intitulado “Balanço das medidas do Governo Lula (2002/2006) em relação à Agricultura Camponesa e Reforma Agrária do Brasil”. Este texto apresenta um balanço crítico das políticas do governo e é sub-dividido em dois tópicos. No primeiro, elencam-se dez medidas que trouxeram avanço e acúmulo para a agricultura camponesa no Brasil. No segundo, destacam-se vinte e seis medidas que representaram derrotas para a agricultura camponesa e para os movimentos sociais brasileiros do campo.

Sobre a avaliação positiva das ações governamentais, destaco:

Implantação do seguro rural. O seguro agora cobre também o trabalho e garante a renda do agricultor em caso de prejuízos pela natureza. Mas ainda não é universal. O agricultor precisa ter empréstimos no banco para poder acessar o seguro. E, portanto, dos 5 milhões de famílias camponesas, ao redor de 1,2 milhões podem acessar o seguro; Aumentou o volume de crédito rural disponibilizado aos pequenos agricultores através do PRONAF; Programa Luz para Todos; Demarcação da área indígena histórica que é a Raposa do Sol, em Roraima; Ampliação dos recursos para assistência técnica nos assentamentos, mas o atendimento ainda não é universal e nem público (2006: 34).

Já em relação às políticas que representaram derrotas para os movimentos sociais do campo, ressalto:

A liberação do plantio e comercialização da soja transgênica, por medida provisória atravessando todo o processo de estudos ambientais; Apoio de créditos do BNDES para instalação de fabricas de celulose, e matas homogêneas de eucaliptos; Não atendimento ao compromisso de assentar prioritariamente as famílias acampadas; Manutenção da política orientada do Banco Mundial e programas do banco da terra ou créditos fundiários, em que o camponês compra a terra a vista e fica devendo no banco; Não mobilizou sua base parlamentar para aprovar a lei que expropria as fazendas que tem trabalho escravo; A posição defendida pelo governo brasileiro na última reunião da OMC em Honk Kong, que representou apenas os interesses do agronegócio e não o dos camponeses; A manutenção da política neoliberal inviabiliza a melhoria de renda dos pequenos agricultores, não estimula o mercado interno, não distribui renda para o povo brasileiro e com isso diminui o consumo de alimentos, e diminui os recursos públicos para a reforma agrária e agricultura camponesa (2006: 35/36).

A avaliação dos pontos positivos diz respeito a políticas pontuais, as quais têm impacto em âmbitos locais ou regionais e beneficiam apenas pequenos setores da sociedade. Outro aspecto positivo de grande relevância para os militantes refere-se à diminuição do uso da violência policial, tanto em relação às reintegrações de posse, quanto à instalação de processos judiciais contra os integrantes do movimento. No âmbito das “derrotas”, pode-se dizer que a avaliação do texto citado acima ratifica alguns dos “temores” expostos nas cartilhas anteriores. As políticas do governo Lula para o campo estão na contra-mão daquelas defendidas pelo MST e pela Via Campesina. Além disso, é significativo que justamente o texto com maiores críticas ao governo Lula foi publicado pela Via Campesina, e não pelo próprio MST⁸¹.

⁸¹ Na abertura do V Congresso Nacional do MST, Marina dos Santos, uma das principais lideranças nacionais do MST, fez um discurso em nome de toda a direção nacional do movimento, no qual criticou duramente o governo Lula e suas políticas neoliberais. Ver o discurso no anexo I.

Sobre o ponto de vista dos que leram essas cartilhas⁸², reproduzo um diálogo dos militantes, transcorrido na Escola Nacional Florestan Fernandes:

“Gente, o Lula é um amigo e o governo tem ministros de direita, de centro e de esquerda e que, por isso, não se deve atacar o governo, mas somente a alguns ministros e a política econômica do governo. Tem que fazer uma reforma, qualquer que seja é complicado, pois muitas vezes você terá de diminuir de privilégios de alguns para realizar um equilíbrio. Quando se trata de Reforma Agrária é mais complicado ainda, pois muitos de nossos representantes são latifundiários, e não estão nenhum pouco animados em fazer a reforma, pois não querem perder sua grande imensidão de terras. Para fazer a reforma, Lula teria que contar com a ajuda da maioria dos políticos, mas na verdade, não pode contar nem com uma minoria” (M. é militante da frente de massas do interior de São Paulo).

“Mas olha só, Não é o estado que vai fazer a revolução. A pior utopia é acreditar que algum governante de estado possa fazer a revolução socialista. A revolução vem de baixo para cima, o camarada com cara de Marx gostaria de dizer que ainda prefiro o Lula do que os tucanos, mas nem de longe acredito que qualquer partido ou homem possa mudar nosso sistema nos conceitos do socialismo. Assim não perco meu tempo sonhando com a aplicação do socialismo através de processos eleitorais” (R., membro da direção estadual do MST/RO).

“Não sei, mas acho que a pergunta que temos que é se é possível conquistar a reforma agrária sem romper com o capitalismo? Você está certo!” (A., militante do Rio Grande do Sul).

“Mas quem esperava que o Lula fosse o “povo no poder”, tinha no mínimo falta de embasamento teórico e muita utopia e ilusão sobre as estruturas sociais no capitalismo” (R., membro da direção estadual do MST-RO).

“É povo no poder? Dentro do Capitalismo não há o povo no poder” (A., militante do Rio Grande do Sul).

É importante perceber que, ao mesmo tempo em que os militantes reproduzem a posição dos líderes, presente nas cartilhas, também fazem críticas mais duras ao governo, dizendo que este não governa para os movimentos, e sim para as elites. Por outro lado, tanto as cartilhas como as falas dos líderes e dos militantes são unânimes em atribuir a “culpa” dos problemas do governo aos trâmites políticos mais amplos, desresponsabilizando, assim, a figura do presidente. Portanto, por simultaneamente exaltarem a vitória de Lula e negarem a possibilidade de realização da reforma agrária dentro do sistema capitalista, os discursos dos militantes e das lideranças oscilam entre a valorização do processo eleitoral e a sua desvalorização.

⁸² É importante lembrar que a leitura dessas cartilhas foi feita no período posterior à reeleição de Lula, no ano de 2006.

O papel/ perfil do militante sem-terra

Todas as cartilhas analisadas têm o objetivo, implícito ou explícito, de demonstrar qual é o papel e o perfil exigido do militante sem-terra. Das nove cartilhas analisadas, sete possuem textos que fazem referências a esta temática, enquanto duas não abordam diretamente a questão.

As cartilhas “O Agronegócio X Agricultura Familiar” (2004) e a “Reforma Agrária e a Natureza do Agronegócio no Brasil” (2006) não apresentam nenhum dado explícito sobre o perfil ou o papel do militante sem-terra. Com o estudo e os debates proporcionados por essas cartilhas, espera-se contribuir para o entendimento do militante sobre as disputas existentes na sociedade e sobre a disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Seu conteúdo traz subsídios para que a militância social se questione sobre a natureza “perversa” do agronegócio, além de apontar para uma alternativa baseada na agricultura camponesa e/ou familiar. No entanto, nesse material não está claro o que seria esse modelo agrícola alternativo e nem como seria a atuação da militância em sua construção.

Já as outras apostilas analisadas discutem diretamente a questão do perfil/papel do militante sem-terra. Entre os diferentes assuntos abordados nestes materiais, destaco duas temáticas: os “princípios organizativos” do MST e as “qualidades imprescindíveis” de um militante sem-terra. Acredito que, ao tratar estas duas temáticas, é possível contemplar as reflexões sobre o papel/perfil do militante sem-terra, pois, segundo os próprios militantes, é impossível pensar sobre o que se espera deles sem compreender quais são os princípios da organização política em questão.

Basicamente, os princípios de organização do MST são definidos, nas cartilhas, como “métodos” que devem ser priorizados no trabalho de se organizar os “pobres”. Segundo as apostilas, as principais características de organização do movimento são: direção coletiva; divisão de tarefas; disciplina; planejamento; crítica e auto-crítica; estudo; vinculação permanente com as massas; trabalho de base; lutas de massa; formação de militantes e de quadros; e autonomia financeira. No que diz respeito às qualidades exigidas de um militante, as cartilhas destacam: ser humilde; ter o espírito de sacrifício; ser exemplo na prática de valores; ser solidário e praticar companheirismo com todos; ser estudioso; ser trabalhador; cultivar sempre a utopia de uma sociedade igualitária, justa e socialista. É importante ressaltar que o “estudo” aparece nas

características da organização, assim como “ser estudioso” é uma das qualidades exigidas dos militantes.

A partir dessa breve apresentação, é necessário que se analise como os métodos de organização e os valores militantes são desenvolvidos nos materiais.

Nas cartilhas “Caderno de Formação N°18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos” (1999) e “Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação” (2006), o perfil/papel do militante sem-terra é apresentado a partir da perspectiva da educação, sendo que essa discussão só aparece explicitamente na página inicial dos materiais.

Nesse caminhar da educação dentro do MST muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola onde se educa a partir da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo (Caderno de Formação N°18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos, 1999: 3).

No exemplo acima, percebe-se que a educação e a escola são indispensáveis na construção de valores fundamentais para a constituição do militante sem-terra. A escola do MST proporcionaria, segundo a citação, a oportunidade de novas relações de sociabilidade, nas quais professores e alunos seriam parceiros, e a “solidariedade”, o “companheirismo” e o “amor às causas do povo” seriam valores cultivados. Estes valores são o alicerce do “novo homem” e da “nova mulher” que a escola pretende produzir. Por outro lado, além de projetar esses princípios para o futuro, as apostilas também incitam os militantes e dirigentes de hoje a serem “exemplos” concretos, ou seja, a exercitarem na atual conjuntura aquilo que se quer massificar no futuro.

Durante a pesquisa, em várias ocasiões militantes relataram como os valores/princípios do MST haviam modificado suas vidas. Dois deles me sensibilizaram de forma especial. Em um intervalo de atividades na Escola Nacional Florestan Fernandes, eu, L.⁸³, G.⁸⁴. e C.⁸⁵ estávamos conversando sobre como se dão os relacionamentos entre os militantes. Em um determinado momento da conversa, L. e C.

⁸³ L. é educadora do ITEPA, em São Miguel do Oeste.

⁸⁴ G. é da Direção Estadual do movimento, um dos responsáveis pelo setor de frente de massas da região oeste.

⁸⁵ C. é educadora do Rio Grande do Sul.

abraçaram G., e o três ficaram por um longo tempo demonstrando carinho e afeto mútuos. G., então, começou a refletir sobre aquela situação e afirmou que foi no movimento que ele aprendeu a ter relações de afeto com as mulheres. Disse assim: *“Olha você veja, se antes de entrar para o movimento alguma mulher me abraçasse assim como vocês eu já ia pensar bobeira. Eu nunca me permitiria abraçar uma amiga, eu era muito machista e não valorizava as mulheres como militantes”*. Ele falou ainda sobre como havia mudado depois que entrou para o movimento, que antes era uma pessoa tímida, não conversava com ninguém, e que o movimento o ensinou a ser mais aberto e carinhoso.

Outra fala que chamou muito a minha atenção foi a declaração que J.⁸⁶ fez no dia da avaliação final do Curso de Sociologia da Escola Nacional Florestan Fernandes. Nesta avaliação, estava sendo discutida a importância do curso e, consequentemente, dos estudos para os militantes sem-terra. J. fez uma avaliação muito positiva daqueles trinta dias e afirmou que momentos como aqueles realmente mudavam os militantes. Neste ponto, disse a seguinte frase: *“Eu nasci nu, peladinho, e hoje até tenho o apelido de Lampião”*. J. referia-se a sua trajetória de vida, ao que vivenciou antes e depois de sua entrada para o MST. Antes não se considerava uma pessoa completa, sentia-se apenas mais um entre os outros. Depois de sua entrada para o movimento, tornou-se uma pessoa importante, com um valor especial, e recebeu, inclusive, o apelido de Lampião, aquele que ilumina, brilha.

Nos dois exemplos, percebe-se como os valores apresentados nas cartilhas são incorporados pelos sujeitos concretos. Estes constroem novas relações de sociabilidade, em que a “solidariedade” e o “companheirismo” são valores indispensáveis. Os valores formam “novos homens”, seja através dos “exemplos” dos outros militantes, seja também a partir da experiência concreta.

Na “Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento” (2004), há um tópico que ressalta a necessidade do MST intensificar e qualificar a formação de seus militantes. Cito-o:

É preciso dizer que a formação de militantes é um grande desafio para o MST. Sem militantes bem formados não é possível fazer as mudanças que sonhamos... Uma organização, para ter vida longa, necessita formar seus próprios quadros. Precisamos perceber que, no início do Movimento nos Estados apareciam muitas lideranças que vinham das igrejas, dos sindicatos e dos partidos políticos, porque estas entidades

⁸⁶ J. é assentado no estado do Ceará.

investiam em formação, agora quase já não pensam mais nisso, então cabe a nós desde o acampamento preparar bem os militantes que dirigem nosso Movimento. A partir das iniciativas em andamento, devemos potencializar um programa estrutural de formação a nível estadual que contemple: A Direção Estadual e os Setores do MST; a Coordenação Estadual do MST; a Coordenação das Brigadas; os Setores Estaduais; os Cursos para militantes e para a massa (Cursos massivos estaduais, cursos massivos em todos os acampamentos, cursos técnicos profissionalizantes e cursos de graduação) (2004: 13/14).

Nesse trecho, há uma referência à formação dos sem-terra relacionada explicitamente à formação de militantes, de dirigentes que possam contribuir para o crescimento do MST e de suas bases sociais. Se no começo do movimento as lideranças vinham das igrejas, dos sindicatos e dos partidos políticos, hoje esta situação já não pode mais se concretizar, pois aquelas instituições não investem mais na formação de militantes. Assim, cabe ao MST formar seus próprios quadros.

As cartilhas “A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira” (2006) e “Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento” (2004) apresentam breves discussões sobre as condições necessárias para a implementação de um projeto popular e socialista para o Brasil.

O povo deve ser o sujeito de todo processo de mudanças no campo. E as mudanças somente acontecerão com a pressão popular. Somente a construção de um amplo movimento popular que reúna os milhões de trabalhadores interessados nas mudanças na sociedade poderá alterar a atual correlação de forças e viabilizar essas mudanças necessárias. Para isso é necessário organizar, massificar e ampliar a participação nas lutas e mobilizações, de forma permanente (A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira, 2006: 45).

Cabe ao militante sem-terra contribuir não apenas para o movimento, mas também para a construção de um projeto popular, que deve contemplar todos aqueles que são “oprimidos”, “excluídos” da sociedade. O projeto de que fala a citação é o projeto socialista, que deve ser divulgado pelo militante sem-terra. A secretaria estadual do MST-PR desenvolve um projeto que leva sua militância para as periferias de Curitiba e região metropolitana, com o intuito de “ajudar” na organização popular dessas áreas, principalmente no que se refere às políticas de moradia, como também de reforçar sua base social, incorporando algumas destas pessoas ao MST. M., dirigente desta frente de atuação, relatou-me as dificuldades de organização desse trabalho realizado na periferia. Segundo ele, na periferia a organização é muito mais difícil do que no campo, pois as pessoas têm menos disposição para as “lutas”, devido à falta de trabalho e às péssimas condições de vida e, principalmente, devido à não-incorporação

da necessidade de estar organizado de forma coletiva. Acredito que as dificuldades relatadas por M. devem-se muito ao fato de que a ampliação e a organização das chamadas “lutas populares” são pensadas a partir da perspectiva de organização do movimento sem-terra, não levando em conta o contexto de vida dos moradores da periferia.

Outra discussão importante trazida por essas cartilhas é a questão do auto-sustento do MST. Coloca-se como um princípio do movimento a idéia que todo militante deve ajudar a organizar o auto-sustento material do MST, que os militantes devem “lutar” para que o movimento tenha estrutura material própria. A auto-sustentação significa, segunda a cartilha, “...caminhar com as próprias pernas, preservar a nossa autonomia política e organizar a economia da reforma agrária em nossos espaços de atuação” (“Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento”, 2004: 12). Durante a pesquisa de campo, não acompanhei nenhuma discussão ou proposta de ação no sentido de organizar a auto-sustentação do MST. Tive conhecimento, a partir de relatos de militantes das direções estaduais e nacional do movimento, que essa discussão ocorre, mas não tenho subsídios maiores para desenvolvê-la.

A relação entre as cartilhas, a educação e a política

A idéia de formulação de cartilhas políticas no MST é tão antiga como o próprio movimento. O agrupamento de determinados textos e idéias, tidos como fundamentais para o estudo da militância, e a criação de setores específicos que se encarregam de construir as cartilhas e administrar sua circulação, têm um lugar central na estrutura organizativa do MST. As publicações, seja em coleções, seja em cartilhas isoladas, têm o objetivo de popularizar, de uma maneira didática e organizada, as discussões consideradas relevantes para a militância.

As cartilhas políticas ganharam destaque nesta pesquisa, porque são valorizadas por suas “virtudes didáticas” e por estarem indissolivelmente associadas aos cursos de formação política e às escolas. As cartilhas e o Jornal Sem Terra estão presentes nos encontros, jornadas, marchas, assim como nos acampamentos, assentamentos, escolas e cursos. Constituem um tempo próprio nos cursos e eventos, e criam um espaço de discussão, reforço e alimentação dos canais de comunicação entre as direções e as bases do movimento. O MST constrói suas cartilhas e, ao mesmo tempo, as viabiliza, combinando a produção e a circulação de publicações políticas. Mobiliza seu aparato

organizativo em função tanto de uma circulação difusa das suas cartilhas, como também das escolas e dos cursos de formação política. Estabelece uma leitura orientada e obrigatória para um público específico, que é composto por seus militantes.

Em relação ao alcance real dessas publicações, infelizmente não obtive dados concretos. É possível dizer apenas que as tiragens não contemplam todos os acampados e assentados que compõem a base social do movimento. Em contrapartida, elas atingem os sem-terra engajados nas ações políticas – eventos - diretas do movimento, ou seja, estão presentes nos espaços de formação do militante e de conformação da identidade sem-terra.

Fica evidente que as cartilhas políticas são definidas por seus criadores e estão ligadas aos movimentos políticos. No caso do MST, a transformação da sociedade é a razão primeira da existência das cartilhas. Somando-se a esta razão, são construídos outros significados. Sem esta perspectiva, as cartilhas são destituídas de sentido. Por isso, esses “pequenos livros” são montados segundo a premissa de que deve existir uma articulação da teoria revolucionária - dos conteúdos - com a prática política - o cotidiano dos militantes. O esforço de implementação de uma unidade teórica e política é concretizado através da preocupação de “educar” e de “elevar o nível ideológico”. Esse esforço é considerado fundamental, pois reforça um tipo de homogeneidade, uma identidade militante. Assim, os objetivos ampliam-se para além das cartilhas, pois se referem às propostas pedagógicas e educativas, que se entrelaçam com a própria razão de ser do MST.

Seria incoerente buscar conclusões sobre a utilização das cartilhas tão somente através de uma análise interna, pois os conteúdos são lidos por pessoas, interagem com o leitor e também com os conteúdos das outras cartilhas editadas. A passagem dos conteúdos dos textos para a ação política dos militantes é sempre mediada por interpretações locais, que podem tanto reafirmar as proposições políticas do movimento - pensadas idealmente nas cartilhas -, como também subvertê-las. Porém, mais importante do que afirmar ou não a veracidade dessa passagem, é perceber que essa proposta dialética faz sentido para o conjunto de militantes que compõem a base social do MST.

Capítulo III – Formar as “massas”, reforçando a organização interna e a identidade sem-terra: Eventos de Educação e Formação Política.

Os “eventos de formação de massas” estão presentes na vida de grande parte dos sem-terra e podem ser definidos como formas de socialização e, conseqüentemente, de aprendizado, que colocam em evidência, simbolicamente, as concepções de política, tanto dos militantes quanto das lideranças do movimento. Existe no MST um calendário anual de lutas que é seguido pelas secretarias estaduais. O chamado Abril Vermelho, por exemplo, é caracterizado pela intensificação das lutas através da maior ocupação de terras, de prédios públicos e da realização de atos políticos. Os eventos fazem parte dos calendários anuais de todas as secretarias estaduais do MST. No Paraná, há pelo menos duas atividades: a Jornada de Agroecologia, geralmente realizada no segundo semestre, e a Jornada de Educação da Reforma Agrária, que, apesar de ter sido realizada apenas duas vezes, já faz parte do calendário. Elas são caracterizadas pelo grande número de participantes reunidos para discussão de uma pauta pré-definida, com uma estrutura de organização que se assemelha à própria forma de organização interna do MST e repete-se em todos os eventos por ele realizados. Eles são fundamentais para a formação do militante de cada Estado, pois, geralmente, é através deles que os sem-terra têm o primeiro contato com as propostas do MST fora de seus acampamentos ou assentamentos.

A definição de um evento como de formação de massas está diretamente relacionada ao número de pessoas que dele participam. Assim, todo evento que reúne um número significativo de militantes é considerado pelo movimento como de “formação de massas”, independente do caráter da atividade. Ele difere dos de formação de militantes em vários aspectos. Os principais dizem respeito ao número de participantes, ao tempo de duração e ao conteúdo. A “formação de massas” é acessível a praticamente todos os sem-terra que participam mais ativamente do movimento, têm duração máxima de dez dias e compreendem palestras e conferências de caráter mais genérico e introdutório. O curso de formação de militantes, ao contrário, tem participação restrita e selecionada, maior duração (trinta, sessenta ou noventa dias) e é organizado a partir de conteúdos específicos⁸⁷.

⁸⁷ O curso de Sociologia Rural, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes e apresentado no capítulo IV, é um exemplo desta estrutura.

Em consequência do elevado número de participantes e da reduzida duração, os “eventos de formação de massas” priorizam palestras e conferências, deixando pouco tempo para as atividades de leitura de textos e cartilhas, como para as discussões dos conteúdos entre os militantes. Os textos, as cartilhas e o jornal Sem Terra, distribuídos nestes encontros, devem ser lidos e discutidos posteriormente pelos grupos de base dos acampamentos e assentamentos, segundo orientação da direção do MST. A formação se dá através das palestras e conferências e, também, pela experiência vivida pelos militantes na participação e organização destes eventos. Tanto os militantes quanto as lideranças valorizam essas experiências de participação, pois as entendem como “momentos de aprendizado”. Conceitualmente, a educação e a formação política baseiam-se na idéia de que todas as atividades realizadas pelo MST fazem parte do processo educativo.

Este Capítulo aborda dois eventos de formação política que pude acompanhar durante o período de pesquisa de campo, caracterizados pelo movimento como de “formação de massas”: o Acampamento Livre de Transgênicos, em Quatro Barras-PR, e a I Jornada de Educação da Reforma Agrária, realizada em Cascavel-PR. Descrevo sua estrutura organizativa e a programação das atividades, bem como suas características comuns.

O primeiro evento foi organizado pela Via Campesina, paralelamente ao 3º Encontro de Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - MOP3 -, que precedeu a Oitava Convenção de Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica - COP8. Foi realizado, de 13 a 31 de março de 2006, no Parque Newton Freire Maia (antigo Castello Branco), a 20 km de Curitiba- PR. Foi o maior evento político que pude acompanhar durante a pesquisa. Segundo os organizadores, participaram mais de três mil pessoas, representando movimentos sociais coordenados pela Via Campesina.

Já, a I Jornada de Educação da Reforma Agrária foi organizada pelo MST em Cascavel-PR, entre 26 e 31 de novembro de 2006. Reuniu cerca de mil e trezentas pessoas, entre militantes, educadores e simpatizantes do movimento do Estado do Paraná. Assim como o Acampamento Terra Livre de Transgênicos, ela é classificada pelas direções do MST como um “evento de formação de massas”.

Neste capítulo, optei por dar ênfase à estrutura organizativa e à programação dos dois eventos, apontando as características comuns entre eles. Neles, é possível perceber, reproduz-se a estrutura organizacional do MST. É como se o movimento se recriasse em

cada evento, reforçando o plano da organização interna tanto quanto a identidade sem-terra.

Acampamento Livre de Transgênicos e a I Jornada de Educação da Reforma Agrária.

O Acampamento Terra Livre de Transgênicos foi composto por vários movimentos sociais, entre eles: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST -, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA -, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC -, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB -, a Comissão Pastoral da Terra – CPT - e a Pastoral da Juventude Rural - PJR. Apesar da diversidade dos movimentos que participaram do evento, os militantes do MST eram maioria absoluta. Segundo a secretaria do MST-PR, o objetivo era promover o debate das questões ambientais a partir da visão dos camponeses e pequenos produtores rurais e, também, aproveitar a oportunidade de ter tantas pessoas reunidas para realizar um grande curso de formação política e um curso de formação de massas (Izabel Grein, membro da direção estadual e do Setor de Educação do MST-PR).

É importante salientar a ausência de outros movimentos como, por exemplo, o Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST. Com isso, o MST quis mostrar quem faz parte da rede de alianças prioritárias e quem dela está excluído. A participação do MST, MPA, MMC, MAB, CPT e PJR num mesmo evento não é algo incomum. Apesar de algumas diferenças, há uma aliança razoavelmente legitimada entre eles⁸⁸.

Já, a I Jornada de Educação da Reforma Agrária foi organizada apenas pelo MST com a presença dos sem-terra e de alguns convidados de outros movimentos e observadores externos. Os “observadores externos”, categoria bastante utilizada entre os sem-terra, são pessoas que não possuem uma vinculação direta com o movimento, mas que, pela conjuntura local, contribuem em discussões ou tarefas específicas. No caso da I Jornada de Educação da Reforma Agrária, os observadores externos eram os professores da rede pública que trabalham nas escolas de assentamento ou

⁸⁸ Com relação aos conflitos ou desacordos políticos, pude perceber, durante a pesquisa, que os militantes do MST invocam principalmente o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA - e o Movimento das Mulheres Camponesas - MMC. As críticas a esses movimentos são de ordens diferentes. O MPA é caracterizado como um movimento que possui como única preocupação a propriedade privada, a manutenção de seu lote de terra e, por isso, não faz a discussão mais ampla de mudanças na sociedade. Quanto ao MMC, a maior crítica diz respeito à própria formulação do movimento. Segundo o MST, é impossível separar a “luta” de homens e mulheres que vivem no campo. A separação entre homens e mulheres serviria apenas para enfraquecer as “lutas”, por isso, o MST, mesmo considerando importante as discussões específicas de gênero, não vê sentido num movimento apenas de mulheres.

acampamentos ou os representantes da APP-sindicato (Associação de Pais e Professores - Sindicato dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná). Segundo Izabel (membro da direção estadual e do Setor de Educação do MST-PR), além de ser um evento de formação de massas, o objetivo deste encontro foi “inserir o debate da educação nas pautas políticas do movimento”. Esta declaração de Izabel mostra um ponto importante, pois se a educação é algo tão relevante para o movimento, como busquei demonstrar até aqui, por que ainda é necessário “inserir o debate da educação em suas pautas políticas”? Neste contexto, Izabel refere-se à inserção do debate sobre educação nos grandes eventos realizados pelo MST. A Jornada de Educação da Reforma Agrária foi o primeiro evento realizado que se propôs a discutir especificamente a temática da educação para um público não especializado na área⁸⁹.

O Acampamento Terra Livre de Transgênicos e a I Jornada de Educação da Reforma Agrária, apesar de terem sido realizados com propósitos muito distintos, possuem características comuns que são próprias da forma de organização política e educativa do MST.

Ambos foram organizados, principalmente, pela secretaria estadual do MST-PR, que é responsável pela parte formal dos eventos, ou seja, pela infra-estrutura, pelos palestrantes e por organizar a participação dos militantes.

Quanto à infra-estrutura dos eventos, a secretaria contou com a colaboração tanto do Governo do Paraná quanto da Prefeitura Municipal de Cascavel-PR. No caso do Acampamento Livre de Transgênicos, o Governador do Estado, Roberto Requião (PMDB), além de ceder o parque Newton Freire para a realização do acampamento, viabilizou a infra-estrutura sanitária, compareceu à atividade denominada Ato Cultivando a Biodiversidade e deu declarações públicas em vários meios de comunicação apoiando a iniciativa da Via Campesina⁹⁰. Já, a I Jornada de Educação da Reforma Agrária, foi apoiada pela Prefeitura de Cascavel-PR, que cedeu um centro de eventos do município para o encontro⁹¹.

⁸⁹ O MST realiza anualmente encontros nacionais e estaduais sobre educação no campo, no entanto, estes eventos são destinados ao público específico de educadores e educadoras do movimento.

⁹⁰ O Instituto Ambiental do Paraná – IAP - e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, todos órgãos ligados ao Governo do Estado do Paraná, também apoiaram formalmente o Acampamento Livre de Transgênicos.

⁹¹ Vários eventos do MST já foram realizados neste centro de convenções, dentre eles as Jornadas de Agroecologia nos anos de 2006 e 2007.

A escolha dos locais para a realização dos eventos e a viabilidade da infraestrutura dependem da articulação e das alianças políticas do MST com os governos locais e estaduais e de propósitos internos do Movimento Sem-Terra. O Acampamento Livre de Transgênicos precisava ser realizado na cidade de Curitiba ou em suas imediações, pois aconteceria em paralelo ao MOP3, que precedeu à COP8, que aconteceram em Curitiba. Houve uma convergência de interesses da direção do movimento e do Governador Roberto Requião. É importante realçar que ele vem se destacando no cenário nacional por tentar implementar políticas públicas contrárias às sementes transgênicas. Esse fato, juntamente com a avaliação por parte do MST-PR de que o governo do Paraná é, entre as possíveis alternativas, de centro-esquerda, fazem com que haja concretamente uma aliança entre o MST-PR e Requião⁹².

Com relação à realização da I Jornada de Educação da Reforma Agrária em Cascavel, existem dois fatores importantes. O primeiro diz respeito ao significado que esta cidade tem na história política do MST. Conforme explicitado no capítulo I, foi em Cascavel onde aconteceu, em 1984, o primeiro encontro nacional do MST. Desde aquela época, ela é um foco de conflitos agrários. É considerada, nos dias atuais, como uma das regiões que concentra os maiores latifúndios e as maiores plantações de soja do sul do país. A Região Oeste do Paraná, representada pela cidade de Cascavel, é central para as ações políticas do MST, considerada como uma questão de honra para o movimento, pois, segundo um militante de São Miguel do Oeste⁹³: “foi lá que nascemos (o MST) e é lá que se concentram nossos inimigos”. Além do significado atribuído à cidade no contexto de lutas políticas do MST, o segundo aspecto relevante diz respeito às alianças políticas locais conjugadas, tendo por objetivo a realização da I Jornada de Educação da Reforma Agrária. A Prefeitura Municipal de Cascavel apoiou este evento por considerar importante manter uma relação de cordialidade com o MST e também porque se tratava de uma atividade que focava a temática da educação. Com isso, a própria Prefeitura pôde fazer propaganda de sua gestão através de algumas falas realizadas no último dia do evento.

⁹² O MST-PR apoiou a reeleição de Roberto Requião (PMDB) no ano de 2006, por avaliar que Osmar Dias (PDT), candidato que concorria diretamente com Roberto Requião, representava explicitamente os interesses do latifúndio e do agronegócio.

⁹³ G. é assentado no município de São Miguel do Oeste (região oeste do Estado do Paraná). Militante do MST, é um dos coordenadores do Setor de Frente de Massas da região e participou do curso de Sociologia Rural, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes. Esta fala surgiu a partir de discussões feitas sobre a região oeste do Paraná.

Do ponto de vista interno, o funcionamento dos eventos depende basicamente da organização das “brigadas”. Após a reformulação da estruturação interna do MST, brigada passou a ser o nome dado para a sua forma de organização nos estados. Uma brigada corresponde a no máximo quinhentas famílias que podem ser reunidas por assentamentos e acampamentos de uma mesma região do estado⁹⁴. Segundo estimativas da secretaria MST-PR, no Estado do Paraná o movimento possui vinte e duas brigadas, ou seja, mais ou menos onze mil famílias, entre assentadas e acampadas. Cada brigada possui um coordenador eleito pelas famílias, que passa a ser membro da direção estadual do movimento.



Reunião das brigadas no início da “I Jornada de Educação na Reforma Agrária”.

Para a realização e funcionamento dos eventos, as brigadas organizam-se previamente. É através delas que os militantes são selecionados para a participação nos eventos políticos de formação. As brigadas, geralmente junto com a secretaria, organizam os ônibus e as finanças necessárias para viabilizar a participação do maior número possível de militantes nesses eventos de massas. É também a brigada que leva e organiza a alimentação que será preparada pelos seus próprios membros, já escolhidos previamente em seus locais de origem. E, por fim, nos eventos articulam-se novas

⁹⁴ A brigada Teixeira, localizada na região oeste do Paraná, é uma exceção desta regra. Apenas um dos acampamentos que compõem a brigada (Acampamento 1º de Agosto) é formado por mais de quatrocentas e cinquenta famílias.

brigadas que serão responsáveis pela organização, limpeza e segurança dos espaços onde é realizado o encontro. Todas estas tarefas são distribuídas entre os membros destas novas brigadas no primeiro dia do encontro, quando geralmente acontece uma reunião específica para este fim.



Organização da cozinha. Brigada Monge José Maria na “I Jornada de Educação na Reforma Agrária”.

Conforme apontado acima, no primeiro dia do evento, cada brigada desloca alguns militantes que serão responsáveis pelas chamadas “equipes do encontro”. O número de militantes deslocados depende da tarefa e do tamanho do evento. Tanto no Acampamento Livre de Transgênicos, como na I Jornada de Educação da Reforma Agrária, formaram-se dez equipes: de disciplina, higiene, infra-estrutura, mística, saúde, animação e cultura, ciranda infantil, secretaria do encontro, assessoria de imprensa e sistematização.

Existe uma divisão de tarefas já consagradas no MST, portanto anterior aos eventos de formação, que se reproduz nestas equipes. A secretaria do encontro é composta pelos responsáveis pela secretaria estadual do MST-PR. Os membros da assessoria de imprensa e sistematização (responsáveis por sistematizar as discussões, palestras e conferências realizado no evento) geralmente são militantes que já possuem função similar nas suas regiões de origem. Podem ser professores, estudantes ou militantes que possuem experiência anterior. A equipe da ciranda infantil é composta,

geralmente, pelos chamados “educadores do movimento”, que são os professores das séries fundamentais dos acampamentos e assentamentos, e por estudantes do ensino médio que desejam exercer a função de professores após concluírem os estudos. A equipe de saúde é composta por militantes que possuem algum conhecimento na área, seja através de cursos de saúde comunitária⁹⁵ ou de experiências práticas no manuseio de ervas medicinais. Finalmente, a equipe de animação e cultura é composta pelos artistas do movimento - cantores, violeiros e atores - militantes responsáveis por animar a platéia durante os intervalos.

As equipes expostas acima demonstram que a participação dos militantes nas equipes de trabalho, na verdade, é determinada pelas funções que já exercem nos locais de origem. É como se houvesse um pré-requisito para estas funções, dado tanto por uma formação política como escolar, com prevalência para a segunda. Já, com relação às equipes de disciplina, higiene, infra-estrutura e mística, parece existir mais rotatividade. Formalmente, não existe nenhum pré-requisito para delas participar, o que possibilita aos militantes passarem por mais de uma. No entanto, percebi durante os eventos que nestas funções também existem militantes “especializados”. Nestes casos, reproduzem-se também aquelas tarefas já cumpridas no acampamento ou assentamento. No caso da equipe de mística, os militantes especializam-se nesta função e vêm nos eventos a possibilidade de demonstrar para um público mais abrangente o trabalho realizado. A participação nas equipes de infra-estrutura e higiene é dada tanto por um conhecimento prático das tarefas como também pela sua duração. Segundo os militantes, estas equipes têm um trabalho “pesado”, porém curto e executado poucas vezes ao dia. A equipe de infra-estrutura monta a estrutura do evento e é responsável pela sua manutenção⁹⁶, enquanto a de higiene ocupa-se da limpeza dos ambientes, executando esta tarefa duas vezes ao dia. Finalmente, a equipe de disciplina é encarregada da segurança do local e da disciplina dos militantes. Geralmente, quem a compõe já executa esta função no acampamento ou assentamento. Vários militantes afirmaram que gostam desta função porque ficam conversando com os companheiros durante o seu turno⁹⁷. Assim, mesmo nestes casos onde a participação nas equipes é mais flexível, existe também uma repetição das funções exercidas pelos militantes nos seus locais de origem.

⁹⁵ O MST realiza cursos de saúde comunitária e de utilização de ervas medicinais nos acampamentos e assentamentos do movimento.

⁹⁶ O tipo de estrutura a ser montada depende do local de realização do evento. Os barracos para o alojamento, o palco, os banheiros e chuveiros são alguns exemplos.

⁹⁷ Os turnos das equipes de disciplina são de aproximadamente seis horas.

Como já foi visto, os militantes organizam-se no evento através de suas brigadas, ou seja, alimentam-se na cozinha, reúnem-se para as discussões políticas e divisão de tarefas, participam das plenárias, tudo organizado por sua própria brigada. O sentido de organizar-se em brigadas e equipes deve ser compreendido a partir da constatação de que este modelo é um reflexo da própria estrutura organizativa do movimento. Como já citado anteriormente, a organização do MST nos estados é construída através das brigadas e, nos assentamentos e acampamentos, através das equipes. São as brigadas que, em cada região, organizam as famílias acampadas ou assentadas, as manifestações públicas locais ou mesmo novas ocupações de terra. As equipes são responsáveis pelo funcionamento interno dos assentamentos e acampamentos. A passagem por pelo menos uma destas equipes é um pré-requisito para todo o militante que deseja (o que é estimulado) compor o quadro de lideranças do MST. Como foi dito anteriormente, existe uma hierarquia mais ou menos rígida na divisão de tarefas entre as equipes e seus participantes. Esta divisão é caracterizada principalmente pelo grau de envolvimento do militante com o movimento, combinado com seu grau de escolarização. Concretamente, estes dois aspectos (envolvimento e escolarização) não podem ser compreendidos de forma estanque, visto que a própria lógica de formação do militante sem-terra não dissocia os aspectos práticos dos teóricos⁹⁸. O tornar-se militante e, posteriormente, liderança implica necessariamente que a pessoa se envolva cada vez mais com o movimento e, também, que se dedique aos estudos. Não precisamente os chamados “estudos formais”, mas aqueles conhecimentos considerados pelo MST como legítimos.

Durante a I Jornada de Educação da Reforma Agrária acompanhei um caso que reflete um pouco a discussão feita aqui. “B.” é uma mulher de cinquenta e quatro anos que está no acampamento 1º de Agosto (Cascavel) há três anos. Segundo ela, entrou para o movimento porque *“queria morar na roça, nunca gostou de morar na cidade”*. Veio para o acampamento sozinha, mas depois de um tempo, dois de seus filhos vieram morar com ela. O marido é pedreiro na cidade de Joinville, trabalha aproximadamente três meses e fica um no acampamento com a família. Eles ainda possuem uma casa em Joinville e estão esperando o assentamento “sair” para vendê-la e investir na futura propriedade.

⁹⁸ Como demonstra o Capítulo I, “A luta do MST” comporta estes dois aspectos.

Quanto ao Movimento Sem-Terra, “B.” faz muitos elogios, dizendo que “o movimento é que me ensinou o que é felicidade mesmo”. Esta felicidade é proporcionada, segundo ela, “pela liberdade que a vida na roça traz”. Durante a pesquisa, praticamente todos os militantes que conheci que eram oriundos do meio urbano, ressaltaram que um dos principais motivos de sua entrada para o MST era a busca por liberdade⁹⁹, o que não conseguiram ter na cidade. Em contraposição, o campo representa para estas pessoas a possibilidade de ser livre, trabalhar quando quiser, fazer seu próprio horário, ter tempo e possibilidade de fazer outras coisas e não só trabalhar.

Após ingressar no MST, “B.” disse que começou a acompanhar as discussões sobre política e começou a se interessar: *“Comecei a acompanhar as discussões e fiquei com vontade de contribuir para o movimento. Mas sabia ler muito pouco e não sabia escrever, por isso comecei a estudar. Acho que estudando posso ajudar mais”*. Incentivada pelos filhos e vizinhos de barraco, entrou para a primeira turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA - criada no Acampamento 1º de Agosto. Vai para a escola do acampamento todas as noites e, conforme me disse, já está “lendo tudo”. Já conhecia “B.” de uma visita que tinha feito ao Acampamento 1º de Agosto e a reencontrei na I Jornada de Educação da Reforma Agrária. Ela estava muito feliz, pois aquele era o primeiro evento estadual que participava. Disse-me que depois que começou a estudar, estava muito feliz e tinha decidido “contribuir” de verdade com o movimento. Por isso, veio trabalhar voluntariamente na cozinha¹⁰⁰ da sua brigada. Perguntei a ela se não iria assistir às palestras e respondeu que este era seu primeiro evento e por isso escolheu ficar na cozinha, mas que no próximo iria participar das discussões, sim. “B.”, assim como muitos outros integrantes do MST, incentivada pelos vizinhos e militantes, voltou a estudar, pois acredita que assim poderá realmente participar do movimento.

Apesar de ser o início de uma trajetória que pode ou não se concretizar na formação de um militante ou liderança, o exemplo é significativo, pois demonstra o poder de mobilização do Movimento Sem-Terra. A vontade individual, tanto de estudar como de participar ativamente da política, certamente é importante para a formação dos militantes. No entanto, todos os interlocutores são unânimes ao afirmar que foi o MST

⁹⁹ Sobre este assunto ver Woortmann (1990).

¹⁰⁰ O trabalho realizado nas cozinhas das brigadas é definitivamente o mais cansativo e aquele que demanda mais tempo dos militantes. Por isso, quem se voluntaria para o trabalho na cozinha, geralmente, não consegue participar das atividades dos eventos.

que lhes deu as condições objetivas para as mudanças que almejavam, seja através das escolas dos acampamentos ou assentamentos, seja frequentando os cursos de formação oferecidos pelo movimento.

A organização dos eventos Acampamento Terra Livre de Transgênicos e I Jornada da Educação na Reforma Agrária reforçaram a organização interna do movimento e a identidade dos militantes sem-terra. Com relação à programação dos eventos, repetiu-se o modelo básico que é aplicado para grande parte dos encontros realizados pelo MST. Existe uma constância na forma de organizar os horários, nos temas das palestras e conferências, nos palestrantes e nas atividades chamadas “culturais”. Os quadros a seguir reproduzem a programação seguida pelos militantes.

Programação do Acampamento Terra Livre de Transgênicos

Dia	Manhã	Tarde	Noite
27/03/2006	- Credenciamento - Organização do acampamento	- Ato de Abertura - Conferência: A conjuntura da América Latina, Beto Almeida	- Ato político pró-Jornal Brasil de Fato, Centro de Convenções
28/03/2006	Mobilização- ato político contra OMC (Praça Santos Andrade)	Conferência: O projeto das transnacionais para a agricultura	Noite Cultural
29/03/2006	- Ato Cultivando a Biodiversidade - Conferência: Ética do Cuidado, Leonardo Boff	- Conferência: Biodiversidade – Reforma Agrária e Projeto Popular para a Agricultura, José Tardin	Jornada Socialista
30/03/2006	Conferência: A Construção do Poder Popular, Ademar Bogo	- Conferência: Sementes Patrimônio da Humanidade	- Conferência: Projeto popular para o Brasil, João Pedro Stédile-18:00hs - Baile e noite da cultura camponesa- 21:00hs
31/03/2006- manhã- Assembléia Latino América e Calendários de Lutas “Unidade dos Povos Latino-Americanos na construção de um projeto alternativo ao Imperialismo” 31/03/2006- tarde- Marcha em Defesa da Biodiversidade “Por uma América Latina Livre e Soberana”			

**Programação da I Jornada da Educação na Reforma Agrária
26 a 30 de novembro – Cascavel – PR (Centro de Convenções)**

Data	Manhã	Tarde	Noite
26/11 Domingo	- Chegada e organização - Credenciamento.	16:00hs – Ato de Abertura.	20:00hs – Grupo de teatro TUCA: Excessão e a Regra, Bertold Brech.
27/11 Segunda-feira	Painel: 8:00hs - Ideologia do Imperialismo, Neuri Rosseto. - Período Atual e os Desafios para a classe trabalhadora, João Pedro Stédile.	14:00hs - Grupo de Teatro. 15:00hs - Reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira, Paulo Pires. 17:00hs Conferência Aberta: O projeto popular para o Brasil, João Pedro Stédile.	Atividade cultural - Cinema na terra.
28/11 Terça-feira	Painel: 8:00hs - O estudo na formação da consciência, João Francisco. - A educação do MST, Maria Izabel Grein.	Conferência Aberta: 14:00hs - O papel da educação no Projeto Popular para o Brasil, Chico Alencar. 15:30hs - Desafios na luta pela reforma agrária, Roberto Baggio. - Debate sobre a educação no MST.	20:00hs - Lançamento do concurso de arte e educação no MST e livros da cultura do Paraná.
29/11 Quarta-feira	Painel: 8:00hs - Dimensão da cultura na reforma agrária, Ademar Bogo. - A importância do estudo na formação do ser humano, Frei Beto.	14:00hs - Relatos das práticas de educação no MST. Conferência Aberta: 17:00hs - A mística do povo camponês, Ademar Bogo.	20:00hs - Atividade cultural: Baile
30/11 Quinta-feira	9:00hs - Ato de formatura dos educandos e educandas da EJA.	14:00 - Marcha pelo direito a educação na reforma agrária - Encerramento: Terra Livre	

A estrutura da programação dos dois eventos foi basicamente a mesma. Além disso, os palestrantes e as temáticas não diferenciaram drasticamente. É importante observar que em ambos houve uma seqüência de atividades descritas como “Atos”, “Conferências” e “Confraternizações”. Esta seqüência, transposta para o plano das experiências concretas dos militantes, é pensada da seguinte forma: os “atos” representam “ação”, as “conferências” o “estudo” e as “confraternizações” a “mística”. Embora os três elementos estejam presentes em diferentes proporções em cada um dos eventos, eles são representativos, não apenas por reproduzirem uma forma de organização que é própria do MST, mas principalmente porque representam a concretização do modelo de educação e formação política proposto pelo movimento. A fim de encontrar-se uma lógica nos procedimentos acima descritos, basta transferir “ação”, “estudo” e “mística” para o plano analítico como “prática”, “teoria” e “socialização”. Estes três elementos estão presentes tanto nas formulações pedagógicas do movimento como também na estrutura dos eventos.

Além disso, repetiu-se a presença de algumas das lideranças nacionais e estaduais do movimento. As palavras de João Pedro Stédile, Ademar Bogo, Roberto Baggio, José Tardin e Paulo Pires¹⁰¹ são quase obrigatórias nesses momentos. Os três últimos representaram o MST-PR, enquanto a abrangência nacional foi marcada por Ademar Bogo e João Pedro Stédile que, como figura de maior expressão política do movimento, geralmente abre ou fecha os eventos de formação política. Os representantes locais do movimento proferem palestras ou conferências. Pode haver alterações no que diz respeito aos seus nomes. No entanto, suas mensagens não devem ser drásticas ou inovadoras sob o ponto de vista das opiniões ou proposições políticas apresentadas. Além disso, é interessante destacar que em todos os eventos deste porte que tive a oportunidade de participar, João Pedro Stédile esteve presente.

Acredito que a repetição de nomes e a presença constante de Stédile nos eventos realizados no Paraná representam uma convergência muito forte, sob o ponto de vista ideológico¹⁰², da Direção Nacional do MST (ou pelo menos de parte dela) com a Direção Estadual do MST-PR. A construção do MST está historicamente ligada à Região Sul do país. No entanto, apenas essa afirmação não explica a forte relação estabelecida entre os militantes paranaenses e a direção nacional do movimento. A

¹⁰¹ Roberto Baggio, Paulo Pires e José Tardin além de serem membros da direção estadual do MST-PR, também compõem a direção nacional do MST.

¹⁰² Utilizo ideologia como um “conjunto de valores e idéias” (Dumont, 2000: 19).

questão fundamental diz respeito ao valor simbólico da Região Sul na formação do MST e, também ou como consequência, ao deslocamento de militantes desta Região para atuar em outras partes do país. Ademar Bogo é um bom exemplo deste processo. Natural do Rio Grande do Sul e um dos fundadores do movimento, foi um dos primeiros militantes deslocados de sua região com o objetivo de “construir” o MST no Nordeste, há mais de quinze anos. O deslocamento de militantes do sul para outras regiões do país é constante no movimento. Apesar do investimento na formação de lideranças locais, ainda é comum encontrar militantes que foram deslocados do sul para regiões onde o MST ainda não consolidou sua base social ou sua estrutura organizativa. São eles que garantem a reprodução da estrutura organizativa do movimento e recriam, no plano local, a identidade sem-terra.



João Pedro Stédile na I Jornada de Educação da Reforma Agrária.

No contexto dos eventos analisados, a presença quase obrigatória de Stédile e Bogo como também de Roberto Baggio, José Tardin e Paulo Pires tem por objetivo informar a base social do movimento sobre discussões e proposições políticas formuladas nacionalmente. É possível perceber temas praticamente obrigatórios para todos os tipos de eventos realizados. Mesmo com nomes diferentes, as temáticas que se

repetem nos dois eventos são: “Reforma agrária e projeto popular para a agricultura”, “Conjuntura política”, “América Latina e Brasil” e “O projeto popular para o Brasil”. Os palestrantes apontados acima revezam-se entre estas temáticas. Assim, parece não haver uma exclusividade no que diz respeito à relação tema-palestrante¹⁰³.

No Acampamento Livre de Transgênicos, a divisão entre os palestrantes se deu da seguinte forma: Roberto Baggio foi responsável pela conferência “O projeto das transnacionais para a agricultura”; Ademar Bogo falou sobre “A construção do poder popular”; José Tardin sobre “Biodiversidade – reforma agrária e projeto popular para a agricultura”; e João Pedro Stédile fechou o evento com a palestra “Projeto popular para o Brasil”. Já na I Jornada de Educação na Reforma Agrária, a divisão foi a seguinte: João Pedro Stédile abriu o evento falando sobre “Período atual e os desafios para a classe trabalhadora” e também “O Projeto popular para o Brasil”; Paulo Pires falou sobre a “Reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira”; Ademar Bogo palestrou sobre a “Dimensão da cultura na reforma agrária” e também “A mística do povo camponês”; e Roberto Baggio falou sobre “Os desafios na luta pela reforma agrária”.

Nos dois eventos houve a participação de grandes nomes da Teologia da Libertação. Leonardo Boff participou de uma atividade no Acampamento Livre de Transgênicos, falando sobre o tema “Ética do cuidado” e Frei Beto falou sobre “A importância do estudo na formação do ser humano” durante a I Jornada de Educação na Reforma Agrária. A participação de Leonardo Boff e Frei Beto demonstrou a relação entre fé e compromisso político por parte destes atores, assim como, a continuidade do vínculo histórico entre MST e a Teologia da Libertação.

Para além das especificidades de cada um dos palestrantes, de um modo geral, as falas apresentam algumas repetições que caracterizam os discursos no movimento. Um dos exemplos foi a palestra de Paulo Pires sobre a “Reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira”. Ele começou lembrando os momentos iniciais do MST, onde: *“Nós juntávamos gente para fazer ocupações, imaginando que nosso principal inimigo era o latifúndio. Hoje, sabemos que nossos inimigos são muitos, o agronegócio, as transnacionais, os meios de comunicação...”*. Logo após

¹⁰³ A exceção a esta regra diz respeito às temáticas de “Cultura Camponesa” e “Mística do Movimento Sem-Terra”. Nesses casos, existe uma exclusividade. Ademar Bogo é apresentado pelo movimento como especialista nestes assuntos. Assim, tanto em palestras como nos próprios livros publicados pelo MST, Bogo é a referência. Ver Bogo (2002).

detectar o que considera os problemas atuais, colocou que deve haver também uma mudança nas formas de “lutar”:

“Hoje devemos fazer acupações e muito mais, temos que ir além. Temos que estudar muito mais, temos que nos organizar muito mais, temos que fazer muitos sacrifícios. Temos que inventar outras formas de ocupação e enfrentamento do latifúndio e das transnacionais, como a ocupação da Aracruz e da Syngenta. Nossos espaços de disputa, hoje, são outros, são a água, a biodiversidade, os acordos internacionais e a Amazônia”.

Diante destas novas formas de luta, Pires ressaltou dois aspectos. O primeiro é que, diante desta nova situação, o movimento só avançará nas lutas quando construir uma independência interna que garanta a auto-sustenção, quando fizer dos espaços do MST territórios livres. O segundo ponto enfatizado diz respeito à educação e ao conhecimento. Segundo Pires: *“Nossa maior arma é o conhecimento”*. Entende que só através do estudo e do conhecimento é que o MST poderá avançar no seu projeto de reforma agrária. Termina convocando as brigadas a se reunirem para a leitura da cartilha *“A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira”*. A orientação da leitura e debate da cartilha foi seguida por todas as brigadas presentes¹⁰⁴.

As falas de Stédile também tiveram o caráter de repetição. Nos dois eventos aqui analisados, Stédile foi responsável pelas conferências denominadas *“O projeto popular para o Brasil”*. No evento I Jornada de Educação na Reforma Agrária, a palestra de Stédile foi ao final da tarde, momento em que as pessoas já estavam bastante cansadas. O cansaço é um dos problemas tanto dos cursos de formação como dos eventos. Ouvi várias vezes os militantes afirmarem que é mais fácil *“trabalhar na roça o dia todo”* do que ficar sentado numa sala de aula ou numa palestra. Geralmente neste horário, algumas pessoas aproveitam para tomar banho¹⁰⁵, descansar e conversar nos alojamentos. Os coordenadores da plenária pedem concentração e um pouco de *“espírito de sacrifício”* dos militantes para permanecerem na plenária. Stédile inicia sua fala justamente referindo-se ao espírito de sacrifício que todo militante deve ter como princípio. Deu um exemplo falando de Che Guevara:

¹⁰⁴ O capítulo II trata especificamente das cartilhas políticas encontradas durante a pesquisa e de seus conteúdos.

¹⁰⁵ Um dos maiores problemas de infra-estrutura destes eventos são os locais para o banho. As estruturas nunca são suficientes para abarcar o número de sem-terra que participam das atividades. Além disso, os chuveiros sem aquecimento são um problema para os eventos realizados no inverno. O *“Acampamento Livre de Transgênicos”* foi realizado numa época onde o frio era intenso. Muitos militantes não tinham roupas nem cobertas suficientes, o que resultou num grande número de doentes.

Na época de Che Guevara o sacrifício era pegar em armas, entrar no mato e fazer a guerrilha. Era um sacrifício físico. Hoje, o nosso sacrifício é ficar sentado na cadeira, controlar nosso corpo, alargar as atividades da disciplina de estudar. Esse é o nosso sacrifício de hoje! A disciplina do estudo. Quem não fizer este sacrifício ficará alienado! Essa é a cota de sacrifício que o Che Guevara nos pede no dia de hoje. Sem sacrifício dos militantes não há transformação!

Nos dois eventos, a idéia de “sacrifício para estudar” foi tratada por todos os palestrantes, porque *“a arma da classe trabalhadora é o conhecimento, pois é necessário saber como funciona a exploração e a dominação”* (Stédile). O sacrifício da luta transposto agora para o estudo faz parte da própria ampliação da idéia de luta e, conseqüentemente, dos novos desafios impostos à militância sem-terra.

Após esta breve animação da platéia Stédile iniciou a discussão específica do “Projeto popular para o Brasil”. Segundo ele, existem duas classes sociais, a classe dominante e a classe trabalhadora, com dois projetos opostos. A classe dominante explora os trabalhadores e mantém seu poder através da ideologia. Por isso, seria necessário estudar para combater a ideologia da classe dominante. Faz uma avaliação sobre o momento atual e cita Lênin dizendo que *“o movimento da luta de classes se dá em ondas”*. Segundo sua avaliação, *“no momento atual a classe trabalhadora está em baixa, mas amanhã poderemos estar em cima. Cabe a nós (militantes) mantermos a plantinha do projeto popular viva para quando a onda virar nós tenhamos um projeto, um projeto que seja do povo”*. Define o que seria o projeto popular desta forma:

A essência do projeto popular é denunciar e lutar contra os principais problemas de nosso país. Os problemas são: falta de trabalho, o latifúndio, falta de renda, falta de educação para o povo e falta de moradia para os trabalhadores da cidade. Essa é a essência do projeto popular, lutar por tudo isso. Enquanto vamos lutando, vamos acumulando forças para a classe popular apresentar o nosso projeto. O socialismo é depois do projeto popular. O projeto popular é uma etapa histórica necessária, anterior ao socialismo.

Em seguida, Stédile aponta quais são as tarefas dos militantes para o próximo período de lutas. *“Estamos na época de formar militantes, quadros para o movimento, temos que construir nossos próprios meios de comunicação de massas e precisamos priorizar o trabalho com a juventude trabalhadora urbana. Com estas tarefas vamos acumulando forças para o nosso projeto”*. Por fim, ressalta três momentos importantes de mobilização dos sem-terra: Oito de Março - Dia Internacional da Mulher -; Primeiro

de Maio - Dia do Trabalhador -; e a preparação do plebiscito popular sobre a Companhia Vale do Rio Doce¹⁰⁶.

Além das palestras e conferências, a programação dos eventos de formação de massas é composta ainda por outros momentos que considero de aprendizagem e se repetem ao longo da formação do militante sem-terra. São eles: as chamadas “Místicas”, as “Marchas”, os “Atos Políticos” e as “Atividades Culturais”. Estas atividades possuem um caráter educativo, pois colocam em relevo e, principalmente em ação, símbolos da identidade sem-terra.

De um ponto de vista amplo, é possível dizer que, na perspectiva dos sem-terra, a “mística” pode ser caracterizada também como uma “marcha”, um “ato político” e, também, uma “atividade cultural”, ou seja, são atos de socialização que colocam em evidência símbolos da identidade sem-terra. Elas também são encaradas como educativas, possuem o objetivo de preparar os militantes para a ação, ou seja, antes de mobilizar para as ações cotidianas do movimento, é preciso fortalecer as convicções dos militantes, reacender a mística que os anima para a luta. Além disso, não é possível descartar que neste formato de “animação” persiste a herança religiosa, “ainda que resignificada, no repertório do MST. A mística, por exemplo, que é o espírito do MST, guarda muito da estrutura das celebrações religiosas” (Chaves, 2000: 79).



Mística realizada na I Jornada de Educação na Reforma Agrária.

¹⁰⁶ Todas estas atividades apontadas por Stédile foram realizadas pelo MST no ano de 2007 e fazem parte do calendário anual de lutas do movimento, com exceção do plebiscito da Vale do Rio Doce.

Nos dois eventos analisados, os chamados “Atos de Abertura” nada mais são do que místicas de início dos encontros. No Acampamento Terra Livre de Transgênicos, conforme a programação, no “Ato de Abertura” foi realizada uma mística que enfocou o Brasil com suas riquezas naturais e o contraste destas riquezas com a situação de vida (precária) da população, principalmente, as condições de vida do homem do campo. Já na I Jornada de Educação na Reforma Agrária o enfoque foi a educação e sua importância para a luta dos sem-terra.



Mística de abertura da I Jornada de Educação na Reforma Agrária.

As místicas são construídas a partir de um mesmo formato que necessariamente deve conter símbolos da identidade sem-terra como, por exemplo, bandeiras do movimento, sementes, foices, enxadas, sanfona, vestimentas que caracterizam os moradores do campo (chapéu para os homens e saias e lenços para as mulheres), vestimentas que caracterizam os militantes do MST (camiseta e boné). Estes símbolos estão sempre presentes, independente da temática da mística. Além disso, a transmissão de mensagens assemelha-se à metodologia “ver, julgar e agir” descrita no capítulo anterior. A mística de abertura da I Jornada de Educação na Reforma Agrária seguiu este padrão. A primeira parte representou como no MST se vê, sente e interpreta a educação (ou falta dela) no mundo em que vivemos. Nesta representação foram lidos dados estatísticos para exemplificar a situação atual da educação no campo e também

foram cantadas músicas que falam de educação escritas por militantes/artistas do movimento. Um trecho de uma das músicas diz o seguinte:

Tem que estar fora de moda
Criança fora da escola, pois a tempo
Não vigora o direito de aprender
Criança e adolescente numa educação
Decente pra um novo jeito de ser
Pra soletrar a liberdade na cartilha do ABC.

Ter uma escola em cada canto do Brasil
Com um novo jeito de educar pra ser feliz
Tem tanta gente sem direito de estudar
É o que nos mostra a realidade do país.
(Pra Soletrar a Liberdade. Autor: Zé Pinto – CD Arte em Movimento/MST).

Este pedaço da letra aponta para o segundo momento da mística, onde foram apresentadas as propostas de educação do MST. “Criança e adolescentes numa educação decente pra um novo jeito de ser”. Simultaneamente, os militantes trouxeram faixas com palavras como “educação”, “transformação”, “estudo” e “consciência”. Um militante falou sobre a importância da educação para a transformação da sociedade e como o estudo é forma de elevar o nível de consciência da classe trabalhadora. Ele concluiu dizendo: *“a missão do todo e toda sem-terra é estudar. Nós, o povo do campo, vamos ocupar as escolas assim como fazemos com as terras”*. Em seguida, começou uma nova música que reproduz:

Sonho que brota da terra, regado por liberdade
Com crença no ser humano, e na coletividade
Dentro da realidade ensinar e aprender
A nossa pedagogia vai além do ABC.
Pedagogia da terra, povo do campo em ação
Buscando conhecimento, plantando educação
Jose Marti é exemplo nós somos fermento
Nessa construção.

Numa educação do campo colhendo cidadania
Homens, mulheres, crianças construindo um novo dia
Numa canção libertária, reforma agrária no chão
Queremos ser alicerce de uma nova nação.

Educar como sujeito que chegou para aprender
Desafiando limites compartilhando o saber
Resgatar nossa cultura, soletrar soberania
E ver presente no povo a nossa pedagogia.
(Pedagogia da Terra. Escrita pela Turma Jose Marti (ITERRA), CD Cantares da Educação do Campo).

A mística terminou com mais uma música sobre educação cantada por todos os presentes. Enquanto isto, alguns militantes passavam distribuindo sementes para a platéia. Desta forma, a mística cumpre o seu papel de demonstrar aos militantes uma determinada realidade ao mesmo tempo em que os anima para a ação, demonstrando as experiências positivas de educação dentro do MST.

Por mais que exista um padrão pré-definido para todas as místicas, os militantes não vivem a experiência desta forma. Existe um esforço constante para inovar em cada uma das místicas preparadas. A “equipe de mística” dos eventos reúne-se em média duas vezes por dia e esforça-se para que elas “surpreendam” e “emocionem” a platéia. Em uma das vezes que assisti a preparação de uma mística, houve certa desorganização dos militantes que, por vários motivos, estavam desanimados. Então “M.”, um dos músicos do movimento e membro da “equipe de mística”, reclamou da falta de animação e compromisso do pessoal. Alguns militantes, sensibilizados ou pressionados com a reclamação de “M.”, reorganizaram-se e resolveram continuar a reunião de preparação, chamando “M.” para participar. “M.”, disse então: *“Agora não vou mais, perdeu a mística”*. Quando falou *“Perdeu a mística”*, estava referindo-se à animação e ao compromisso que todos devem ter quando preparam uma atividade. Quis dizer que a própria preparação da mística exige uma determinada postura que, deste ponto de vista, também é mística.

Os “Atos Políticos” também podem ser caracterizados como “marchas” ou “místicas”. No Acampamento Terra Livre de Transgênicos, o “Ato político contra a OMC” concretizou-se por meio de uma marcha relativamente curta pelo centro de Curitiba. No Ato Cultivando a Biodiversidade, realizado no parque Castello Branco, houve uma mística onde foram plantadas árvores de espécies nativas e contou com a presença do Governador do Paraná, Roberto Requião. No último dia da programação do evento, como é característico, ocorreu uma grande marcha chamada de “Marcha em defesa da biodiversidade. Por uma América Latina livre de Transgênicos”, que percorreu grande parte do centro de Curitiba.

Na I Jornada de Educação na Reforma Agrária houve, no último dia, dois grandes “Atos Políticos”. O primeiro foi o “Ato de formatura dos educandos e educandas do EJA”, realizado no período da manhã. O segundo foi a “Marcha pelo

direito à educação na reforma agrária”, que encerrou as atividades do encontro com uma grande mística.



Músicos do MST animam a platéia durante um dos intervalos da “I Jornada de Educação na Reforma Agrária”.

A programação dos eventos contém ainda as denominadas “atividades culturais”. Esta denominação abrange vários tipos de eventos, que podem ser teatros, cinema e bailes, além das chamadas “noite cultural” e “jornada socialista”. Eles nada mais são do que várias atividades culturais conjugadas, ou seja, são noites onde a programação cultural contém várias atividades em sequência como, por exemplo, a exibição de um filme e em seguida, a apresentação de um teatro. Não percebi diferenças entre as atividades denominadas na programação como “noite cultural” e “jornada socialista”.

Entre todas as atividades, as culturais são as mais aguardadas pelos militantes, especialmente os mais jovens. Representam momentos onde se rompe um pouco a disciplina rígida dos chamados “momentos de estudo”, ou seja, as palestras e conferências, mas também oportunidade para tornar realmente possível maior socialização dos militantes. Entre elas, os bailes são as mais valorizadas.



Músicos do MST animam a platéia durante um dos intervalos da “I Jornada de Educação na Reforma Agrária”.

Apesar de não ter dados mais específicos sobre a média de idade dos participantes dos “eventos de formação de massas”, é significativa a presença de jovens. Os eventos são espaços de socialização independente da idade dos participantes, mas os jovens em especial aguardam esses momentos com ansiedade e empolgação. Sobre as relações afetivas entre os militantes, os eventos dão a oportunidade de “ficar”, iniciar um namoro ou mesmo terminá-lo. Para o sem-terra que “contribui” com o movimento fora de seu local de origem, os eventos significam uma chance de reencontrar amigos e namorados. É comum no MST o namoro entre militantes, no entanto, nem sempre eles são da mesma região. Os eventos acabam sendo uma oportunidade de encontro.

Na I Jornada de Educação na Reforma Agrária tive o privilégio de acompanhar dois namorados que resolveram morar junto e também um pedido de casamento. “E.” é acampada e membro da direção estadual do MST-PR. Contou-me que havia conhecido seu companheiro em um encontro do movimento. *“Sabe Simone, eu conheci ele num outro encontro do movimento. Ai pra gente se ver, namorar, tinha que combinar antes. Eu ligava pra ele e falava: olha vai ter outro encontro, você vai, daí a gente se encontra. Foi assim nosso namoro até agora”*. “E.” estava muito feliz, pois seu companheiro decidiu ir morar com ela no acampamento. *“Ele veio pra jornada e já trouxe as coisas dele, daqui nós vamos juntos pro meu acampamento. Sabe dá pra namorar um tempo longe, mas depois ou vai morar junto ou separa, não dá pra ficar*

muito tempo nessa situação”. A mesma situação ocorreu com “C.”, militante, técnico agrícola que atua no Norte do Paraná e “A.”, militante, agrônoma que atua na região Sudoeste do Estado. Os dois se conheceram no MST, namoram há dois anos e têm nos encontros do movimento uma oportunidade a mais de se encontrar. Na “I Jornada de Educação na Reforma Agrária”, “C.” pediu “M.” em casamento. Foi uma grande festa entre os amigos do casal. Os dois pretendem casar formalmente, mas para que isso ocorra é necessário que o MST aceite a transferência de “A.” para a Região Norte. Durante a Jornada esta negociação estava sendo feita entre as lideranças do movimento e os militantes envolvidos, mas não tive maiores informações sobre o seu resultado.



Baile da “I Jornada de Educação na Reforma Agrária”.

Por fim, acrescento que a programação do evento I Jornada de Educação na Reforma Agrária trouxe um espaço para as experiências práticas dos militantes na área de educação. É importante destacar este ponto, pois não é comum neste tipo de evento a destinação de um tempo na programação para que os militantes possam expor suas experiências para um número tão expressivo de pessoas. Geralmente a troca de experiências sobre as atividades realizadas pelos educadores em seus locais de origem se restringe aos espaços informais de sociabilidade, ou seja, nos intervalos e nas confraternizações. Para os “relatos das práticas de educação no MST” foram destinadas três horas na programação do evento, sendo que apenas duas foram realmente utilizadas. Representantes de sete escolas tiveram oportunidade de se pronunciar: Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em

Agroecologia e Meio Ambiente – CEAGRO -, Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITEPA -, Escola Latina Americana de Agroecologia, Escola Milton Santos, Escola José Gomes, Escola Zumbi dos Palmares e Escola Olga Benário.

O espaço para as experiências práticas foi uma iniciativa inovadora na programação do evento. No entanto, o pouco tempo disponível permitiu que fossem feitos apenas pequenos relatos “formais” sobre as escolas. Os educadores deram mais ênfase aos dados sobre a quantidade de alunos e professores e datas de inauguração e reconhecimento das escolas do que à prática escolar.

Formar as “massas”, reforçando a organização interna e a identidade sem-terra

É fundamental o papel dos militantes e das brigadas na realização dos eventos políticos. Em sua organização eles reproduzem a própria estrutura organizativa do MST¹⁰⁷. Segundo Peirano, “rituais e eventos críticos de uma sociedade ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual nela...” (2001:08). Entendidos como espaços de aprendizagem, os eventos são fundamentais para a formação do militante, pois são momentos iniciais onde o sem-terra tem o primeiro contato com as propostas do MST sistematizadas através de suas lideranças nacionais e estaduais. Os “eventos de formação de massas” são acessíveis a todos os sem-terra, em oposição aos cursos de formação, que são restritos aos militantes. Os militantes participam na organização, sejam nas “equipes do encontro” ou como dirigentes de suas brigadas de origem. Do ponto de vista dos militantes, eventos como estes não só reforçam como também atualizam seus papéis sociais. Idéias e práticas são confirmadas, reatualizadas e/ou modificadas. É como se o MST se recriasse em cada evento, reforçando tanto o plano da organização quanto a própria identidade sem-terra.

A programação dos “eventos de formação de massas” dá ênfase às palestras e conferências, em detrimento das atividades de leitura de textos, cartilhas, como também das discussões dos conteúdos entre os próprios sem-terra. A formação se dá através das palestras e conferências, e pela experiência na participação e organização dos eventos. Além das palestras e conferências, a programação é composta, ainda, por outros

¹⁰⁷ Como nos diz Chaves (2000), este fato inspirou a construção do livro “A Marcha Nacional dos Sem-Terra”.

momentos como místicas, marchas, atos políticos e atividades culturais. Chaves (2003) aponta que:

A cosmologia a que os sem-terra do MST se reportam não é indiferente nem estranha àquela aclamada nos ideais consagrados da nação: é pela ativação mesma desses ideais que a luta pela legitimidade de suas ações se implementa. Para tanto, as ações e discursos veiculados nos eventos promovidos pelo MST acionam símbolos e evocam ideais comungados mais amplamente. Múltiplos elementos conjugam-se, desde os ideais modernos de igualdade, direito e cidadania até os sentidos religiosos da terra, da solidariedade e da defesa da vida, passando pela crença política na importância da disciplina e da organização e pelos valores morais de lealdade, firmeza e coragem. Sentimentos e crenças são acionados pelo grupo reunido em torno de símbolos comuns e na ação conjunta em busca dos mesmos fins. No MST elabora-se conscientemente a construção da identidade de sem-terra e a reafirmação dos ideais e desejos condensados na "luta". Para além dos símbolos do MST - o timbre, a bandeira, o hino - as próprias ações são revestidas daquelas idéias e crenças políticas, morais e religiosas. Não é incidental que essa elaboração múltipla e multifacetada receba no MST o nome de mística. Como a cruz na Encruzilhada Natalino e na Marcha Nacional, como a bandeira que se lhe sobrepôs, utilizando-se de todos os outros meios hábeis - visuais, auditivos, sensoriais - a mística no MST não apenas evoca e congrega, ela comunica e faz acontecer. As ações e eventos - bem como seus resultados - do MST em todo o território brasileiro o comprovam.

Todos estes momentos, ações e eventos, repetem-se ao longo da formação política dos militantes sem-terra. Consciente ou não, a formação da identidade sem-terra necessariamente aciona os símbolos e evoca ideais de nação que são comuns à sua base social. Neste processo, educa seus militantes a partir do momento que os símbolos e os ideais são postos em ação e transformam-se em símbolos da identidade sem-terra.

A transposição da estrutura organizativa do movimento para um evento de formação gera um reforço da identidade sem-terra, que pode ser conquistada através de conflitos e comparações. Como já foi dito, o funcionamento dos eventos depende basicamente da organização das "brigadas" que são responsáveis pelas refeições, pelo alojamento, pelas discussões coletivas e pela disciplina, reproduzindo a divisão de tarefas dos acampamentos e assentamentos. Assim, cada brigada é autônoma em relação às outras que compõem o evento, gerando comparações e uma espécie de competição entre as brigadas que participam dos encontros. A competição e a rivalidade, são também elementos que atuam consolidando a identidade e a organização interna do MST. Assim, é comum que militantes e lideranças utilizem determinadas brigadas como exemplos de bom comportamento e disciplina. A materialização desta conduta foi

percebida através do exemplo de duas brigadas, a Teixeirainha e a Monge José Maria, respectivamente a maior e a menor do Paraná.

A Teixeirainha¹⁰⁸ - a maior - reúne cerca de mil famílias acampadas em várias fazendas na região de Cascavel, Oeste do Estado¹⁰⁹. É a brigada de maior representação nos eventos de formação, reunindo entre trezentos e quatrocentos sem-terra. Conforme aponteí, uma brigada reúne em média quinhentas famílias. No entanto, segundo “E.”, militante, membro da direção da brigada Teixeirainha e da direção estadual do movimento, *“a brigada foi crescendo, aí começou a surgir esta fama de maior brigada do estado e hoje ninguém quer fazer duas brigadas por causa disso. Você sabe como é o povo gosta de falar: a Teixeirainha é a maior brigada!”*. Nos eventos de formação, todos sabem quando a brigada Teixeirainha está presente, pelo grande número de pessoas reunidas. Além disso, é identificada também pelas camisetas confeccionadas com o nome da brigada, característica exclusiva dela. Isto se reflete também nas filas para o almoço ou banho. Apesar do grande número de famílias causarem problemas de organização, existe um orgulho muito grande por parte dos seus membros. O elevado número de pessoas evoca a capacidade de organização do movimento e de aglutinar pessoas, ou seja, a força do MST. Neste sentido, a Teixeirainha é exaltada nos eventos, seja pelas direções, seja pelos sem-terra, como exemplo de capacidade de mobilização, de “organização de massas”.

Ao contrário da Teixeirainha, a brigada Monge José Maria é uma das menores do Estado do Paraná. Reúne dois acampamentos da região de Curitiba (Antonina e Lapa), um assentamento na Lapa (onde está localizada a Escola Latino-Americana de Agroecologia) e a secretaria estadual do MST-PR. Sua importância está ligada ao fato de ser a brigada que reúne os militantes da secretaria estadual do movimento e, também, do assentamento na Lapa, local onde estão assentadas várias lideranças do MST. Segundo “M.”, que atua junta à secretaria estadual, existe uma cobrança em relação ao comportamento desta brigada nos eventos: *“Por sermos da secretaria estadual, as pessoas e nós mesmos nos cobramos. Temos que dar o exemplo. Nossa brigada tem que fazer tudo certo, cumprir horários, se reunir, tudo isso. Como militantes, não podemos cobrar dos outros se nós não fazemos”*. A atuação da Monge José Maria nos eventos de

¹⁰⁸ Alguns militantes afirmaram que a brigada Teixeirainha é a maior brigada organizada de todo o movimento Sem-Terra.

¹⁰⁹ Conforme informações dos militantes do acampamento 1º de Agosto, um dos acampamentos que compõe a brigada, existem quatro áreas ocupadas nesta região. Uma destas áreas está em processo de regularização, ou seja, é um pré-assentamento.

formação é vista pelos membros de outras brigadas como exemplo de organização interna, da mesma forma que os membros da brigada vivem esta experiência colocando-se como exemplo para os outros militantes, evocando tanto o sacrifício da militância como também o prestígio de ser considerado “exemplo”.

Os “eventos de formação de massas” são sínteses de relações e representações construídas no cotidiano. A capacidade de mobilização, a disciplina, o sacrifício e a emulação são incorporados pela militância sem-terra. Nos eventos, estes valores estão em ação, pois operam consolidando a identidade e a organização interna do MST. Desta forma, os eventos de formação de massas são eficazes na medida em que trazem à tona mensagens voltadas para a forma de organização interna, educação e formação política, isto é, dotadas de sentidos que são próprios do Movimento Sem-Terra. Tais sentidos devem ser públicos e compreensíveis por que traduzem valores compartilhados coletivamente.

Capítulo IV - Escola Nacional Florestan Fernandes e o Curso de Sociologia Rural

Este capítulo trata especificamente do curso de sociologia rural realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes. Primeiro, faço uma descrição da escola, informando o leitor sobre suas características gerais, infra-estrutura, formas de organização e dinâmica de funcionamento. Em seguida, descrevo a rotina diária do curso de sociologia, tentando compreendê-lo a partir de duas perspectivas: a primeira toma o ponto de vista dos militantes sobre o curso de sociologia como central para a análise e a segunda diz respeito à sua estrutura formal da Escola Nacional Florestan Fernandes.

O curso de sociologia rural foi realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes em três etapas, durante o período de julho de 2005 a agosto de 2006. Esta pesquisa apresenta a segunda etapa, realizada no período de 04 a 24 de fevereiro de 2006. A Escola Nacional¹¹⁰ está localizada no município de Guararema, interior de São Paulo. Esta escola se diferencia das demais escolas do MST por não estar localizada num acampamento ou assentamento, justamente por ter sido idealizada como sendo a escola nacional do movimento. Além disto, da perspectiva de seus idealizadores, possui o objetivo de ser o espaço de centralização dos cursos que reúnam os militantes de todo o país e, conseqüentemente, os melhores militantes do movimento. Além disso, a Escola Nacional tem como projeto ou objetivo ser uma escola que priorize os cursos de formação política em detrimento dos cursos técnicos, que seriam realizados nas demais escolas do movimento, conforme me disse G., coordenador pedagógico da escola. No entanto, mesmo com o objetivo de ser um centro de formação política de militantes, concentra também cursos técnicos e de magistério, como por exemplo, em agroecologia, administração de cooperativas e pedagogia da terra.

A participação no curso de sociologia exigiu dos militantes “sacrifícios” e “esforços”, como por exemplo o cumprimento rígido de horários, mas também, havia espaço para momentos lúdicos, encontro de amigos, momentos onde foi possível compartilhar as experiências adquiridas na “luta”. Assim, optei por compreender este curso a partir da conjunção destes vários momentos, tanto os momentos formais de estudo, como também os considerados lúdicos. Estes também são importantes para compreender os sentidos dados à educação e à formação política no MST. Considero os

¹¹⁰ Optei por denominar a Escola Nacional Florestan Fernandes da mesma forma que os militantes, ou seja, Escola Nacional.

momentos lúdicos como os formais como modos de socialização que evidenciam simbolicamente as concepções sobre a política e sobre o próprio movimento.

A Escola Nacional

Localizada em Guararema, SP, a escola é tida como um marco nas conquistas do MST, pois foi concebida pela direção nacional do movimento com o objetivo de reunir em um mesmo espaço todos os cursos de formação política e eventuais cursos técnicos para militantes do MST de outros movimentos sociais¹¹¹. Apesar de atualmente oferecer cursos técnicos, a proposta é que a Escola Nacional priorize os cursos de formação política e que os cursos técnicos sejam realizados nos outros espaços, escolas do movimento.

De um modo geral no MST entende-se que uma melhor qualificação, tanto técnica como política dos sem-terra contribui para todo o movimento. Isto é desejável porque ampliaria a conquista da terra com pessoas mais qualificadas, melhoraria a produção nos assentamentos com técnicos do próprio movimento, possibilitaria o acesso de toda a base social à escola - eliminando o analfabetismo, garantindo a escolaridade infantil, juvenil e adulta com a formação de professores do próprio MST - e melhoraria o funcionamento dos setores internos, pois haveria um número maior de militantes que estariam mais preparados para os trabalhos de organização. Portanto, a Escola Nacional é apresentada pelos dirigentes do movimento *“como uma resposta às necessidades cada dia crescentes do MST como um todo e não apenas para o setor de educação”* (G., coordenador pedagógico da Escola Nacional). Enfatizando principalmente a necessidade de crescimento da organização política do movimento, a Escola Nacional foi construída para ser o espaço de centralização e aperfeiçoamento dos militantes sem-terra. Ou seja, foi projetada para fortalecer o MST como organização política.

O curso oferecido na Escola Nacional vão desde os de formação livre aos de pós-graduação, passando pelos de graduação e especialização. As parcerias que viabilizam cada um dos cursos são várias, contemplando desde financiamentos oriundos

¹¹¹ A Escola Nacional Florestan Fernandes é uma escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, voltada primordialmente para militantes do movimento. Em alguns cursos oferecidos pela escola são destinadas algumas vagas para militantes dos movimentos que compõem a Via Campesina. Durante o campo houve uma situação em que a escola ofereceu sua estrutura física para que o Movimento dos Trabalhadores Desempregados de São Paulo realizassem um curso de formação política.

do Ministério do Desenvolvimento Agrário até convênios com instituições de ensino médio e superior, que garantem a certificação pelas autoridades educacionais. A exceção são os cursos livres, elaborados e aprovados no âmbito da escola. Na época da pesquisa de campo, a escola ofertava nove cursos.

Cursos Oferecidos pela Escola Nacional na época da pesquisa de campo¹¹²

Curso	Tipo	Convênio/entidade
História	Mestrado	Universidade Federal da Paraíba e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
Agroecologia	Especialização	Faculdade de Tecnologia de São Paulo.
Educação no Campo	Especialização	Não obtive informações.
Gestão em organizações sociais e cooperativas	Graduação	Fundação Santo André
História	Graduação	Universidade Federal da Paraíba e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
Pedagogia da terra	Graduação	Não obtive informações.
História da luta de classes	Graduação ¹¹³	Não obtive informações.
Produção da teoria	Graduação ¹¹⁴	Não obtive informações.
Sociologia Rural	Livre	Recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalho. Não obtive mais informações.
Economia política na agricultura	Livre	Não obtive informações.

Segundo os coordenadores pedagógicos, a escola foi pensada com o objetivo de abarcar inúmeros cursos que comportassem militantes de diferentes níveis de escolaridade e funções dentro da estrutura organizativa do MST. Ainda que exista um consenso sobre os diversos tipos de curso, ou seja, eles têm que responder às demandas internas do movimento, não há exatamente uma única explicação para os princípios que regem a criação dos cursos e sua hierarquia. A classificação dos cursos em mestrado, especialização, graduação ou livre depende muitos mais dos tipos de convênios

¹¹² Estes dados foram colhidos durante o período de campo através dos relatos dos coordenadores da Escola Nacional.

¹¹³ Apesar de ter sido relatado pelos membros da Escola Nacional que este era um curso de graduação, não tenho certeza de que este dado é correto.

¹¹⁴ Idem.

estabelecidos para sua implementação do que propriamente da avaliação pedagógica dos mesmos por parte do MST. Os convênios apresentados acima foram executados por meio de parcerias entre universidades públicas, MST e Governo Federal. Importante lembrar que estes convênios surgem como um dos resultados da luta dos movimentos sociais do campo em aliança com alguns setores das Universidades públicas, por políticas de educação em nível superior, voltadas para a necessidade de formação técnico-científica em sintonia com as necessidades das realidades existentes no meio rural brasileiro.

Os projetos pedagógicos destes cursos foram elaborados pelos professores das universidades públicas conveniadas e pelos coordenadores pedagógicos da Escola Nacional, levando em consideração a construção do conhecimento nas universidades e os fatores econômicos, políticos e sociais do campo. Há uma tensão constante implícita em cada convênio, pois a aprovação dos convênios depende das articulações políticas internas a universidade. Desde o ano de 2005 a Escola Nacional busca fechar um convênio com a Universidade de São Paulo, mas até hoje este não foi firmado, pois a coordenadoria jurídica da USP vê inconstitucionalidade na proposta.

Internamente, todos os cursos são acompanhados pela coordenação pedagógica da Escola Nacional que é vinculada à direção nacional do movimento. É a coordenação pedagógica, junto com as entidades conveniadas e os professores colaboradores, que estabelece as diretrizes gerais dos cursos e sua programação. Os programas dos cursos livres são elaborados sob direta supervisão da coordenação pedagógica da escola e os professores colaboradores têm seus nomes apreciados pelos mesmos.

Os cursos apresentam uma alternância de períodos concentrados de aulas na Escola Nacional com as atividades de militância desenvolvidas pelos estudantes em seus locais de origem. No MST, esta forma de organizar os cursos em módulos é denominada “tempo/escola” e “tempo/comunidade” e é desta forma que a maioria dos cursos é organizada. O objetivo é que os militantes consigam relacionar conteúdos e ação, aplicando o que é estudado nos cursos nas práticas militantes em assentamentos e acampamentos. Os militantes do curso de sociologia já conheciam esta forma de organização de outros cursos que participaram no MST e aprovam esta metodologia, pois segundo, C., assentada e pedagoga do movimento, *“a gente fica um tempo estudando e depois volta para o nosso trabalho de militância. Não posso ficar muito tempo afastada do Rio Grande do Sul, tenho minhas atividades lá. Assim, dá para fazer as duas coisas, estudar e trabalhar no movimento”*. No “tempo/comunidade” os

milитantes devem realizar leituras e tarefas que são distribuídas no “tempo/escola”. No entanto, conforme me relatou E., acampada e membro da direção estadual MST/PR, *“Eu fico muito presa a minhas tarefas diárias do acampamento e não tenho tempo de ficar estudando”*. O problema apontado por E. foi mencionado várias vezes pelos militantes, segundo diziam, as atividades do cotidiano da militância era um empecilho para os estudos fora do “tempo/escola”.



Vista parcial da ENFF. À esquerda biblioteca, à direita pátio recreativo e acima refeitório.

A Escola Nacional conta com uma coordenação geral, uma coordenação pedagógica, uma coordenação política e um conselho que se reúne duas vezes por anos, ambos fixos. Além disto, cada curso tem uma coordenação. A coordenação geral e a coordenação política reúnem um ou dois representantes de cada setor de atividade da escola, seja da coordenação pedagógica, da cozinha ou da manutenção. A coordenação pedagógica é composta por quatro pedagogos, ambos são membros da coordenação nacional de educação do MST. Já o conselho é composto pelos membros da coordenação pedagógica e política, pelos dirigentes nacionais do MST e por alguns professores que colaboram com a escola, como por exemplo, Heloisa Fernandes (Universidade de São Paulo). Os integrantes do movimento que trabalham

permanentemente com a organização da escola são responsáveis pela coordenação geral, coordenação pedagógica, administração, cozinha e manutenção da área. Na época da pesquisa, este grupo somava cerca de vinte pessoas.



Pátio interno, auditório, sala de aula, sala de computação e secretarias.

A escola possui equipes ligadas à auto-gestão e às áreas de cultura, cujos integrantes são rotativos, pois provêm dos cursos realizados a cada época. Com relação às atividades culturais fixas, a escola possui uma oficina de fabricação de instrumentos de corda. O professor responsável por este curso mora na cidade de Jacareí, vizinha à escola, e trabalha como voluntário em seus horários de folga. Durante o período da pesquisa a oficina não funcionou devido às férias do professor. Quanto aos membros fixos da escola, cabe-lhes a gestão de uma área que comporta duas secretarias, uma sala de reuniões, quatro salas de aula, um auditório para duzentas pessoas, um telecentro, uma biblioteca, um laboratório, uma sala de cinema, área de vivência, quatro alojamentos com capacidade para o total de duzentas pessoas, um campo de futebol, uma quadra de vôlei de areia, uma cozinha industrial e um refeitório. No projeto da escola estão previstas, ainda, a construção de uma sala de cultura, uma praça, um

segundo auditório para até mil pessoas e mais quatro alojamentos com capacidade para quarentas pessoas cada. Os membros fixos da escola moram em cinco casas que já existiam no terreno antes da construção da escola.

Os militantes circulavam por praticamente toda a área da escola, havendo restrição de uso apenas para as secretarias e sala de reuniões. Estes espaços eram utilizados pelos alunos apenas nas reuniões dos coordenadores de núcleo com a coordenação pedagógica da Escola Nacional. Os espaços mais freqüentados pelos militantes do curso de sociologia foram os alojamentos, a sala de aula, o telecentro e as áreas de vivência, o campo de futebol e a quadra de vôlei. Com exceção da sala de aula, todos os outros espaços eram utilizados nos horários de lazer.



Vista parcial dos alojamentos.

G., um dos coordenadores pedagógicos da Escola Nacional destacou três elementos como prioridades para organizar a escola: a “auto-gestão”, a “disciplina consciente” e a “liberdade para produzir conhecimento”.

Acredito que a auto-gestão e a chamada disciplina consciente são temáticas interdependentes, ou seja, para que a auto-gestão funcione é necessário que o militante possua disciplina consciente, uma replica a outra. A auto-gestão refere-se a um modo de

organização coletivo que implica em reuniões, divisão de tarefas, etc. Enquanto a disciplina consciente é algo interiorizado, mas que também deve supor elementos de regulação, entre eles o cumprimento de horários e tarefas cotidianas. Segundo a coordenação da Escola Nacional, uma das características singulares da escola é que parte de sua manutenção cotidiana é feita pelo conjunto de pessoas que estão lá em estudo, esta seria uma das formas de auto-gestão. Com este modo de organização, onde os alunos além de participar dos cursos também trabalham na manutenção da escola, os coordenadores esperam que os alunos construam, na prática, uma crítica ao “trabalho alienado”¹¹⁵. Segundo M. coordenadora pedagógica:

Todo o processo de organização da escola, desde a sua construção (realizada pelo trabalho voluntário de militantes e amigos do MST), é feito de forma que todos saibam o que estão fazendo e que as tarefas não venham a ser um fardo para ninguém. E preciso combater esta visão escravocrata do brasileiro, romper esta mentalidade de que sempre é necessário ter uma pessoa para servir a outra. Precisamos construir uma cultura de solidariedade, respeito e principalmente de coletividade. Pertencemos a uma organização que não é construída pelos outros, mas por cada um de seus militantes.

Na fala de M. valores como a solidariedade, respeito e coletividade são exaltados como princípios que devem fazer parte de cada um dos militantes do MST. O processo de construção da escola e o trabalho de manutenção feito pelos militantes e voluntários são considerados um exemplo das propostas de auto-gestão e disciplina consciente. A chamada brigada de construção permanente foi e é responsável pela construção dos espaços físicos da escola. Todos os integrantes da brigada são militantes do movimento que vieram de todas as partes do país para trabalhar como voluntários. Alguns ficaram dois, três meses, outros já estavam, durante a pesquisa de campo, na escola há mais de um ano. Estes militantes foram convocados pelas direções estaduais do movimento para “contribuir” na escola. Convocação, neste caso, não é imposição. Estas situações são muito negociáveis dentro do movimento, dependem muito da disposição dos militantes e da quantidade de militantes que o estado pode liberar para tal tarefa. Todos os militantes que conversei durante o campo se mostraram satisfeitos em ter “contribuído” para a construção da escola. Dois militantes que participaram do curso de sociologia rural tinham trabalhado na “brigada de construção” da escola em períodos anteriores ao curso, no entanto, percebi que aqueles que estavam contribuindo

¹¹⁵ Conceito retirado de MARX, K.

naquele momento na construção não participavam de nenhum dos cursos oferecidos pela escola.

Já os estudantes dos cursos, organizados em grupos, os chamados núcleos de base, são responsáveis pela manutenção da escola. Isto significa a limpeza de toda a escola: lavar a louça das refeições, limpar as áreas comuns, lavar banheiros e refeitório, trabalhar na manutenção dos jardins, da horta e etc¹¹⁶.

O último elemento considerado pelos coordenadores da Escola Nacional como prioridade para organizar a escola é o que chamam de “liberdade para produzir conhecimento”. O MST já possui há vários anos uma política de qualificação e aperfeiçoamento de seus quadros¹¹⁷ e a Escola Nacional foi criada com o objetivo fundamental de ampliar essa formação política e teórica dos militantes de modo a torná-los aptos a uma produção intelectual própria, interna ao movimento. Como disse G. coordenador pedagógico da escola:

Nós temos o objetivo de formar nossos próprios intelectuais, para não dependermos tanto dos intelectuais da academia e para formarmos intelectuais que sejam ao mesmo tempo militantes do movimento, que possam responder às necessidades, aos desafios apresentadas no nosso dia a dia.

Conforme compreendo, a “liberdade para produzir conhecimento” possui dois significados neste contexto. O primeiro diz respeito a uma crítica muito comum no MST aos pesquisadores e às pesquisas acadêmicas, consideradas como parte do processo hegemônico atual. Este é considerado um movimento hegemônico de pensamento que não adota as teorias marxistas ou classistas para explicar as realidades pesquisadas. A academia produziria pesquisadores “pelegos”, que abandonam o povo, a classe trabalhadora. Por isso, a necessidade de formar os próprios intelectuais do movimento, realmente comprometidos com a classe trabalhadora. A liberdade de produção de conhecimento está muito mais relacionada a uma crítica que se faz à academia, pois segundo entendem, as possibilidades de pensamento vinculadas à luta de classe são restritas. O segundo significado, apontado mais claramente na fala acima, diz respeito a um conhecimento que possa responder às necessidades do movimento. Aqui, o conhecimento está diretamente relacionado à prática. O objetivo é que a prática

¹¹⁶ Durante o capítulo procurarei desenvolver melhor como os militantes realizam e percebem estas atividades.

¹¹⁷ Como foi desenvolvido no primeiro capítulo.

intelectual e política permitam produzir conhecimento necessário à transformação social e capacitar tecnicamente os militantes nas áreas de maior necessidade do movimento.

Os três elementos destacados pelos coordenadores da Escola Nacional como prioridades para organizar a escola (a auto-gestão, a disciplina consciente e a liberdade para produzir conhecimento) têm uma vinculação orgânica com os processos de educação e formação do MST. Estas prioridades tratam de operacionalizar a vinculação entre teoria e prática e de inseri-las no contexto moral de produção de conhecimento comprometido com a realização de um sujeito moral tomando como princípio articulador: a “classe trabalhadora”. Transposto para a Escola Nacional pressupõe-se que a auto-gestão, a disciplina consciente e a liberdade para produzir conhecimento sejam mecanismos capazes de transmitir, regular e disciplinar as formas de conhecimento consideradas válidas. Mesmo havendo a colaboração de agentes externos, como os professores que não são militantes do MST, em última instância é a escola, coordenada por uma equipe pedagógica, que é responsável por organizar os distintos cursos e sistematizar o que será estudado. Este recurso pedagógico, materializado através da coordenação pedagógica da Escola Nacional, acompanha alguns momentos dos cursos, seja em reuniões formais com os militantes, assistindo algumas aulas ou em conversas informais nos intervalos das atividades. Isto institui uma relação de proximidade concreta entre os coordenadores pedagógicos e os alunos/militantes, colocando em prática pelo menos dois dos princípios que orientam a educação e a formação política no MST. O primeiro é que a direção política e pedagógica do movimento (e das escolas) fica a cargo de seus militantes¹¹⁸ e o segundo, como consequência deste, é que devem existir reais vínculos entre os processos educativos e os processos políticos.

A Escola Nacional responde a uma demanda do MST a partir do momento que estabelece para a militância dos cursos referências e princípios comuns que devem ser de todo o movimento. Além disto, a escola desempenha o papel de, através dos cursos, assegurar um tipo de homogeneidade política aos militantes. No entanto, é preciso compreender que o papel homogeneizador desempenhado pela Escola Nacional pode ser relativizado a partir do momento que se altera o foco da análise. A própria lógica de organização e funcionamento da escola tem como um dos pré-requisitos a auto-organização dos estudantes/militantes, dando margem para mudanças no andamento dos

¹¹⁸ Sobre isto ver I Capítulo (p. 20).

curso. Também proporciona que os alunos tenham acesso a interpretações divergentes sobre o mesmo conteúdo, mostrando que mesmo entre a coordenação pedagógica da escola não há consenso sobre todos os temas discutidos. A Escola Nacional pode ser um instrumento de homogeneização, mas é importante não analisá-la de forma monolítica, pois não é assim que os militantes e dirigentes a compreendem. O curso de sociologia que será abordado em seguir demonstra estes aspectos.

O Curso de Sociologia Rural

O curso de sociologia rural aqui discutido foi realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, no período de 04 a 24 de fevereiro de 2006. Este período condiz com a segunda etapa/módulo do curso, dividido em quatro etapas. Segundo as informações da coordenação pedagógica da escola, o curso de sociologia rural que acompanhei durante a pesquisa foi o primeiro organizado pelo MST em todo país. O curso contou com a participação, nesta segunda etapa, de trinta e quatro pessoas no total, sendo que vinte e nove são militantes do movimento sem-terra, duas são militantes do Movimento das Mulheres Camponesas e os cinco últimos eram estudantes de universidades públicas que estavam na escola fazendo trabalho voluntário na organização da biblioteca. Deste total, vinte e quatro são homens e dez mulheres. Os militantes do MST vieram de diferentes de diferentes localidades e regiões do país. Na divisão por Estados, o Paraná compôs a maior delegação, com oito pessoas (estou incluída nesta contagem¹¹⁹ com quatro homens e quatro mulheres), em seguida São Paulo (três homens e uma mulher) e Pernambuco (dois homens e duas mulheres) com quatro militantes de cada Estado, Rio Grande do Sul com três militantes (dois homens e uma mulher), Ceará (dois homens), Goiás (dois homens), Rondônia (dois homens) e Bahia (um homem e uma mulher) com dois militantes cada e, por fim, Distrito Federal (homem), Sergipe (homem) e Santa Catarina (homem) foram Estados representados com apenas um militante. Do Movimento das Mulheres Camponesas vieram uma representante do Amazonas e outra do Distrito Federal. Quanto aos estudantes universitários (três homens e uma mulher), todos eram oriundos do Estado de São Paulo.

¹¹⁹ Nas ocasiões onde os militantes reivindicavam seu Estado de origem ou quando se fazia contagem por Estado eu era incluída entre os militantes do Paraná.

Quanto à escolaridade dos participantes, excluindo os estudantes universitários que não faziam parte de nenhum movimento social, o curso de sociologia reuniu pessoas de praticamente todos os níveis, do ensino fundamental ao superior. Apesar de ser uma temática delicada para aqueles que não concluíram o ensino médio¹²⁰, pois algumas pessoas sentiam-se constrangidas em falar sobre o nível de escolarização, concluí que no número total do grupo três pessoas estudaram até o ensino fundamental, vinte e duas pararam e ou terminaram o ensino médio, três concluíram cursos técnico (pós-médio) e três concluíram o ensino superior.

A participação em cursos, palestras ou eventos políticos é uma das “obrigações” do militante sem-terra. No entanto, a presença, quase que obrigatória, nos cursos, palestras e eventos não é suficiente para determinar ou formar um “bom militante”. O mais importante é como o militante se posiciona nestes espaços, ou seja, se ele se mostra interessado, se é assíduo, estudioso etc. Estas posturas é que contribuem decisivamente para que os participantes dos eventos políticos se tornem ou reafirmem sua posição de militante sem-terra. Pelas informações dos próprios militantes do curso de sociologia, a escolha dos participantes deu-se através das secretarias estaduais do movimento.

É claro que o militante não é obrigado a participar do curso, no entanto, existe um esforço das secretarias para que o estado seja representado por pelo menos um membro. De forma geral, acredito que os critérios para a seleção dos militantes para o curso, apesar de serem muito variados, são os seguintes: a) ser um militante “responsável” e b) ter um tempo mínimo de militância, compreendendo e aceitando a estrutura organizativa do movimento.

Alguns militantes do curso reclamaram das dificuldades de participação, pois, para eles, era difícil se ausentar das obrigações sejam domésticas ou políticas nos acampamentos ou assentamento, nestes períodos de um mês (período de cada uma das etapas do curso). Segundo os militantes, a duração dificulta a participação nos cursos de forma geral, pois o período de curso é um tempo em que eles não estão trabalhando, plantando etc. No entanto, a opção por participar de um curso do movimento é vista, dentre outros inúmeros significados, como um sacrifício em prol do movimento. O tempo de dedicação ao movimento, ao curso, apresenta-se definitivamente associado ao grau de dedicação dos militantes. Demonstra a disposição do militante de dedicar seu

¹²⁰ Para a maioria do grupo o ensino médio equivale a “terminar os estudos”.

tempo à “luta”. A disponibilidade e a dedicação consistem em premissas básicas do bom militante e o colocam em um lugar diferenciado na estrutura organizativa do movimento.

Mas a participação não é vista apenas como um sacrifício que confere honra aos militantes. Ela também é vivida sob a ótica do prazer, da alegria e do privilégio tanto de participar de um curso na Escola Nacional como também de conviver ou reencontrar militantes de várias partes do país. Iniciei a pesquisa de campo dois dias antes no início da segunda etapa do curso de sociologia, por isto, pude acompanhar a chegada da maioria dos militantes¹²¹. Todos aqueles que não conheciam a escola ficaram impressionados com o lugar e a infra-estrutura, inclusive eu. B., coordenadora estadual de juventude da Bahia, ficou radiante ao chegar a ENFF. No alojamento, depois das devidas apresentações, B. me disse *“nossa! Já tinham me falado que a Escola Nacional era ótima, mas nunca imaginei que fosse assim. Eu fico olhando para tudo isso e penso: o movimento é muito bom mesmo! Nós conseguimos fazer esta escola”*. A qualidade das acomodações, as salas de aula, o auditório e a beleza natural impressionam e geram nos militantes um sentimento de orgulho, pois sentem realmente que aquela escola é deles.

Muitos militantes que participaram do curso de sociologia já se conheciam de outros cursos, encontros, marchas ou de atividades de “luta” do movimento no seu estado de origem. O curso proporciona, mesmo entre aqueles que não se conheciam, a criação de vínculos de amizade. Assim, a chegada de cada militante é comemorada intensamente. No final de tarde do dia três de fevereiro de 2006, dia anterior ao início do curso, a maioria dos militantes já havia chegado e todos se reuniram nas escadarias do alojamento para conversar. Nesta conversa descontraída, falaram sobre suas vidas e sobre como “andavam as lutas” enquanto uns tomavam chimarrão e outros cachaça.

A organização dos militantes nos cursos é feita através de grupos denominados “núcleos de base”. Este tipo de organização em núcleos reproduz em nível local a estrutura organizativa do MST. No movimento, seja nos assentamentos ou acampamentos, o núcleo de base é a instância de organização dos militantes. Todo sem-terra que ingressa nas fileiras do MST é incorporado a um núcleo onde lhe será destinada uma tarefa. Por exemplo: os núcleos de um acampamento são responsáveis por fazer a segurança do local, principalmente no período noturno. Assim, revezam-se

¹²¹ Os militantes vindos do estado do Paraná chegaram à escola uma semana antes do início do curso. A secretaria estadual do MST/PR confundiu as datas causando grande transtorno para os militantes.

os núcleos e os integrantes de cada núcleo na segurança por um período determinado previamente. Todos os núcleos do acampamento terão que passar pelo rodízio da segurança e é assim também em todas as atividades consideradas coletivas do acampamento.

O curso de sociologia foi organizado em quatro núcleos de base. Para cada núcleo é dado um nome considerado significativo para as “lutas do povo”. Os quatro núcleos do curso foram denominados de *Olga Benário*, *Karl Marx*, *Sepé Tiarajú* e *Roseli Nunes*. A escolha dos nomes é feita pelo grupo que participa do núcleo e vai depender muito do conhecimento que os militantes possuem sobre a figura que vão homenagear. Apesar de não haver um cálculo totalmente racional sobre a escolha dos nomes dos núcleos de base, pude perceber ao longo da pesquisa que os grupos buscam dar certo “equilíbrio nativo” para esta nomeação. Este equilíbrio busca contemplar alguns aspectos considerados importantes e seguem certa lógica própria ao MST. As características que acredito serem fundamentais são a referência a algum personagem histórico, homenagem a alguém do próprio MST ou a referência a alguma mulher considerada revolucionária ou “lutadora do povo”.

No caso do curso de sociologia esta questão é bastante significativa pois contempla as características gerais de nomeação dos núcleos do MST. A homenagem a um personagem da história que seja reconhecido como defensor das “lutas do povo”: no nosso caso, a escolha foi de *Karl Marx*, justamente por ser um curso de sociologia em que os militantes tiveram acesso, na primeira etapa do curso¹²², a alguns textos do autor. No segundo aspecto, a homenagem a algum militante do próprio MST que veio a falecer em decorrência da “luta”, foi feita a escolha de *Roseli Nunes*. O nome de *Roseli Nunes* é constantemente lembrado pelos integrantes do MST pois foi um dos primeiros casos de morte em acampamentos do movimento, além de ter sido a primeira mulher, segundo os militantes, que faleceu em decorrência da “luta”. Roseli morreu num trágico acidente de caminhão durante o período de ocupação da fazenda Anoni no Rio Grande do Sul. A ocupação da Anoni é lembrada como um dos marcos iniciais do movimento sem-terra. O terceiro aspecto é a referência a alguma mulher que tenha sido “lutadora” ou revolucionária para sua época, no nosso caso constituiu-se o núcleo *Olga Benário*. Fui incorporada a este núcleo durante a plenária de abertura do curso. Segundo os próprios participantes do curso, a incorporação de nomes femininos busca contemplar as

¹²² Na primeira etapa do curso de sociologia, da qual tive acesso às sínteses produzidas pelos militantes, os autores trabalhados foram Durkheim, Weber e Marx.

discussões de relações de gênero presentes no movimento. Assim, acredito que os nomes de Marx, Roseli Nunes e Olga Benário contemplam as características estabelecidas anteriormente. Por fim, o último núcleo a ser discutido foi denominado de *Sepé Tiarajú*. Conforme me foi relatado pelos militantes, *Sepé Tiarajú* foi um grande líder indígena do Rio Grande do Sul. Os militantes não tinham uma descrição tão elaborada sobre a história deste “herói” quanto a dos outros personagens expostos aqui. No entanto, disseram achar importante incorporar o nome de um índio entre os “lutadores do povo”, afinal, “*eles (os índios) foram os primeiros “lutadores” do Brasil*” (M., coordenador geral da frente de massas do Distrito Federal e membro do núcleo Olga Benário). A nomeação de *Sepé Tiarajú* levanta uma questão importante para algumas mudanças do ponto de vista da incorporação de “novos heróis” nas homenagens feitas pelo MST. Já há algum tempo, as lideranças do MST vêm buscando novos nomes que possam ser incorporados no rol de “lutadores” homenageados pelo movimento. Destaco que alguns nomes indígenas têm sido incorporados, bem como o nome de *Zumbi dos Palmares*.

Além dos nomes, cada núcleo também cria ou copia uma palavra de ordem que se relaciona com o nome da figura homenageada. Os núcleos *Olga Benário*, *Karl Marx*, *Sepé Tiarajú* e *Roseli Nunes* evocavam as seguintes palavras de ordem:

- *Olga Benário! A luta não pára. Lutamos por justiça e por reforma agrária!*
- *Conhecer a realidade e estudar. Se organizando para poder transformar!*
- *Roseli Nunes! Mulher guerreira. Por uma pátria livre, lutou a vida inteira!*
- *Sepé Tiarajú sua força é guerreira. Deu a sua vida pelas terras brasileiras!*

As palavras de ordem têm tanto a função de identificar a existência do núcleo como de seus componentes. Na sala de aula, por exemplo, antes do início de cada atividade os militantes evocam a palavra de ordem que corresponde a cada um dos núcleos. A seqüência é a seguinte. Um militante, geralmente o coordenador ou alguma “liderança” do núcleo, levanta-se da cadeira. Neste momento todos os outros militantes do mesmo núcleo identificam que este é o “momento da palavra de ordem”. Assim, todos do núcleo levantam-se e dizem uma vez a palavra de ordem “*Olga Benário! A luta não pára. Lutamos por justiça e por reforma agrária!*”. Depois que a palavra de ordem é evocada uma vez, todos os outros militantes também se levantam e a palavra de ordem é dita mais duas vezes por todos os presentes. Esta seqüência é seguida passando

por todas as palavras de ordem dos núcleos. No final, ainda podem ser evocadas palavras de ordem mais amplas, conhecidas por todos os membros do movimento, como aquelas usadas nas marchas, encontros e eventos do movimento. Como por exemplo, “*Reforma Agrária! Por um Brasil sem latifúndio!*” ou “*MST! Essa luta é para valer!*”. Estas palavras de ordem foram utilizadas na sala de aula também nos momentos em que os sem-terra apresentavam-se cansados, pois tinham o objetivo claro de “animar” a militância. Nos momentos de maior cansaço, os militantes costumam evocar a frase que se inicia com uma pergunta: “*Cansados?* Então todos respondem: *Não! Na luta do povo ninguém se cansa!*”.

A criação dos núcleos de base no curso de sociologia rural tem duas funções básicas, uma interna e outra externa. Internamente, é através dos núcleos de base que são feitas as divisões de leituras de textos e seminários e é também nos núcleos que os militantes estudam nos períodos que não estão na sala de aula. Externamente, os núcleos são responsáveis por compor a auto-gestão da Escola Nacional. Semanalmente é feita uma grade horária de divisão de tarefas que dizem respeito à manutenção da escola assim como sua distribuição entre os núcleos. Portanto, a cada semana um núcleo é responsável por uma das atividades, que são basicamente lavar a louça das refeições e limpar o refeitório, limpar as áreas comuns da escola, lavar os banheiros, cuidar dos jardins etc. A limpeza dos quartos do alojamento é de responsabilidade dos militantes que o ocupam, não havendo divisão por núcleo neste caso.

Além desta parte de manutenção da escola, outro ponto importante da existência dos núcleos é como se estabelece a relação formal dos participantes do curso com a coordenação da escola. Cada núcleo do curso elege dois coordenadores, sempre um homem e uma mulher, que são responsáveis por coordenar todas as atividades do núcleo (interna e externamente). O núcleo *Olga Benário*, núcleo que participei durante toda esta etapa do curso, elegeu J., assentado oriundo do estado do Ceará, e R., dirigente nacional do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) como coordenadores do núcleo. J. foi indicado por alguns membros do núcleo para ser coordenador e prontamente aceitou. Foi indicado pela sua “*experiência na luta*”, como me disse M., coordenador regional da frente de massas do Distrito Federal. Já a indicação feminina foi um pouco mais complicada. No início, alguns membros do núcleo me indicaram para esta função, então fui obrigada a falar que não achava a idéia boa, pois, afinal, não pertencia a nenhum movimento social. O problema é que naquele momento, primeiro dia do curso, apenas duas mulheres faziam parte do núcleo, eu e E., membro da direção

estadual do MST/PR e acampada. E. disse que não se sentia preparada para aquela função, visto que era o primeiro curso do movimento que participava. Compulsoriamente fui eleita coordenadora, pois “*eu era da universidade, já sabia fazer atas e discutir os assuntos*”, conforme falou M. naquele momento. No segundo dia de curso R., do MMC, chegou e incorporou-se ao núcleo. Coloquei novamente o meu problema e R. prontificou-se a assumir a coordenação.

Além dos coordenadores dos núcleos, o curso elegeu um coordenador geral, chamado de “representante pedagógico dos alunos do curso de sociologia”. O representante pedagógico do curso foi D. D. é formado em comunicação social, poeta¹²³, assentado em Santa Catarina e membro da cooperativa Terra Viva, uma das maiores e mais produtivas cooperativas do movimento. Além disso, é membro da coordenação nacional de comunicação do MST. Sua escolha como representante pedagógico não é nada aleatória. Sua formação tanto acadêmica quanto política coloca-o num lugar diferenciado dos demais participantes do curso. Ocupa claramente o papel de mediador entre os militantes do curso e a coordenação pedagógica e cumpre este papel de forma satisfatória, pelo menos do ponto de vista dos militantes. Os coordenadores de núcleo e o representante pedagógico dos alunos reúnem-se semanalmente com a coordenação pedagógica da ENFF para discutir o andamento do curso, as reivindicações dos alunos e as atividades de manutenção da escola. Esta forma de organização é chamada auto-gestão.

Segue abaixo um quadro apresentado os militantes, atividade que exercem, estado em que militam e núcleo que participaram durante o curso.

Nome	Atividade de Militância	Estado em que militam	Núcleo do curso de sociologia
J.	Assentado	Sergipe	Olga Benário, coordenador
R.	Dirigente nacional do Movimento das mulheres camponesas	Distrito Federal	Olga Benário, coordenadora
V.	Assentado e professor ¹²⁴ do MST	Rio Grande do Sul	Olga Benário
E.	Acampada e membro da direção estadual MST/PR	Paraná	Olga Benário

¹²³ Soube que D. lançou recentemente um livro de poesia pelo MST.

¹²⁴ Os professores e pedagogos são aqueles que possuem curso superior, já os educadores são aqueles que concluíram o ensino médio e atuam como professores nas escolas do movimento, principalmente no ensino fundamental.

M.	Coordenador regional da frente de massas do Distrito Federal	Distrito Federal	Olga Benário
M.	Coordenador do setor de cultura MST/RO	Rondônia	Olga Benário
C.	Acampado, membro da direção estadual MST/GO	Goiás	Olga Benário
Simone	Estudante	Paraná	Olga Benário
B.	Assentado, membro da direção estadual do MST/PE	Pernambuco	Olga Benário
F.	Estudante universitário, voluntário na escola	São Paulo	Olga Benário
W.	Acampado, membro da direção estadual MST/SP ¹²⁵	São Paulo	Roseli Nunes, coordenador
C.	Assentada, pedagoga do MST	Rio Grande do Sul	Roseli Nunes, coordenadora
A.	Coordenador regional do setor de frente de massas MST/RGS	Rio Grande do Sul	Roseli Nunes
G.	Assentado e coordenador regional do setor de frente de massas MST/PR	Paraná	Roseli Nunes
M.	Coordenador regional do setor de frente de massas MST/SP	São Paulo	Roseli Nunes
S.	Técnica agrícola do MST/PE	Pernambuco	Roseli Nunes
I.	Técnico agrícola do MST/PE	Pernambuco	Roseli Nunes
B.	Acampado, membro da direção estadual MST/SP	São Paulo	Roseli Nunes
L.	Educadora MST/PR	Paraná	Karl Marx, coordenadora
D.	Assentado, membro da coordenação nacional de comunicação do MST.	Santa Catarina	Karl Marx, coordenador
I.	Filha de assentados	Paraná	Karl Marx
V.	Acampado, educador do MST	Paraná	Karl Marx
L.	Estudante universitário que faz trabalhos voluntários na ENFF.	São Paulo	Karl Marx
G.	Coordenador estadual de juventude MST/BA.	Bahia	Karl Marx

¹²⁵ Depois do término do curso fiquei sabendo que W. foi para a Venezuela e iniciou o curso de medicina através do convênio estabelecido entre o MST e o governo de Hugo Chaves.

A.	Assentado, membro da coordenação estadual MST/PR	Paraná	Karl Marx
M.	Técnica agrícola do MST/PE	Pernambuco	Karl Marx
F.	Filho de assentados, educador do MST/GO	Goiás	Karl Marx
B.	Coordenadora estadual de juventude MST/BA	Bahia	Sepé Tiarajú, coordenadora
A.	Assentado membro da direção estadual MST/RO.	Rondônia	Sepé Tiarajú, coordenador
R.	Coordenadora regional do Movimento das Mulheres Camponesas/AM.	Amazonas	Sepé Tiarajú
E.	Membro da coordenação estadual MST/CE	Ceará	Sepé Tiarajú
G.	Educador do MST no Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária/PR	Paraná	Sepé Tiarajú
G.	Estudante universitário, voluntário na escola	São Paulo	Sepé Tiarajú
L.	Estudante universitário, voluntário na escola	São Paulo	Sepé Tiarajú
B.	Coordenador regional do setor de frente de massas MST/SP	São Paulo	Sepé Tiarajú
J.	Assentado, membro da direção estadual MST/SE	Sergipe	Sepé Tiarajú

Os núcleos reúnem-se pelo menos três vezes ao dia para as reuniões, leituras e atividade de auto-gestão. Estas atividades implicam uma maior proximidade entre os militantes que deles participam, no entanto, a participação nos núcleos não chega a gerar uma sociabilidade diferenciada. As aulas, os jogos e as festas amenizam a convivência nos núcleos, pois proporcionam que todos os militantes estejam juntos na mesma atividade.

Tendo descrito a forma de organização dos núcleos e do curso, tratarei a partir de agora da rotina diária de horários da ENFF e suas respectivas atividades. Primeiro os dias de semana e depois o sábado e o domingo.

Entre segunda e sexta-feira todos os militantes que participaram do curso acordavam por volta das seis e trinta da manhã. Este tempo que antecede o café da

manhã era utilizado para a higiene matinal, arrumação do quarto, preparo do chimarrão e apenas alguns que porventura estivessem mais dispostos encaravam a leitura de algum texto ou material das aulas anteriores. O café da manhã era servido pontualmente às sete horas e teoricamente deveria ser retirado às sete e trinta, no entanto, como a responsabilidade de retirar o café e lavar a louça era sempre de algum núcleo de base, o café da manhã era retirado um pouco antes do previsto ou sistematicamente no horário, pois as atividades do dia não poderiam começar atrasadas. Assim, das sete e trinta às oito horas da manhã eram realizadas as primeiras atividades de limpeza coletivas da qual participavam todos os núcleos de base. Como as atividades eram divididas semanalmente, havia semanas que alguns núcleos ficavam com atividades mais demoradas pela manhã, já em outras semanas, ficariam com as tarefas mais “leves”. A realização rápida destas primeiras atividades da manhã impressiona pessoas, como eu, pouco acostumadas com o “ritmo” intenso da militância.

Todos os dias depois do café da manhã era realizada uma mística homenageando alguma figura considerada importante nas “lutas do povo”. Cada dia um núcleo de base, seja do curso de sociologia ou de outro curso que estivesse acontecendo na Escola Nacional, era responsável pela preparação da mística. A coordenação pedagógica da escola determinou que os militantes pesquisassem e escolhessem nomes pouco conhecidos para que, aos poucos, os próprios militantes fossem incorporando no rol de figuras homenageadas pessoas desconhecidas pela massa do movimento. As místicas foram realizadas no pátio externo ou em uma das salas de aula. Geralmente, pelo menos um dos coordenadores pedagógicos da escola estava presente nas místicas, no entanto, estas atividades não eram entendidas pelos militantes como momentos solenes, se comparados as místicas realizadas nos eventos de formação política. Como já disse, durante a pesquisa na Escola Nacional fui incorporada no núcleo de base *Olga Benário*. Este núcleo elaborou várias místicas durante o curso, descreverei uma delas.

Numa rápida reunião de núcleo M¹²⁶, sugeri o nome de Victor Jara para a mística. Aparentemente só eu não conhecia o nome de Victor Jara, prontamente todos os militantes do núcleo aceitaram a sugestão. Três pessoas ficaram responsáveis por pesquisar na internet sobre a vida do homenageado e escrever um texto. Depois do jantar, preparamos e “ensaiamos” a apresentação da mística. Segue o esboço da mística:

¹²⁶ M. é militante do setorial de cultura de Rondônia. É cantor e violero.

Mística realizada no dia 10/02/2006 pelo núcleo Olga Benário

Homenageado: Victor Jara (poeta, escritor e músico chileno assassinado durante o golpe de Pinoche).

Etapas da mística:

1. Abertura: Reprodução de um discurso gravado de Victor Jara feito num festival de música. Logo após o discurso, Victor canta uma música de protesto. Praticamente todas as místicas são abertas com uma música referente ao tema proposto.

2. Histórico: Victor Jara: Um Filho do Povo

Victor Jara nasceu no pequeno povoado de Lonquén em 1932. Era filho de camponeses. Aos seis anos já acompanhava o seu pai nos trabalhos da terra. As dificuldades familiares levaram sua mãe a se mudar para Santiago levando seus cinco filhos. Já em Santiago participou do coral universitário, de um grupo de mímica e ingressou na Escola de Teatro da Universidade do Chile. No festival de Teatro Estudantil dirigiu a peça “Parecido a la felicidad”.

Foi para Cuba e ficou cerca de três semanas. Neste período Cuba ainda estava fervendo. A revolução acabava de sair vitoriosa e se iniciava a construção de uma nova sociedade. Victor ficou empolgado com tudo o que viu e manteve uma entrevista com um dos jovens comandantes revolucionários que se chamava Ernesto Guevara.

No ano de 1962 Victor realizou uma longa turnê pelo Leste-Europeu e pela URSS. Foi nesta longa e atribulada viagem que ele resolveu se tornar comunista. Disse ele: “Meu ideal como comunista se resume a apoiar os que acreditam que, com um regime do povo, o povo será feliz”. Victor se tornou rapidamente um diretor respeitado. Justificando suas posições afirmou numa entrevista: “Cada vez mais me comove o que acontece ao meu redor (...) a pobreza de meu próprio país, da América Latina e de outras nações do mundo (...). Por isso (...) é que preciso da madeira e das cordas de um violão para dar vazão à tristeza ou à alegria, em algum verso que abra o coração como uma ferida ou em alguma linha que nos ajude a sair de dentro de nós mesmos, para ver o mundo com novos olhos”.

A música de Jara se tornaria o hino do movimento camponês em todo o mundo. Dizem seus versos: “Levanta-te e mira as montanhas de onde vêm o vento, o sol e a água. Tu que manejas o curso dos rios, tu que semeastes o vôo de tua alma. Levanta-te e olha tuas mãos para crescer, estende-as a teu irmão, e juntos iremos unidos pelo sangue, hoje é tempo que pode ser amanhã. Livra-nos daqueles que nos dominam na miséria. Traga-nos teu reino de justiça e igualdade. Sopra como o vento a flor das quebradas. Limpa com o fogo o cano de meu fuzil. Faça-se por fim tua vontade aqui na terra, agora e na hora de nossa morte. Amém”.

Em janeiro de 1970 Allende foi novamente indicado como candidato e Victor se engajou na campanha da Unidade Popular (UP). Diante do crescimento da esquerda, os latifundiários montavam milícias armadas contra os camponeses sem terra. Neste momento foi assassinado o jovem comunista Miguel Angel Aguilera. Em sua memória Jara fez a canção “El alma llena de banderas”. Com esta música concorreu ao II Festival da Nova Canção Chilena. Allende finalmente vendeu as eleições com uma margem apertada de votos. Uma multidão tomou as ruas de Santiago. Mas, a batalha não havia terminado.

Victor Jara era, ao lado de Neruda, o principal artista do Partido Comunista e da UP. Um artista que colocou todo seu enorme talento a serviço da transformação social no Chile. Ele próprio respondeu aos seus detratores: “ao escolher ser um membro do partido comunista, principal inimigo das forças reacionárias chilenas e odiado por elas, preparei-me para sofrer perseguições e ataques pessoais bem piores do que as ofensas gratuitas que os porta-vozes da conspiração reacionária têm me dirigido”.

Na madrugada do dia 11 de setembro eclodiu o golpe militar no Chile. A grande parte das emissoras ligadas a UP haviam sido ocupadas pelo exército. Mas ainda foi possível ouvir parte do último discurso do companheiro presidente: “só me cabe dizer aos trabalhadores: eu não vou renunciar. Colocado diante de uma opção histórica, pagarei com a minha vida à lealdade do povo”.

O sangrento golpe militar do Chile, em 1973, deixou um saldo de mais de 15 mil mortos, 30 mil prisões e centenas de torturados. Entre as vítimas da barbárie pinochetista, estava Victor Jara, jovem compositor de música popular, líder da Nueva Conción, movimento que pertence à estética da música de protesto.

Preso e levado ao estádio de futebol de Santiago, que foi utilizado naqueles dias como campo de concentração, Jara, que não obedeceu à ordem militar de parar de tocar seu violão, teve suas mãos decepadas. Jara misturou gritos de dor com alguns versos de protesto de sua autoria. Foi bastante para que um insano militar calasse Jara com um tiro em sua cabeça, ceifando a jovem vida de um grande talento.

Victor Jara, com seu violão ameaçava mais os ditadores, do que se estivesse com uma metralhadora, porque suas canções expressavam consciência, e posição de classe, chama o povo a se rebelar contra o sistema que oprime o ser humano a se tornar escravo de sua própria nação.

3. Palavra de ordem: Victor Jara: presente, presente, presente! Na luta: sempre, sempre, sempre!

4. Leitura do Poema de Pedro Tierra:

Canto para as Mãos Partidas de Victor Jara

Quisera chorar teus dedos dilacerados:

raízes do meu canto subterrâneo.

Quisera chamar-te “Hermano”

como a infância dos rios

lava o rosto da terra,

mas minha boca sangrava

um silêncio de canções amordaçadas.

De tuas mãos se dirá um dia:

geravam pássaros de sangue

como as primaveras da lua.

Tuas mãos,

tristes descendentes das canções araucanas,

tuas mãos mortas,

casa de canções decepadas,

tuas mãos rotas,

últimas filhas do vento,

guitarras enterradas sem canto,

sementes de fuzis,

serra de sangue.

Quisera entregar

minhas inúteis

ao cepo de teus carrascos.

4. Encerramento

Para este momento de finalização da mística o núcleo *Olga Benário* achou por bem cantar o Hino da Internacional Comunista, pois este representaria a união das lutas de todos os trabalhadores do mundo. Geralmente nas místicas onde os homenageados são de outros países, que não o Brasil, a canção escolhida para o término da mística é a Internacional.

Este histórico foi construído por M., cantor e violeiro, a partir de pesquisas realizadas na internet. Este texto que foi lido na mística foi produzido a partir de fragmentos de textos retirados de páginas de movimentos sociais, partidos e sites de poesia que contavam um pouco da história de Victor Jara. Os coordenadores pedagógicos da Escola Nacional, geralmente, participam destes momentos das místicas matinais. Neste dia específico M., coordenadora pedagógica estava presente. No fim da mística todos no núcleo *Olga Benário* estavam reunidos na porta da sala de aula. M. aproximou-se, veio falar comigo e disse que o texto, aquele que li no início da mística, tinha alguns erros ou estava mal pontuado, pois algumas partes de minha leitura tinham sido confusas. Na verdade, a coordenadora pedagógica pensou que eu tinha escrito o texto. Prontamente, M., militante que havia escrito o texto falou *“fui eu que escrevi. O que o texto tem de errado?”*. Percebi que a coordenadora ficou constringida e de imediato disse: *“Não é nada. É só uns problemas de pontuação. Depois te ajudo a corrigir”*. O assunto se encerrou desta forma. O episódio revela tanto a importância conferida à mística, seu caráter pedagógico, como também, aponta para os modos de regulação da coordenação pedagógica com relação aos militantes do curso.

A preparação destas místicas diárias era feita de forma rápida, sem grandes elaborações como as místicas de eventos “formais” do MST. Justamente por serem diárias, estas místicas se tornaram mais uma forma de conhecer “lutadores” antes desconhecidos do que de mobilizar os símbolos e as emoções dos participantes. A exceção foi a mística de encerramento desta etapa do curso, que foi elaborada com maior empenho e tempo.

Após a mística, os militantes se reuniam nos seus respectivos núcleos de base para o início das atividades de leitura que iam das oito e trinta às nove horas da manhã. Durante praticamente todo este período do curso foi realizada a leitura da cartilha “O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – documentos básicos”, discutida no capítulo II. Todas as leituras feitas no núcleo de base *Olga Benário*, aquele que participei, eram feitas coletivamente. Esta decisão, de fazer as leituras coletivas e em voz alta, deu-se pelo fato de um dos participantes do núcleo não conseguir fazer as leituras individualmente. J. tinha muitas dificuldades na leitura dos textos e dificilmente compreendia aquilo que lia. Assim, uma das maneiras encontradas para ajudá-lo era a leitura coletiva em voz alta. Segundo J., ele compreendia melhor escutando o que os outros liam do que lendo ele mesmo. Este tipo de recurso didático é bastante utilizado nos cursos do MST pois os níveis de escolaridade dos participantes

são bastante variados. Impressionou-me a capacidade de síntese que J. possui. Além de ser coordenador do núcleo *Olga Benário*, foi um dos militantes que mais participou durante as aulas, avaliando os textos, fazendo perguntas, expondo sua opinião e algumas vezes divergindo dos professores. Toda sua aprendizagem é baseada na oralidade, ou seja, tanto nas aulas como nas leituras ele prestava atenção escutando o que os outros diziam e depois, no momento das discussões, elaborava ou criticava os conteúdos através da fala. Importante destacar que apesar das dificuldades de leitura, índice de baixa escolaridade, J. foi eleito coordenador do núcleo *Olga Benário*. Isto revela como no MST embora haja valorização do estudo, há formas alternativas de realizá-lo e que o mesmo não se constitui no critério exclusivo ou primordial de julgamento de valor do militante.

Às nove horas da manhã tem início as aulas dos cursos da Escola Nacional que vão até ao meio dia, com um pequeno intervalo das dez às dez e quinze para o café. A dinâmica das aulas depende muito do professor que a estiver ministrando. Este período pode ser apenas de aulas expositivas como também de leituras coletivas e preparação de seminários¹²⁷.

O horário de almoço é das doze às doze e trinta. Das doze e trinta às treze e trinta é o horário das atividades de limpeza dos núcleos e descanso. O tempo de descanso depende muito das atividades destinadas a cada núcleo durante a semana. Os núcleos responsáveis pela lavagem da louça, limpeza do refeitório e limpeza das áreas comuns (incluindo os banheiros) geralmente não conseguem concluir as tarefas com rapidez e conseqüentemente não conseguem ter um tempo livre neste período. As atividades expostas acima são consideradas pelo grupo como as mais desgastantes justamente por ocuparem um tempo maior, impedindo o descanso após o almoço, muito valorizado pelos militantes do curso.

A divisão do trabalho na Escola Nacional reflete algumas das questões sobre as relações de gênero que permeiam o próprio movimento. No MST há discussões e propostas que buscam eliminar a desigualdade existente nas relações entre homens e mulheres. O interessante é perceber como a discussão de igualdade materializa-se nas relações concretas. Já aponte que cada um dos núcleos tem dois coordenadores, um homem e uma mulher. A forma de representação política, que elege sempre um homem e uma mulher, não se restringe apenas aos núcleos do curso de sociologia. Pelo

¹²⁷ A programação com os conteúdos do curso será discutida no final deste tópico.

contrário, tornou-se uma prática comum a todas as instâncias do MST que exigem a representação política dos militantes, como por exemplo, na direção dos acampamentos, na representação política das místicas, etc.

Esta foi uma das maneiras encontradas pelo MST para que as mulheres sempre fossem representadas nas discussões e nas ações práticas do movimento. Existe um discurso que busca eliminar as desigualdades de gênero, mas as interpretações sobre o que seja a igualdade é um pouco diferente da imaginada. No curso de sociologia, as mulheres somavam um total de dez mulheres enquanto os homens vinte e quatro, ou seja, proporcionalmente as mulheres estavam em menor número. Pela lógica exposta acima, no entanto, a divisão de tarefas foi feita levando em conta o gênero e não o número de pessoas. Isto resultou num acúmulo de tarefas para as mulheres, visto que precisavam coordenar os núcleos, participar das equipes de mística e da auto-gestão da escola. Numa das discussões sobre divisão de tarefas, E. colocou que estava sobrecarregada naquele dia e que achava melhor outro companheiro assumir a preparação da mística do dia seguinte. Neste momento M. disse que não era possível, pois a equipe precisa ser composta por uma mulher. E. acabou assumindo esta tarefa. A noção de representação feminina aponta para uma suposta participação igualitária, mas no caso do curso de sociologia implica em sobrecarga, a divisão de tarefas aponta para uma (di)visão tradicional de papéis masculinos e femininos.

A divisão sexual do trabalho está presente também na distribuição das tarefas dentro do núcleo. Na cozinha e na limpeza das áreas comuns as mulheres coordenam o trabalho dos homens, assumindo, na maioria das vezes, as tarefas consideradas mais femininas, como por exemplo, a lavagem da louça ou a limpeza dos banheiros. No entanto, este limite entre assumir as tarefas femininas e “estar sendo explorada” é muito tênue. No núcleo Olga Benário houve um episódio que explicita essa situação. A coordenação e limpeza dos banheiros tanto feminino como masculino era feita pelas mulheres e os homens “ajudavam” na limpeza geral. A partir da segunda semana de curso, os homens do núcleo começaram a “relaxar” e não mais “ajudavam” as mulheres na limpeza dos banheiros. Então, as mulheres se reuniram e decidiram a partir daquele dia só limpariam o banheiro feminino e os homens teriam de se responsabilizar pelo banheiro masculino. Os homens reclamaram, falaram que aquilo era preconceito, mas as mulheres não voltaram atrás. No outro lado da moeda, existiam os trabalhos considerados masculinos. Como por exemplo, trabalhar na horta, carpir o mato dos jardins, cortar a grama e outros trabalhos relacionados à construção da escola eram

feitos pelos homens e as mulheres apenas “ajudavam”, pois estes trabalhos eram considerados “pesados”¹²⁸.

Às treze e trinta reiniciam as aulas do curso que vão até às dezessete e trinta com um intervalo das quinze e trinta às dezesseis horas para o café da tarde. Como já foi dito, a dinâmica e a utilização deste horário depende do tipo de atividade planejada pelo professor. O horário das dezessete e trinta às dezenove horas é relativamente livre. Este período era utilizado principalmente para as reuniões dos núcleos de base que iriam preparar a mística do dia seguinte, para a reunião dos coordenadores de núcleo com a coordenação pedagógica da Escola Nacional, para o jogo de futebol dos homens, para o jogo de vôlei misto, para o banho, conversas no alojamento e descanso em geral.

Os jogos de vôlei mistos, além das idas ao bar no bairro rural mais próximo, era a atividade de lazer que reunia o maior número de militantes tanto dos diferentes cursos, como também os militantes que trabalham na Escola Nacional. Os homens organizavam os times, distribuindo as mulheres de forma proporcional para que os times não ficassem “desequilibrados”, visto que muitas não sabiam jogar. Mesmo assim, nesta atividade, diferente do futebol, existia um esforço para que todos participassem. No início do curso, a maioria das mulheres apenas assistia ao jogo. No entanto, esta situação mudou conforme foram passando os dias e no final desta etapa do curso as mulheres estavam organizando o jogo de vôlei, inclusive sem a presença masculina.

O jantar era servido entre às dezenove e dezenove e trinta horas. O período das dezenove e trinta e vinte horas era destinado à limpeza da cozinha e refeitório para os núcleos de base responsáveis e para o descanso pelos demais núcleos. As atividades após às vinte horas eram muito diversas, dependendo do cronograma dos professores e das atividades programadas pela coordenação da escola. Estes momentos poderiam ser dedicados às leituras de textos indicados pelo professor, palestras com convidados da Escola Nacional, exibição de filmes, preparação da mística ou reuniões de núcleos. Todos estes momentos foram considerados como atividades formais do curso, portanto, obrigatórias. Já as atividades mais lúdicas como rodas de chimarrão, rodas de viola, conversas, namoros ou consumo de bebidas alcoólicas (nestas situações era consumido exclusivamente cachaça) não eram reguladas pela coordenação.

Nas últimas duas semanas do curso os militantes reclamaram das atividades obrigatórias no período noturno, principalmente com relação à exibição de filmes.

¹²⁸ Sobre isto ver Woortmann, E. & Woortmann, K (1997).

Diziam que à noite as pessoas já estavam cansadas e era comum ver grande parte do grupo dormir durante o filme. Os filmes exibidos foram “Terra” (Alexander Dovzhenko, União Soviética: 1930), “Tempestade sobre a Ásia” (Vsevolod Pudovkin, União Soviética: 1928) e “O sonho de Rose” (Tetê Moraes, Brasil: 2000). Acredito que um dos problemas relacionados ao cansaço de ver filmes tem relação com o fato de a maioria dos filmes exibidos ser legendada. Em geral, o grupo sentia dificuldades em fazer a leitura das legendas e acompanhar as imagens ao mesmo tempo. Poucas pessoas falaram abertamente sobre esta dificuldade, mas ela era perceptível. Além disso, os filmes exibidos não causaram grande empolgação entre os militantes. A exceção foi o filme “O Sonho de Rose”, o único que gerou debates após a exibição.

O documentário “O Sonho de Rose” é a continuação de “Terra para Rose”, primeiro documentário da diretora Tetê Moraes sobre a ocupação de um latifúndio no Rio Grande do Sul, na fazenda Annoni, um dos marcos de surgimento do MST. O filme “O Sonho de Rose” mostra como vivem hoje algumas das mil e quinhentas famílias que participaram desta ocupação. Ele parte de histórias pessoais para montar a trajetória do grupo: alguns abandonaram o MST no meio do caminho, outros foram bem-sucedidos com suas cooperativas. O interessante do filme é descobrir o destino da família de Rose, mulher que participou da ocupação da Fazenda Annoni, em 1985, com o marido, e teve um destino trágico. Depois de ter um filho, o primeiro bebê nascido no acampamento, Rose foi atropelada por um caminhão, acidente que depois foi apurado como criminoso. Depois deste episódio trágico, a família de Rose não ficou no assentamento. O marido, desanimado, perambulou desempregado, com os filhos. A filmagem de “O Sonho de Rose”, porém, motivou uma discussão posterior entre os próprios personagens do filme, ou seja, entre os assentados sem-terra que buscaram uma solução junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), levando-o recentemente, a assentar a família de Rose.

A trágica história de Rose e sua família causaram comoção e vergonha aos militantes que assistirão ao filme. Muitos militantes se manifestaram dizendo que o MST errou ao não apoiar a família de Rose deixando-a ir embora do acampamento. C¹²⁹, militante do Rio Grande do Sul que participou do curso de sociologia, era uma das acampadas na fazenda Annoni e aparece no filme contando sua história de vida. Ela chorou durante e depois da exibição do filme, contando sobre como foi a ocupação, as

¹²⁹ C. é assentada, pedagoga do MST. Atua na secretaria estadual do MST/Rio Grande do Sul coordenando as escolas itinerantes e a educação de jovens e adultos do movimento.

dificuldades daquele período e ressaltou: “*realmente, o movimento, nós, falhamos com a família da Rose*”. A¹³⁰, também militante do Rio Grande do Sul, explicou que depois deste vídeo, o MST reviu sua posição e instituiu uma norma que diz “*todas as famílias de militantes que tombaram na luta tem prioridade nas listas para assentamentos*”. Esta é uma forma de garantir que as famílias dos militantes que são assassinados tenham prioridade nos assentamentos e nas linhas de crédito rural. A. ainda disse que depois do vídeo o MST procurou se aproximar da família de Rose, hoje assentada, e que um dos filhos dela entrou para o movimento e está cursando medicina em Cuba.

Resumo das atividades e horários:

Horários	Atividades	Tipos de Atividades
7:00 às 7:30hs	Café da Manhã	Atividade Coletiva
8:00 às 8:30hs	Mística	Atividade Coletiva
8:30 às 9:00hs	Atividade de leitura	Núcleos de base
9:00 às 12:00hs	Aulas	Turma do curso de sociologia
12:00 às 12:30hs	Almoço	Atividade Coletiva
12:30 às 13:30hs	Atividades de auto-gestão da escola e descanso	Núcleos de base e atividades individuais
13:30 às 17:30hs	Aulas	Turma do curso de sociologia
17:30 às 19:00hs	Atividades de auto-gestão da escola, descanso e atividades recreativas.	Núcleos de base, atividades coletivas e individuais
19:00 às 19:30hs	Jantar	Atividade Coletiva
19:30 às 20:00hs	Atividades de auto-gestão da escola e descanso	Núcleos de base, atividades individuais
20:00 às 22:30hs	Atividades de leitura dos núcleos de base, palestras ou exibição de filmes	Núcleos de base e atividades da turma do curso de sociologia

No quadro apresentado sobre a rotina diária de horários e atividades da Escola Nacional os fins de semana (sábado e domingo) possuem algumas peculiaridades. Os horários das refeições e as atividades de limpeza do refeitório e cozinha permanecem os mesmos dos dias de semana. No sábado pela manhã eram realizadas atividades referentes ao curso de sociologia, sejam aulas formais, leituras ou preparação de

¹³⁰ Na época da pesquisa A. atuava no setor de frente de massas do Rio Grande do Sul. Nesta etapa do curso foi convidado pela coordenação da Escola Nacional para contribuir na escola e aceitou, pois estava descontente com a linha política do movimento em seu estado. Hoje, trabalha na ENFF.

seminários. Sábado à tarde é realizado o “multirão de limpeza” da escola. Todos, sejam alunos dos cursos ou militantes que trabalham na escola, são convocados a colaborar na faxina que pode ir desde a limpeza de vidros e lavagem das salas de aula até a construção de uma parede ou pintura de uma sala. O multirão de limpeza foi uma das situações de pesquisa mais descontraídas que encontrei. No “multirão” também é feita uma divisão de equipes diferentes dos núcleos de base. As pessoas são divididas conforme a vontade de realizar as tarefas propostas, levando em conta as aptidões para o trabalho a ser realizado. Por exemplo, num dos multirões, era preciso limpar a horta, capinar o terreno e limpar os alojamentos que não estão sendo utilizados. Os três grupos foram formados conforme a vontade de cada um dos militantes. Ofereci-me para capinar o terreno, então M¹³¹, disse: “*Mas você sabe carpir?*”, respondi que não e todos começaram a rir. M. então concluiu, “*Ta bom, então você vai e ajuda fazendo alguma coisa*”. Enquanto algumas pessoas capinavam outras passavam o rastelo. Tentei fazer esta última, mas minha falta de prática causou muitas risadas. Os integrantes deste grupo contaram para todos sobre minha falta de habilidade e fui motivo de piadas por quase uma semana.

Além dos multirões, nos fins de semana os alunos dos cursos são responsáveis por fazer a “segurança” da escola e preparar o jantar de domingo. Assim, como nos acampamentos do MST, a ENFF organiza as chamadas equipes de segurança que são responsáveis por monitorar as entradas e saídas dos militantes da escola e também, não permitir a entrada de pessoas estranhas ao movimento. Esta preocupação é tanto para prevenir possíveis assaltos à escola como também ataques de fazendeiros ou da própria polícia. G., coordenador pedagógico da escola, relatou que existe uma prática comum entre os fazendeiros que é entrar nas “áreas do MST”, principalmente nos acampamentos, e esconder objetos roubados ou drogas ilícitas. “*Aí, eles denunciam para a polícia. Eles fazem isto para nos desmoralizar e também para a gente ir preso né!*” (G., coordenador pedagógico da escola). A fala enfatiza a preocupação que percebi ser de grande parte dos militantes. Nos dias de semana a equipe de segurança é fixa, ou seja, existem três sem-terra da equipe da escola que fazem esta função. Nos fins de semana as equipes de segurança são formadas pelos núcleos de base da escola.

Essas atividades são feitas em sistema de rodízio entre os núcleos de base, desta forma, geralmente os núcleos trabalham nestas atividades um fim de semana e folga no

¹³¹ Coordenador regional da frente de massas do Distrito Federal.

outro. Além disso, os coordenadores fazem uma escala de mais ou menos três horas por núcleo, assim, estas atividades não são consideradas pelo grupo como desgastantes, “desgastante mesmo é estudar”, “ficar sentado na sala de aula”. Depois de cumpridas estas tarefas, os militantes estão liberados, ou seja, sábado à noite e domingo é possível sair da escola. As principais atividades desenvolvidas pelos alunos nestes períodos foram as festas e churrascos realizados na própria escola, idas ao bar próximo, rodas de viola e chimarrão e consumo de bebidas alcoólicas dentro da própria escola¹³².

Durante a segunda etapa do curso, que durou um mês, foram realizadas duas grandes confraternizações na escola. A primeira foi um churrasco organizado pela direção da Escola Nacional na primeira semana do curso. A segunda foi uma festa organizada pelos militantes do curso de sociologia para comemorar o aniversário de três pessoas, E., membro da coordenação estadual MST/PR, G., militante que atua no ITEPA (Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária) e eu. Nas duas confraternizações foram arrecadados previamente contribuições para a compra de comida e bebidas. A contribuição era sempre voluntária. Cada militante deu a quantia de dinheiro que dispunha. Os militantes assentados foram os que mais contribuíram financeiramente com as “festas”, visto que, comparados aos acampados, possuem uma renda maior.

Como foi possível perceber pela descrição feita acima, praticamente todas as horas úteis do dia, toda a rotina, é regulada pela programação das aulas e das atividades de auto-gestão da escola. Isto se justifica pelo fato de que a ENFF, além de proporcionar a educação teórica formal, também tem o objetivo de “formar” o militante sem-terra. O ritmo intenso da programação é considerado cansativo pelos militantes não pela quantidade de atividades diárias, mas pelo ritmo das aulas e leituras. A maioria dos militantes que participaram do curso de sociologia estão acostumados com a rotina sempre cheia de atividade, pois vivem estas experiências no seu cotidiano, seja nos acampamentos, assentamentos ou secretarias do movimento. O que cansa não é quantidade de atividades, mas o tipo de atividade a ser realizada. Tanto que os militantes reclamavam muito mais do cansaço durante as aulas e atividades de leitura, do que trabalhando um dia todo na horta.

¹³² Depois de terminada a pesquisa fiquei sabendo que o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências da ENFF foi proibido pela coordenação pedagógica.

A regulação do tempo, dos conteúdos e das atividades lúdicas do curso é importante, do ponto de vista da coordenação pedagógica, pois colocam em ação alguns dos princípios de educação forjados pelo MST. Os períodos alternados de aulas e auto-gestão são uma tentativa de colocar em prática o princípio de que a educação deve necessariamente combinar “prática e teoria”, ou seja, deve combinar processo de ensino que tenha a realidade como base da produção de conhecimento e conteúdos socialmente úteis para o trabalho prático da militância. A programação das aulas e as atividades de auto-gestão impõem uma rotina que é familiar à maioria dos militantes. Assim, diferente do que possa parecer, o ritmo do curso é prazeroso. Se a semana foi um pouco cansativa, existe a expectativa dos fins de semana. Já outros, reclamaram que nos fins de semana deveria haver mais atividades formais, pois assim aproveitariam melhor o curso. Escutei esta reclamação várias vezes nas atividades informais dos fins de semana.

Além disso, a coordenação pedagógica da Escola Nacional instituiu no curso de sociologia dois mecanismos que proporcionam tanto a avaliação individual dos alunos como a avaliação da escola¹³³. A primeira é uma avaliação individual de cada militante que participa do curso. Esta avaliação é feita pela coordenação pedagógica da escola juntamente com o representante pedagógico dos alunos. Nela os alunos são avaliados individualmente. No início do curso é feita uma análise geral do aluno, levando em conta seu “comprometimento” com a militância e seu nível de conhecimento teórico. No final de cada etapa do curso o aluno é avaliado novamente. Desta forma, a coordenação pedagógica “mede” os progressos que o militante teve durante cada uma das etapas do curso. Não tive acesso a maiores detalhes do funcionamento desta avaliação. Por sua vez, os alunos, no final de cada etapa do curso realizaram uma avaliação coletiva do curso, dos professores, da coordenação pedagógica, dos colegas militantes e de si próprio, este método de avaliação é denominado pelo MST de crítica e auto-crítica. No curso de sociologia esta avaliação foi feita nos núcleos de base e cada núcleo produziu um relatório que depois foi lido na plenária final, que contou com a presença dos militantes e da coordenação pedagógica do curso¹³⁴.

Quanto à programação do curso e de seus conteúdos reproduzo abaixo a proposta entregue as militantes:

¹³³ Não obtive informações sobre a aplicação deste método em outros cursos da Escola Nacional.

¹³⁴ Esta avaliação será discutida no final do próximo tópico.

Curso de Sociologia Rural
Escola Nacional Florestan Fernandes
Segunda Etapa – 04 a 24 de Fevereiro de 2006

Dias	Conteúdos	Assessores	Atividades /Noite
04/02	Chegada na Escola Nacional	Coordenadores da Escola Nacional	
05/02	Discussão sobre organicidade/Proposta do Curso	Coordenadores pedagógicos da Escola Nacional	
06 a 09/02	Marxismo e questão agrária	Marcelo Buzetto e Luciana Santos (mestres em Sociologia, professores de instituições privadas no estado de São Paulo. Colaboradores do MST)	Filme: O Sonho de Rose – Tetê Moraes, Brasil: 2000
09/02	Debate sobre a conjuntura agrária	João Pedro Stédile (Especialista em Economia, dirigente nacional do MST)	
10 e 11/02	Origens, Desenvolvimento e Contradições do Cooperativismo: do socialismo utópico à economia solidária	Coordenadores pedagógicos da Escola Nacional	11/02 Debate conjuntura internacional com José Reinaldo Carvalho (vice-presidente do PC do B)
13 e 14/02	A “agricultura familiar” no processo de expansão mundial do capitalismo	Clauss Germer (Doutor em Economia e professor da UFPR)	
15/02	Seminários		
16 a 18	A questão agrária nas Revoluções do século XX – I – A questão agrária na Revolução Russa	João Quartim de Moraes (Doutor em Ciências Políticas e professor da Unicamp)	Filme: Terra – Alexander Dovzhenko, União Soviética: 1930
20 e 21/02	A questão agrária na Revolução Chinesa	José Mao Júnior (Doutor em História Econômica e professor da Universidade de Guarulhos)	Filme: Tempestade sobre a Ásia – Vsevolod Pudovkin, União Soviética: 1928
22 e 23/02	A ofensiva do capital no campo	Rogério Mauro (Economista e dirigente nacional do MST)	
24/02	Avaliação/Síntese do Conteúdo	Coordenadores da ENFF	

A programação do curso de sociologia deixa claro que existe uma preocupação de coordenação pedagógica em mesclar professores renomados com dirigentes nacionais do movimento. Importante destacar que todos os chamados “assessores” (professores) do curso possuem curso superior. Interpreto o quadro de professores classificando-os em três categorias básicas, os “dirigentes”, os “colaboradores” e os “intelectuais”.

Chamo de dirigentes os coordenadores pedagógicos da Escola Nacional, João Pedro Stédile e Rogério Mauro, pois atuam como dirigentes do MST e assim são compreendidos pelos militantes do curso. Importante ressaltar que além de dirigentes do MST eles também são economistas ou pedagogos (coordenadores pedagógicos). Vários dirigentes nacionais do movimento possuem curso superior, no entanto, este fato não é exaltado pelos mesmos nos eventos e discursos públicos. Mas é significativo que no curso de sociologia do MST, principalmente entre os dirigentes, todos sejam graduados pela educação formal.

Marcelo Buzetto e Luciana Santos, ambos Mestres em Sociologia, são professores de instituições privadas no estado de São Paulo e Colaboradores do MST. Luciana entrou em contato pela primeira vez com o MST na época de sua pesquisa de conclusão de curso e segundo ela *“depois, nunca mais consegui me afastar do movimento”*. Marcelo e Luciana são considerados “colaboradores”, pois dão assessoria voluntária constante à Escola Nacional, principalmente nos cursos ligados às áreas humanas, segundo Luciana. José Mao Junior, Doutor em História Econômica e professor da Universidade de Guarulhos, apesar de não ter um contato tão intenso com o MST, assim como Marcelo e Luciana, mantém relações de proximidade e simpatia com o movimento há algum tempo e por isso foi indicado por Marcelo para falar sobre “A questão agrária na Revolução Chinesa”. Assim como Marcelo e Luciana, Mao também pode ser chamado de colaborador, pois além de possuir relações com o movimento, construiu uma relação com os alunos que o caracterizou desta forma. Chamo de colaboradores aqueles professores que assumem uma posição intermediária entre o que chamei de dirigentes e intelectuais. Eles não são dirigentes do movimento, mas conhecem a estrutura organizativa e a forma de funcionamento do mesmo e por isso, estabelecem facilmente uma relação de proximidade com os alunos. Ao mesmo tempo que não são dirigentes, também não são visto como intelectuais, quando comparados aos professores das universidades públicas. Diferente do que possa parecer estes professores não estão no “limbo”, pelo contrário, o conhecimento sobre o MST os

credita frente aos alunos que sempre se referiram a eles com muita admiração. Esta posição intermediária refletia-se também durante as refeições e os momentos de lazer, pois nestas situações os colaboradores estavam ora com a coordenação pedagógica da escola, ora com os militantes.

Por fim, classifiquei Claus Germer e João Quartim de Moraes como “intelectuais” levando em conta duas questões que distinguem estes professores dos demais apresentados. Primeiro, eles foram apresentados pelos coordenadores pedagógicos da escola aos militantes como “intelectuais”, diferente de Marcelo Buzeto, Luciana Santos e José Mao Júnior que foram chamados de professores colaboradores ou assessores ou de João Pedro Stédile e Rogério Mauro, que não precisaram de apresentações prévias. A segunda questão que distingue os intelectuais dos demais professores diz respeito ao tipo de relação estabelecida com os militantes/alunos do curso. Esta relação foi sempre mediada pelos coordenadores pedagógicos da Escola Nacional, seja nas refeições, nos intervalos das aulas ou nos momentos de lazer. Não presenciei, nem fiquei sabendo de nenhum contato destes professores com os militantes fora dos períodos de sala de aula. Comparadas às relações estabelecidas entre os militantes e os professores colaboradores e entre militantes e dirigentes, estas foram bem mais limitadas.

A presença de dirigentes, professores colaboradores e intelectuais, todos qualificados pela educação formal, aponta que na elaboração da programação do curso de sociologia existiu uma preocupação da coordenação pedagógica da escola em mesclar diferentes perspectivas e temáticas. Além, é claro, do fato que a presença de intelectuais é uma forma de valorizar a Escola Nacional, tanto “para dentro” do movimento como “para fora”.

Relação dos textos indicados para leitura por cada um dos professores:

Professor/Assesor	Tema	Bibliografia
Marcelo Buzetto (PUC/SP) e Luciana Santos	Marxismo e questão agrária	<ul style="list-style-type: none"> - MARX, K. 1973. <i>A nacionalização da terra.</i> - ENGELS, F. s/d. <i>A questão camponesa em França e na Alemanha.</i> - KAUTSKY, K. 1986. <i>A questão agrária</i> (alguns trechos). - LÊNIN, W. I. 1980. <i>Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.</i> - LÊNIN, W. I. 1983. <i>Programa agrário da social-democracia Russa.</i>
João Pedro Stédile (MST)	Debate sobre a conjuntura agrária	Não indicou bibliografia. A aula foi apenas expositiva.
Coordenadores pedagógicos da Escola Nacional (MST)	Origens, Desenvolvimento e Contradições do Cooperativismo: do socialismo utópico à economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> - STÉDILE, J. P. s/d. De que programa agrário precisamos? - STEFANO, F. s/d. O retorno da Agroceres. - ZEPPER, P. s/d. Executivo da Basf dá sua receita para o fim da crise do campo e garante que o País será o maior na energia vegetal.
Claus Germer (UFPR)	A “agricultura familiar” no processo de expansão mundial do capitalismo	<ul style="list-style-type: none"> - GERMER, C. s/d. <i>A estrutura de classes na agricultura brasileira.</i> - GERMER, C. 2002. <i>A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola.</i> - GERMER, C. s/d. <i>Perspectivas da lutas sociais agrárias nos anos 90.</i> - MAURO, R. 1999. <i>A estrutura de classes na agricultura brasileira.</i>

João Quartim de Moraes (Unicamp)	A questão agrária nas Revoluções do século XX – I – A questão agrária na Revolução Russa	- STALIN, J. V. 1927. <i>Acerca de las tres consignas fundamentales del partido sobre la cuestion campesina.</i>
José Mao Júnior (Universidade de Guarulhos)	A questão agrária na Revolução Chinesa	TSE-TUNG, M. 1927. Relatório sobre uma investigação feita no Hunan a respeito do movimento camponês. - LIMA, H. s/d. Mao Zedong na História da China. - MAO, J. s/d. Trajetória e conjuntura atual econômica da República Popular da China.
Rogério Mauro (MST)	A ofensiva do capital no campo	Não indicou bibliografia. A aula foi apenas expositiva.

Todos os professores do curso de sociologia utilizaram o recurso da aula expositiva. Marcelo Buzetto, Luciana Santos, Claus Germer, José Mao Júnior e os Coordenadores da ENFF no tema “Origens, Desenvolvimento e Contradições do Cooperativismo: do socialismo utópico à economia solidária”, indicaram bibliografias que foram lidas pelos núcleos de base durante as aulas, num tempo exclusivo para esta atividade.

Como indiquei no quadro acima, João Pedro Stédile e Rogério Mauro, dirigentes nacionais do MST, não indicaram nenhuma bibliografia ou cartilha como complemento ou orientação para suas aulas. Apenas com aulas expositivas, as atividades realizadas por estes dois dirigentes foram muito parecidas com as palestras e conferências realizadas nos “eventos de formação de massas”¹³⁵, tanto com relação à forma como ao conteúdo. No entanto, diferente dos “eventos de formação”, houve espaço para as discussões e perguntas dos militantes. Em formato de palestra, Stédile falou sobre o tema “Debate sobre a conjuntura agrária” e Rogério Mauro sobre “A ofensiva do capital no campo”. Os conteúdos destas duas aulas foram muito semelhantes entre si e praticamente idênticos aos das cartilhas “A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira” (2006), “A Natureza do Agronegócio no Brasil” (2006) e “O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária” (2004)¹³⁶.

¹³⁵ Conforme exemplifiquei no Capítulo III.

¹³⁶ O Capítulo II trata especificamente deste tema e analisa individualmente cada uma destas cartilhas.

Quanto à participação dos militantes, o interesse demonstrado não se referia propriamente aos conteúdos expostos pelos dirigentes, mas, sim, às novidades e informações sobre o andamento das “lutas” de forma geral. Tanto que as perguntas feitas nas aulas giravam em torno de informes sobre a situação de regularização de terras de determinados acampamentos, sobre como estava funcionando o movimento em determinado estado ou região do País. M., coordenador geral da frente de massas do Distrito Federal, chegou a afirmar em uma de nossas conversas que estava cansado de ouvir o Stédile falar e que ele achava que os coordenadores pedagógicos deveriam ter trazido outra pessoa para falar sobre conjuntura agrária. M., estava cansado de ouvir Stédile, pois participa de praticamente todos os eventos públicos do MST e nestes eventos Stédile está presente. Assim, M. já conhece, mesmo que de uma forma geral, as posições deste dirigente.

As aulas dos professores Marcelo Buzetto, Luciana Santos, Claus Germer e José Mao Júnior foram as mais produtivas do ponto de vista dos militantes. Nestas, intercalavam-se aulas expositivas e atividades de leitura dos textos nos núcleos de base.

Numa das aulas de Luciana Santos, foi destinado o período das quinze e trinta a dezessete e trinta para a leitura do texto “Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura” (Lênin, 1980) que seria discutido na manhã seguinte. Como era comum, o núcleo *Olga Benário* iniciou a leitura coletiva. A cada uma ou duas páginas lidas parava-se a leitura e o grupo discutia o que tinha entendido, qual eram as dúvidas etc. Em determinado momento da leitura e discussão, M., coordenador regional da frente de massas do Distrito Federal e F., estudante universitário divergiram sobre a interpretação do texto. Ficaram vários minutos discutindo, cada um falando como tinha compreendido determinado parágrafo. Os outros integrantes do núcleo não se manifestaram até o momento em que J., coordenador do núcleo, colocou que achava melhor levarmos a discussão para a sala de aula, visto que os dois não haviam chegado a uma conclusão. Todos concordaram.

Naquela noite, depois do jantar, encontrei M. relendo o texto. Ele me perguntou sobre alguns termos e palavras que não tinha compreendido. Conversamos um pouco e lhe sugeri que fosse dormir, pois já era tarde da noite. M., de pronto, me disse: “*Eu não. Agora vou ler este texto até entender tudo. Tenho que me desafiar*”. Esta fala revela dois aspectos que considero importantes. O primeiro diz respeito à idéia de “se desafiar”, categoria bastante utilizada pela militância sem-terra. A militância é chamada

a desafiar-se para a realização de tarefas que não possuem experiência, seja nos acampamentos ou assentamentos. Com relação à educação também encontrei esta categoria. Desafiar-se nos estudos significa buscar aprender coisas novas, esforçar-se para concluir o ensino formal e também os cursos de formação política do movimento. M. se desafiou e, depois de nossa conversa M., releu mais quatro vezes o referido texto, conforme me disse no dia seguinte. O outro aspecto que considero importante neste episódio não é tão explícito. A falta de entendimento entre M. e F. não diz respeito apenas ao texto. Da perspectiva dos militantes sem-terra que compunham o núcleo Olga Benário, F. era muito “auto-suficiente”. A auto-suficiência pode ser comparada à arrogância, a falta de solidariedade ou prepotência, todos defeitos considerados graves pela militância. Acredito que F. foi considerado auto-suficiente porque durante as leituras buscava explicar os textos para os militantes da mesma forma que os professores na sala de aula, ou seja, estabelecia uma relação mais próxima da hierarquia do que do diálogo. Confesso que poderia ter contribuído mais com as discussões realizados no núcleo, mas muitas vezes me senti intimidada com a postura de F. e pensava: não é desta forma que eu quero que os militantes me vejam. A auto-suficiência de F. causava reações diversas entre os integrantes do núcleo. E., membro da direção estadual do MST/PR me disse que se sentia intimidada por F. e que não gostava de colocar sua opinião na frente dele, pois se sentia sendo avaliada o tempo todo. Já M., naquela situação descrita acima, sentiu-se desafiado pela auto-suficiência de F. e releu o texto até compreendê-lo.

O “ser desafiado” ou “se desafiar” é uma categoria importante dentro do movimento sem-terra, pois opera como instrumento pedagógico na formação política e educacional dos militantes. Ao se desafiar, o militante educa-se, ou seja, ao acionar esta categoria, os militantes estão formando-se na e para a luta no MST. Neste sentido a concepção de desafio tem relação com a de luta.

Por fim, as aulas do professor João Quartim de Moraes foram interpretadas como um tanto confusas pelos militantes do curso. A temática trabalhada foi “A questão agrária nas Revoluções do século XX – I – A questão agrária na Revolução Russa” e a bibliografia indicada contou apenas o texto “Acerca de las tres consignas fundamentales del partido sobre la cuestion com campesina” (STALIN, 1927). A primeira tarde do dia dezesseis, primeiro dia de aulas do professor João Quartim, foi destinada à leitura do texto indicado. Infelizmente, a indicação de um texto escrito em espanhol dificultou a leitura por parte dos militantes, causando inclusive um desânimo na maioria deles. No

núcleo *Olga Benario* tentamos fazer uma leitura coletiva. M., coordenador regional da frente de massas do Distrito Federal, M., coordenador do setor de cultura MST/RO, F., estudante universitário e eu tentamos ler e traduzir simultaneamente cada parágrafo do texto. A tentativa não foi bem sucedida. Os militantes incomodados com aquela situação acabaram desistindo da leitura no meio do texto e decidiram que, quem não quisesse, não precisaria ficar até o fim da leitura. Além dos “tradutores”, apenas J., coordenador do núcleo, acompanhou a leitura até o final. Os outros militantes foram para os alojamentos.

A indicação de um texto em espanhol contrariou um pouco as expectativas dos militantes, no entanto, foram as aulas expositivas do professor João Quartim que causaram maior desconforto. A metodologia utilizada pelo professor priorizou a indicação de fontes bibliográficas e a sua crítica a elas, em detrimento da explicação do conteúdo proposto. Posso dizer pela minha experiência como universitária que a falta de contextualização dos conteúdos dificulta a apreensão dos mesmos. Os militantes ficaram um pouco perdidos frente aos autores e às críticas que João Quartim apresentava, principalmente porque os apresentava de forma rápida, sem dar tempo para as reflexões e sem oferecer nenhum texto de referência.

No final das aulas, no refeitório ou no alojamento, os militantes costumavam comentar o que tinham achado das aulas daquele dia. Todas as mulheres estavam no alojamento depois do primeiro dia de aula do professor João Quartim quando alguns outros militantes chegaram. A., coordenador do setor de frente de massas do RS, chegou e foi logo dizendo: “gente, essa aula eu não entendi nada. A cada minuto o professor indicava um texto que ele disse que era importante. Mas sobre a revolução russa ele não falou”. Em seguida M., coordenador regional da frente de massas do Distrito Federal disse: “o professor é muito inteligente, dá para ver, mas o problema é que ele não sabe passar as informações”. Alguns concordaram com a colocação de M., outros não. Mas o consenso naquele momento foi que todos tiveram dificuldades de entender as explicações do professor.

Como já havia mencionado anteriormente, existiram dois mecanismos de avaliação que cumprem a função de avaliar tanto os alunos como a própria Escola Nacional. A avaliação individual dos militantes é feita pela coordenação pedagógica da escola juntamente com o representante pedagógico dos alunos. No início do curso é feita uma análise geral do aluno pela coordenação pedagógica da escola, levando em

conta seu “comprometimento” com a militância e seu nível de conhecimento teórico. No final de cada etapa do curso o aluno é avaliado novamente pela coordenação pedagógica com o auxílio do representante pedagógico dos alunos. Desta forma, a coordenação pedagógica “mede” os progressos que o militante teve durante cada uma das etapas do curso. Além disso, os militantes levam para casa tarefas que deveriam ser realizadas no chamado tempo comunidade e enviadas para a Escola Nacional. A coordenação pedagógica da escola definiu as tarefas do tempo comunidade e as entregou aos militantes. Conforme a reprodução abaixo:

O Objetivo do Curso de Sociologia Rural se coloca dentro dos marcos dos objetivos gerais da ENFF que é a Formação de Quadros para o processo de transformação do País.

Tendo em vista este objetivo, a apropriação do conhecimento é condição fundamental para que possamos ter um instrumental de análise da nossa realidade e transformá-la. Isso posto, a metodologia da Escola, traz em sua essência, o estudo, o conhecimento científico como fundamento do seu processo de aprendizagem, seja no espaço da ENFF e fora dele, o que chamamos Tempo Comunidade.

O Tempo Comunidade é, pois, parte importante e fundamental do processo de aprendizagem do conjunto do curso, e garantir essas tarefas que hora apresentaremos, fazem parte do nosso compromisso com nossas Organizações no sentido de qualificar a nossa ação revolucionária.

Tarefas: 1. Trazer em mãos, digitado ou manuscrito, o Projeto de Pesquisa definindo Objeto, Objetivos e Metodologia. 2. Fazer leitura dos textos do Ariovaldo Umbelino e do Claus Germer, sintetizando do texto as idéias principais, em seguida, as idéias discordantes entre os dois autores e por último as considerações individuais. 3. Fazer uma pesquisa no seu assentamento, acampamento, ou comunidade e o município para subsidiar um seminário que realizaremos na próxima etapa: a) pesquisar a estrutura de classes do seu município. b) pesquisar se existe trabalho assalariado no seu assentamento, acampamento ou comunidade. Todo material deverá ser enviado para ENFF.

Quanto a estas tarefas, posteriormente tive contato com alguns militantes do curso que me informaram que elas praticamente não foram realizadas no período determinado pela escola (tempo comunidade). Não tive acesso a maiores detalhes do funcionamento desta avaliação.

Por sua vez, os militantes, no final de cada etapa do curso realizaram uma avaliação coletiva do curso, dos professores, da coordenação pedagógica, dos colegas militantes e de si próprios, este método de avaliação é denominado pelo MST de “crítica e auto-crítica”. No curso de sociologia esta avaliação foi feita nos núcleos de base e cada núcleo produziu um relatório que depois foi lido na plenária final que contou com a presença dos militantes e da coordenação pedagógica do curso.

O núcleo *Olga Benário* fez esta avaliação de forma rápida, demorando em torno de uma hora. Diferente do núcleo Roseli Nunes, por exemplo, que se reuniu durante três horas. Nesta avaliação, os militantes do núcleo *Olga Benário* enfocaram principalmente a auto-avaliação e fizeram pequenas críticas ao professor João Quartim de Moraes. Os militantes detiveram-se a se auto-avaliar, auto-criticar. Durante a avaliação C., acampado e membro da direção estadual do MST/GO, falou que ele não tinha o que avaliar da escola nem dos professores. O que poderia dizer era sobre ele mesmo. *“Não posso falar dos outros, tenho que falar de mim. Sei que não me dediquei o suficiente, deveria ter me esforçado mais. Essa é a crítica que eu posso fazer”*. A fala de C. representa bem a postura incorporada pelo núcleo. Todos fizeram uma avaliação sobre sua própria postura, umas mais, outras menos negativas. A exceção foram as críticas feitas ao professor João Quartim de Moraes. A turma foi unânime em afirmar que as aulas deste professor foram muito confusas, que ele não era didático e nem se preocupou em ser. M., coordenador regional da frente de massas do Distrito Federal relacionou estas características do professor à forma de educação das escolas regulares: *“A maioria dos professores são assim mesmo, nem se preocupam se você está entendendo. É por isso que deixei de estudar e só faço os cursos do movimento. Os professores do MST são muito melhores”*. Os militantes que expuseram sua opinião também concordaram com a fala de M. No fim a avaliação “crítica e auto-crítica” do núcleo *Olga Benário* acabou enfocando apenas estes aspectos.

A ENFF e o Curso de Sociologia

O programa do curso de sociologia rural foi elaborado pelos professores e pela coordenação pedagógica para orientar tanto as aulas expositivas como o estudo individual (que praticamente não existiu) e as atividades de estudo e leituras coletivas realizadas nos núcleos de base. O programa fornece as bibliografias e fixa os temas, orientando uma forma de apreensão dos conteúdos e textos. Além disso, conforme exposto acima, o programa regula a forma de se conduzir os estudos, determinando o tempo que deverá ser gasto para cada atividade, seja a leitura de um texto ou um debate. No caso das leituras coletivas, realizadas no núcleo de base *Olga Benário*, recomendava-se que os militantes parassem a leitura de tempos em tempos para discutir ou explicar para os companheiros os termos ou trechos considerados mais difíceis. Esta metodologia proporciona que os militantes busquem realmente compreender o texto,

sendo eficaz na maioria das vezes em que estive presente. Nas semanas iniciais esta metodologia funcionou com maior eficácia, os militantes estavam mais dispostos e praticamente todos discutiam sobre os conteúdos lidos. Na última semana do curso, os militantes estavam visivelmente cansados, especialmente para a leitura e discussão dos textos. Mesmo assim as leituras continuaram, no entanto, apenas alguns militantes, principalmente M., coordenador regional da frente de massas do Distrito Federal e M., coordenador do setor de cultura MST/RO propunham-se a discutir os conteúdos.

Quanto à bibliografia, existem alguns títulos que correspondem aos conteúdos básicos, que vão sendo confirmados em todos e qualquer curso independentemente do tipo de militante a que são dirigidos. Pela programação do curso de sociologia percebo que existem autores que também corresponderiam a uma “biblioteca básica” do MST. Marx, Engels, Lênin, Kautsky são autores que estão presentes em praticamente todos os cursos de longa duração que discutem as questões rurais, independente de serem cursos livres, de graduação ou especialização. Além, é claro, dos textos produzidos pelas direções do movimento, como os de João Pedro Stédile. Estes autores são comuns a todos os cursos independente dos níveis, pelo menos daqueles que tive conhecimento como o de Pedagogia da Terra, Agroecologia, Economia Política na Agricultura e Gestão em Organizações Sociais e Cooperativas. Dentre os inúmeros títulos produzidos por estes autores, os que tive acesso durante o curso e me pareceram mais comuns são: “O Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels; “Sobre a nacionalização da terra”, de Marx; “Sobre a questão camponesa em França”, de Engels; “A questão agrária”, de Kautsky; “Programa agrário da social-democracia Russa” e “O desenvolvimento da agricultura nos Estados Unidos”, de Lênin; e as cartilhas “O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos” (MST) e “O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária” (Stédile e Oliveira). Quanto aos textos de Marx, Engels, Kautsky e Lênin, segundo relatos dos coordenadores pedagógicos do curso de sociologia, a escolha está relacionada ao fato de que existem poucos textos que falam especificamente sobre o campesinato escritos por autores considerados “clássicos” para o pensamento marxista.

No entanto, é interessante perceber que se opta pela escolha de pequenos textos destes “clássicos”, nunca as obras inteiras, com exceção do “Manifesto do Partido Comunista”, que foi lido na primeira etapa do curso de sociologia. Esta opção, que é da coordenação pedagógica e dos professores, de suprimir ou recortar as obras originais possui o objetivo de torná-las mais acessíveis. Era comum no curso de sociologia os

militantes transporem de imediato os conteúdos dos textos para a sua realidade local, sem mediações. A própria proposta pedagógica do MST, na qual o saber tem de estar ligado à ação reforça esta tendência. Desta forma, o conhecimento pode ser interpretado apenas como o resultado das experiências práticas e os textos tornam-se em alguns casos apenas um exemplo que deve ser transposto para a realidade. Por outro lado, o fato do curso de sociologia ser “livre”, ou seja, não ter o objetivo de graduar formalmente os militantes, proporciona que os militantes tenham maior liberdade de interpretação dos textos, não existindo uma preocupação rígida, por parte dos coordenadores, de impor uma única forma de interpretar os textos.

G., assentado e coordenador regional do setor de frente de massas, relatou um episódio muito interessante que diz sobre a utilização dos textos lidos nos cursos do MST e sua relação com a prática cotidiana da militância. A situação foi a seguinte: estava ele e mais três militantes do MST coordenando uma ocupação de terra na região oeste do estado do Paraná. A ocupação já tinha mais de três meses e eles (os coordenadores) estavam tranquilos, pois os donos da fazenda ainda não haviam pedido a reintegração de posse. Numa noite estavam todos em seus barracos quando receberam uma ligação de um informante dizendo que na manhã seguinte a polícia iria cumprir um mandado de reintegração de posse. Segundo G., naquele momento todos ficaram desesperados e não sabiam o que fazer. Foi então que G. lembrou-se de um texto que havia lido num curso do movimento. Ele, me contando este fato, de disse assim: *“Na hora eu lembrei do texto “A arte da guerra” (Mao Tse-Tung) e falei para os companheiros: tem um texto que pode nos ajudar. Ai nós reunimos o pessoal da frente de massas e fomos para o barraco para ler o texto. Passamos a noite toda lendo e preparando a nossa resistência”*. Conforme me disse, eles utilizaram as informações contidas naquele texto para resistir à reintegração de posse e pelo menos naquela circunstância foram vitoriosos, pois a polícia não conseguiu cumprir o mandado.

Lembremos o que disse G., coordenador pedagógico da ENFF, no início deste capítulo sobre os objetivos da escola: *“a escola tem o objetivo de formar seus próprios intelectuais que sejam ao mesmo tempo militantes do movimento”*. É claro que os cursos de formação política livres, assim como o de sociologia, buscam um objetivo maior que é de diluir as diferenças entre os denominados “intelectuais” e os “trabalhadores”. O curso de sociologia foi montado para os militantes sem-terra, para os “trabalhadores”. Dentro do movimento existem os denominados “intelectuais orgânicos”, categoria utilizada, principalmente, para facilitar a relação do MST com

outros grupos ou movimentos sociais. No entanto, internamente predominam as “direções”, categoria que engloba aqueles que porventura poderiam ser chamados de intelectuais. A ênfase nas “direções” em detrimento da categoria “intelectuais” aponta para o peso que o curso de sociologia deposita na formação política dos militantes, pois estes podem vir a ser dirigentes. A função da educação neste contexto é aumentar o acúmulo teórico e aprimorar as capacidades intelectuais dos militantes, formando assim indivíduos capazes de dirigir uma organização política como o MST.

É perceptível que, no caso do curso de sociologia, o próprio ensino deve estar voltado para assegurar a organização interna do movimento, diminuindo os conflitos e possíveis discordâncias. Chamam a atenção para a necessidade de formação de seus próprios intelectuais e exaltam o estudo da teoria, no entanto, estas questões devem sempre estar relacionadas a uma anterior e determinante, todo conhecimento deve estar a serviço da “luta” do povo.

Considerações Finais

As discussões sobre educação e formação política se inserem num processo de ampliação das reivindicações sociais do MST, antes focadas apenas na reforma agrária. A educação e a formação política são setores separados dentro da estrutura organizativa do MST. No entanto, tanto na maneira de atuar como na perspectiva dos sem-terra, estes setores atuam em conjunto, não havendo uma distinção clara entre um e outro. Nesta perspectiva, a educação e a formação política são compreendidas como parte de um mesmo processo de formação do militante sem-terra. No MST existem diferentes espaços e momentos considerados formativos e de aprendizagem. Esta pesquisa coloca em evidência, principalmente, as atividades de leitura, os eventos de “formação de massas” e o curso de sociologia, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes.

A leitura é uma das formas de aprendizado bastante valorizada nos discursos sobre educação e formação política. As cartilhas são apenas um dos instrumentos utilizados para a formação dos militantes. As cartilhas políticas ganharam destaque na pesquisa justamente por serem os materiais mais utilizados durante os eventos e cursos de formação política que acompanhei durante o período de pesquisa. Da perspectiva do movimento, a transformação da sociedade é a razão primeira da existência das cartilhas e é a partir disso que são construídos os significados adicionais. Por isto, as cartilhas são montadas segundo a premissa de que deve existir uma articulação da teoria revolucionária (dos conteúdos) com a prática política (o cotidiano dos militantes). Assim, os objetivos ampliam-se para além das cartilhas, pois dizem respeito às propostas pedagógicas e educativas que se entrelaçam com a própria razão de ser do MST.

Os “eventos de formação de massas” estão presentes na vida de grande parte dos sem-terra e podem ser definidos como formas de socialização e, conseqüentemente, de aprendizado, tanto dos militantes como das lideranças do movimento. Os “eventos de formação de massas” priorizam as palestras e conferências, deixando pouco tempo de sua programação para as atividades de leitura de textos e cartilhas, como também para as discussões dos conteúdos entre os próprios militantes. A formação se dá através das palestras e conferências, como também pela experiência vivida pelos militantes na participação e organização destes eventos. A transposição da estrutura organizativa do movimento, para um evento de formação, gera um reforço da identidade sem-terra e

possibilita que um grande número de pessoas tenha acesso às propostas das lideranças nacionais do movimento.

Já o curso de sociologia, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, tem o objetivo de “qualificar” a formação dos militantes. Em oposição aos cursos de “formação de massas”, o curso de sociologia teve um número restrito de militantes escolhidos previamente em seus estados de origem, um período de duração longo e foi organizado a partir de conteúdos específicos. A estrutura da Escola Nacional e o modo de funcionamento do curso proporciona que os militantes vivenciem as propostas pedagógicas do MST, como por exemplo, a auto-gestão e a relação entre teoria e prática.

Ocupar a terra, viver em um acampamento, ajudar na organização dos assentamentos, ler cartilhas coletivamente, ir para a escola formal, participar de cursos e eventos são vivências essenciais na formação dos sem-terra que participam do movimento. Ser um sem-terra significa participar não apenas da “luta pela terra” mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação. A formação política exige dos militantes “sacrifícios”, “esforços”, mas também, há espaço para momentos lúdicos, encontro de amigos, momentos onde é possível compartilhar as experiências adquiridas na “luta”. Assim, quando os militantes usam a expressão “a luta é a nossa escola” estão falando concretamente da descoberta de que o movimento em suas vidas tem sido, de fato, uma grande escola.

Bibliografia

ALMEIDA, A. W. B. de. 1982. *Cartilhas e Cartilhas*. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, nº176, p. 19-26.

ALMEIDA, A. W. B. de. 1983. *Bibliotecas Marxistas e as Escolas de Partido: um estudo sobre a experiência de formação de quadros do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre 1948 e 1956*. Rio de Janeiro, Religião e Sociedade, v.9, p. 35-46.

BENEDICT, R. 1997. *O Crisântemo e a Espada. Padrões da Cultura Japonesa*. São Paulo: Editora Perspectiva.

BOFF, C. 1978. *Teologia e Prática: teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes.

BOGO, A. 2002. *O Vigor da Mística*. Caderno de Cultura nº2, MST. São Paulo: ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola).

CALDART, R. S. 2004. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo, Expressão Popular.

CARVALHO, H. M. de. 2002. *A emancipação do movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)*. In: Santos, B. de S. Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CHAVES, C. A. 2000. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: Um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

CHAVES, C. A. 2003. *Festas da política: Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis-MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

CHAVES, C. A. 2004. *Um tribunal de opinião na guerra de interpretações*. In: Espaços e Tempos da Política. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

COMERFORD, J. C. 1999. *Lutando. Os diferentes usos da palavra luta entre os trabalhadores rurais*. In: Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

COMPARATO, F. K. 2003. *A Ação Política do MST*. São Paulo: Expressão Popular.

CONCRAB. 2004. *O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária*. Cartilha da Concrab (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

GRAMSCI, A. s/d. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro.

DUMONT, L. 2000. *Homo Aequalis*. São Paulo: EDUSC.

ENGELS, F. s/d. *A questão camponesa em França e na Alemanha*. In: MARX, K; ENGELS, F. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, v. III.

FREIRE, P. 2002. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Editora Paz e Terra. 21ª Edição.

LATOUR, B. 1997. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LÊNIN, W. I. 1980. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. Trad. LIMA, M.B.M. São Paulo: Brasil-Debates.

LÊNIN, W. I. 1983. *Programa agrário da social-democracia Russa*. In: Aliança da Classe Operária e Campesinato. Moscou: Edições Progresso.

MARX, K. 1973. *A nacionalização da terra*. In: Obras Completas. Londres: Penguin Books, v. XIII.

MARX, K. & ENGELS, F. 2002. *A Ideologia Alemã* (Feuerbach). São Paulo: Hucitec.

MARX, K. & ENGELS, F. 1998. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial.

MORISSAWA, M. 2001. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.

MST. 1999. *Caderno de Formação Nº18 – O que queremos com as escolas dos assentamentos*. Setor de Educação. 3ª edição.

MST. 1999. *Caderno de Educação Nº08 – Princípios da educação no MST*. Setor de Educação.

MST. 2000. *A história e a luta de um povo – Histórias de Vida*. MST/PR.

MST. 2004. *Cartilha de Estudos – A Organicidade e o Planejamento*. MST/PR. Nº 01.

MST. 2004. *Educação no MST. Balanço 20 anos*. Boletim da Educação nº9.

MST. 2005. *O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos*. 1ª edição.

MST. 2006. *A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira*.

MST. 2006. *Todo e Toda Sem Terra Estudando – Jornada de Educação*. MST/PR.

MST. *Cadernos de Educação nº13: Dossiê MST Escola, Documentos e Estudos 1990-2001*. São Paulo, Expressão Popular.

NAVARRO, Z. 2002a. “Mobilização sem emancipação”- as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B. de S. Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____, 2002b. *O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho)*. In: Santos, B. de S. Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

TORNQUIST, Carmen Susana. 2007. *Vicissitudes da subjetividade: auto-controle, auto-exorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais*. In: Entre Saias Justas e Jogos de Cintura, Org: Bonetti, Alinne e Fleischer, Soraya. Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, EDUNISC.

VIA CAMPESINA. 2006. *A Natureza do Agronegócio no Brasil*.

VIA CAMPESINA. 2006. *Biodiversidade e Reforma Agrária*.

JAKOBSON, R. S/d. Linguística e Poética; *À procura da essência da linguagem*, em Linguística e Comunicação. São Paulo: Cultrix.

PEIRANO, M. 2001. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

KAUTSKY, K. 1986. *A questão agrária*. São Paulo: Ed. Nova Cultural.

KUSCHNIR, K. 2002. Rituais de comensalidade na política, em B. Heredia, C. Teixeira e I. Barreira (orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SANTOS, A. P., RIBEIRO, S. L. S. & MEIHY, J. C. S. B. 1998. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Edições Loyola.

SOARES, E. S. s.d. *Campesinato: ideologia e política*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

TEIXEIRA, F. 2006. Teologia da Libertação: eixos e desafios. In: *Teologia da Libertação e Educação Popular a caminho*. Centro de estudos bíblicos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K. 1997. *O Trabalho da Terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UNB.

WOORTMANN, Klaas. 1990. “Com Parente Não se Negueia”. *O Campesinato Como Ordem Moral*. In: Anuário Antropológico/87, Editora Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro.

Bibliografia consultada on-line

A política destrutiva do Banco Mundial para a Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.social.org.br/cartilhas.htm>. Acesso em: 16/01/2007.

Aspectos fundamentais da educação de base. Alfabetização: Concepções Antagônicas. Equipe Pedagógica do MEB - 1972. Disponível em: <http://www.meb.org.br/conhecaomeb/acaopedagogica/> Acesso em: 26/07/2005.

BARQUETA, L. e MENDONÇA, M. L. 2001. Um Tribunal Contra a Impunidade. Disponível em: <http://www.social.org.br/artigos/artigos024.htm> Acesso em: 15/01/2007.

BRASILINO, L. 2006. Governo do Paraná desapropria área da Syngenta. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/news_item.2006-11-13.3813843375 Acesso em 14/11/2006

Camponesas ocuparam horto florestal da Aracruz Celulose em protesto contra o deserto verde. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1522&eid=8> Acesso em: 10/11/2006.

CHAVES, C. A. 2003. Símbolos de Luta e Identidade no MST. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr18.shtml> Acesso em: 05/08/2007.

Ocupação da Syngenta pela Via Campesina. Disponível em: syngenta.seeds@syngenta.com Acesso em: 17/03/2006.

Ocupação sem transgênicos. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=24770> Acesso em: 09/11/2006.

PRESTES, S. Polícia intima Via Campesina a esclarecer protesto em unidade da Aracruz Celulose. Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=258465&editoria=&q=1 Acesso em: 10/11/2006.

Anexo I

DISCURSO DE MARINA DOS SANTOS NA ABERTURA DO CONGRESSO DO MST EM 11 DE JUNHO

Boa noite companheiros e companheiras,

Em nome da direção nacional e das famílias do MST, saúdo os representantes das entidades que compõem a mesa, ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância da presença de cada um de vocês e de suas entidades para a luta dos trabalhadores no Brasil.

Cumprimento todas as entidades e organizações convidadas, a delegação internacional de mais de 28 países, em especial as organizações da Via Campesina dos diversos continentes, os amigos e amigas do MST, os parlamentares: senadores, deputados, prefeitos, vereadores.

Cumprimento com respeito toda a militância pela garra, dedicação, espírito de sacrifício e responsabilidade em preparar o nosso Congresso nas bases, nos estados e aqui no pátio do ginásio onde construíram a cidade dos Sem Terra.

E de forma muito carinhosa, cumprimento os quase 20 mil delegados, delegadas, os mais de mil Sem Terrinha, companheiros e companheiras, verdadeiros heróis dessa nação, presentes dos 24 estados onde nosso movimento está organizado.

Este Congresso foi transferido algumas vezes, por vários fatores. Com certeza, estamos realizando no momento mais oportuno da História e da correlação de forças na América Latina.

Oportuno, porque estamos presenciando em todo o mundo a intervenção do imperialismo através das guerras, da invasão em países para disputar os recursos naturais, dos organismos internacionais como o Banco Mundial, o BIRD e o FMI.

Oportuno, porque vivenciamos no Brasil, através da estrutura do Estado burguês, a manutenção dos privilégios e a defesa dos interesses das elites, seja através do Legislativo, Executivo ou do Judiciário.

Oportuno, porque presenciamos o governo brasileiro, em seu segundo mandato, manter uma política econômica de continuidade, que segue à risca as regras neoliberais, com altas taxas de juros, manutenção do superávit primário, com uma política cambial, monetária e tributária de estímulo às exportações.

Um governo que faz reformas e projetos que beneficiam o capital financeiro internacional em detrimento dos direitos dos trabalhadores conquistados historicamente através da luta.

Assistimos serem priorizadas as transnacionais, incentivando a produção de monocultivos, a liberação e uso de transgênicos e agrotóxicos, a Reforma Agrária tratada como compensação social.

Oportuno, porque percebemos no Brasil uma nova fase do poder econômico no campo através do agronegócio, organizado pelo latifúndio atrasado e pelas empresas transnacionais, que querem assegurar o controle de nossa água, dos recursos naturais, da biodiversidade, das sementes e roubar a nossa Amazônia, construindo barragens e implementando a transposição do Rio São Francisco. E deixando para os brasileiros apenas o desemprego e a miséria.

Por isso, companheirada, nosso V Congresso tem que ser um marco na História da classe trabalhadora. Um marco contra o imperialismo, um marco contra as políticas neoliberais desse governo, um marco contra as transnacionais, um marco na luta por uma legislação que limite o tamanho máximo da propriedade, uma certeza na orientação de Florestan Fernandes: não se deixar cooptar, não se deixar esmagar, obter conquistas para o povo.

Um marco na luta e defesa da Reforma Agrária como forma de democratizar a terra, distribuir renda, produzir emprego e trabalho e combater o aquecimento global provocado pelo modelo de sociedade consumista, que não se preocupa com o término dos recursos naturais e suas consequências na vida da população. E, principalmente, um marco na construção das lutas pela manutenção e avanço dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, na unidade, na formação de militantes e lideranças, na elevação do nível de consciência e cultural do povo, na defesa do meio ambiente.

E, sobretudo um marco na construção de um instrumento de luta que provoque o reascenso do movimento de massas e possibilite um projeto político, popular, revolucionário, que resolva os problemas sociais do povo brasileiro, da América Latina e do mundo.

No amanhã, certamente nosso V Congresso será considerado um dos maiores eventos de camponeses do Brasil e do mundo. Este reconhecimento não será somente pelo número de trabalhadores que reunimos, mas pela qualidade de lutas, porque nesses quase 30 anos de nossa longa marcha de enfrentamento e resistência ao latifúndio e ao capital, conquistamos e construímos muito, superamos desafios. Nossa força reside no número de pessoas

organizadas, aprendemos que um povo organizado é como uma muralha invencível. Nossa luta cresceu e se multiplicou, nossa organização se espalhou e se enraizou por todo o Brasil, projetamos nossas propostas e nossas idéias por toda a América Latina e em várias partes do mundo, onde conquistamos amizades, fortalecemos a utopia coletiva de um mundo mais justo. Cultivamos a solidariedade entre nós e com todos os povos em luta nos 4 continentes.

Chegamos onde nem imaginávamos chegar no início de nossa organização, construindo a Escola Nacional Florestan Fernandes, fazendo florescer escolas nos acampamentos e assentamentos espalhados pelo nosso país, empreendendo a luta maior contra a ignorância, derrubando as cercas do latifúndio do conhecimento. Temos nossa campanha nacional em andamento “Todos e Todas Sem Terra estudando”.

Os frutos desse incentivo ao estudo é a própria realização desse Congresso. Vejam: no passado, tínhamos que contratar os artistas; hoje, temos a capacidade de pintar nosso próprio painel.

Ainda temos muito o que fazer, enfrentar muitos desafios, mas já podemos nos honrar em ter e estar formando nossos próprios médicos, pedagogos, agrônomos, advogados, administradores e a militância num alto grau de consciência política e ideológica. Aprendemos que ninguém é imprescindível, e que quem conduz a organização de massa é o coletivo.

Em toda nossa história de enfrentamentos difíceis, sofremos muitas baixas. As armas da ganância e a violência do latifúndio, a cobiça sem fim dos exploradores, a prepotência das oligarquias, a ação criminosa e assassina dos jagunços e policiais a seu serviço, nos tiraram muitas vidas, de muitos que poderiam estar aqui conosco hoje.

Os que caíram se tornaram nossos guias na construção do futuro; cultivamos sua memória com todo nosso afeto e respeito, seu sangue nos fortalece e nos dá a certeza do triunfo que virá, como cantamos em nosso Hino.

No entanto, pior que a morte física, o desafio que nos provoca e convoca a cerrar fileiras para enfrentá-lo e derrotá-lo definitivamente, é o desafio da fragilidade ideológica de companheiros e companheiras de luta. Nossos inimigos sabem que, mais eficaz do que a morte para nos derrotar, seria a morte de nossos valores, a morte da crença na nossa profunda solidariedade, da nossa dedicação integral na construção de um novo mundo para nossos filhos e filhas e para as próximas gerações. Não tenhamos dúvidas, podem nos tirar tudo, menos os valores socialistas e humanistas.

O capitalismo e sua ideologia de culto ao egoísmo e ao dinheiro, de veneração da propriedade privada, da concentração da terra, de exploração do homem pelo homem, sabe se infiltrar nos corações e mentes.

Ninguém é imune nem às grandes referências que temos na luta. É neste momento que começa a derrota, companheirada, e onde podemos nos enfraquecer coletivamente. Por isso, precisamos reforçar nossa firmeza ideológica.

É fundamental compreendermos profundamente, com a cabeça e o coração, as razões maiores de nossa luta. Que saibamos assumir por inteiro nossos sonhos e valores humanos, cultivando nosso espírito para estar sempre à altura dos desafios, para enfrentá-los e vencê-los, não deixando nenhuma brecha para o vírus do capitalismo. Do ponto de vista humanista e socialista, o MST já é patrimônio da humanidade, por isso temos que cuidar.

Nosso V Congresso também tem que ser um marco para continuarmos vencendo esses desafios, precisa ser um marco no fortalecimento do método revolucionário de direção. Precisamos fortalecer o espírito de pertença, como Oziel Alves, jovem de 17 anos que entregou sua vida defendendo nossos princípios e a Reforma Agrária.

É necessário fortalecer nosso método de democracia e participação. Romper com o medo de falar, participar ativamente dos processos de tomadas de decisão. Garantir que as mulheres e os jovens assumam cada vez mais o comando de nossa organização, fortalecendo as instâncias de decisão, respeitando as decisões tomadas pelos coletivos e aprender com as lições de outras organizações que existiram antes de nós.

Precisamos avançar em organizar o lugar da infância no MST, pensá-las como sujeitos de direito, como vivem nos assentamentos, como estudam e como a comunidade vai assumir o processo de formação dos Sem Terrinha. Através da educação, nas cirandas e nas escolas, acontece a formação destes pequenos: é o que os fará desde cedo formar consciência de pertença à organização da classe trabalhadora. O futuro do MST depende do que fazemos hoje com nossas crianças. Nos ensinou Mao Tse Tung: “se temos um projeto para um ano, semeamos cereais. Se temos projetos para dois anos, plantamos árvores, mas se nosso projeto é para a vida toda, devemos educar e formar as pessoas”.

Precisamos, sobretudo, cuidar e valorizar o nosso maior patrimônio, que é a nossa MILITÂNCIA. Esta militância, mesmo com todas as dificuldades e problemas, faz o MST acontecer, cuida e constrói a base de sustentação do Movimento, que é a unidade, a disciplina e a participação.

Portanto, quanto mais numerosos formos, homens e mulheres do Brasil e do mundo, mais brilhante, mais irreversível e mais fecunda será a conquista. Quanto mais qualidades humanas, mais humanos valores tiverem nossas ações, nossas atitudes e nossa revolucionária ação coletiva, tanto maior e tanto mais próxima estará a nossa vitória.

No entanto, a luta dos trabalhadores é internacional, não faremos a revolução isoladamente, é a soma de todas as lutas e o acúmulo de forças que nos fará vencer. Por isso, as vitórias eleitorais ocorridas em vários países da América Latina significam o início da derrota do projeto das elites e dos organismos internacionais que pregam o ajuste fiscal e a diminuição do papel do Estado. A eleição destes governos é de fundamental importância para a reorganização política, social e econômica destes países.

Aos movimentos sociais, cabe o papel de fortalecer suas organizações e a luta, para que estas vitórias eleitorais tornem-se acúmulo para a classe trabalhadora. E que na disputa de projeto com a burguesia não se perca o rumo das mudanças necessárias a serem feitas, não perdendo sua autonomia política frente aos partidos e os governos.

Em que pesem estas vitórias eleitorais, não podemos deixar de falar do papel nefasto que a mídia conservadora tem cumprido em todos os países. Com medo de perder poder, manipula as informações na tentativa de construir hegemonia em torno de seu projeto de sociedade. Por isso, demonstramos toda nossa solidariedade ao governo e ao povo da Venezuela pela coragem na luta pela democratização dos meios de comunicação, sem a qual nunca teremos verdadeiras democracias na América Latina.

No Brasil, a mídia é tão servil que todos os dias tenta criminalizar os movimentos; mas não consegue, porque os movimentos sociais estão enraizados no conjunto da sociedade.

Não conhece nossa organização, nosso modelo de agricultura baseado nos princípios da agroecologia, nossa forma de produção. Não reconhece nossa organização, nosso projeto de educação e participação. Nos chamam de revolucionários como forma de nos enquadrar em um mero recurso de linguagem, como se o modelo de sociedade que defendemos significasse atraso e retrocesso na chamada modernidade.

Nós não devemos ter medo de ser chamados de revolucionários, porque graças à nossa luta e organização estamos vendo milhares de pessoas que antes passavam fome, hoje se alimentam com fartura todos os dias. Estamos vendo centenas de pessoas que eram analfabetas, que nunca tiveram a oportunidade de sentar num banco de escola, hoje lendo, escrevendo, e muitos de nós freqüentando a universidade.

Estamos vendo pessoas que já estavam em um grande nível de degradação social, hoje com os valores do amor, da solidariedade, da cooperação, do cuidado. Gente com dignidade. Tudo isso é revolucionário!!!!!!!

Continuemos lutando e cantando, como diz o poeta: só é cantador quem traz no peito o cheiro e a cor de sua terra, a marca de sangue de seus mortos e a certeza de luta de seus vivos!

Por isso, em nome dos grandes lutadores e ideólogos do socialismo no mundo como Karl Marx e Rosa Luxemburgo

- Em nome dos lutadores do socialismo e da revolução na América Latina, como Che Guevara e Aidê Santamaria.

- Em nome dos grandes estudiosos, pensadores e socialistas brasileiros como Josué de Castro, Madre Cristina, e Paulo Freire.

- Em nome dos poetas, negros e revolucionários brasileiros como Maria Carolina de Jesus e Mario Lago.

- Em nome daqueles que plantaram a nossa semente como as Ligas Camponesas, Contestado e Canudos.

- Em nome dos mártires da luta pela terra como Ir. Doroty e Teixerinha.

- Em nome de todos os movimentos que compõem a Via Campesina Brasil,

- E em nome da direção Nacional e das famílias do MST, com muito amor, com muita alegria e com muita esperança da construção da Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular, declaro aberto o V Congresso nacional do MST!!!!!!!